



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

JOSEANE ALVES DOS SANTOS

**O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA A PAZ NA APA
BACIA DO COBRE/PARQUE SÃO BARTOLOMEU,
SALVADOR - BA**

Brasília – DF

2019

JOSEANE ALVES DOS SANTOS

**O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA A PAZ NA APA
BACIA DO COBRE/PARQUE SÃO BARTOLOMEU,
SALVADOR – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão no Turismo, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientador: prof. Dr. Biagio Mauricio Avena

Brasília – DF

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AJ83t

Alves dos Santos, Joseane

O Turismo como Alternativa para a Paz na APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu, Salvador - BA / Joseane Alves dos Santos; orientador Biagio Mauricio Avena. -- Brasília, 2019.

120 p.

1. Epistemologia do Turismo pela Paz. 2. Grupos focais da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu. 3. Bem-Estar Subjetivo ou Crescimento Qualitativo. 4. Protagonismo de Comunidades Residentes Vulneráveis. I. Mauricio Avena, Biagio, orient. II. Título.

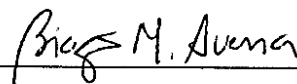
JOSEANE ALVES DOS SANTOS

**O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA A PAZ NA APA BACIA DO
COBRE/PARQUE SÃO BARTOLOMEU, SALVADOR – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestra. Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo. Banca Examinadora constituída pelos professores:

Brasília, 28 de junho de 2019

Prof. Biagio Mauricio Avena – Orientador



Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia

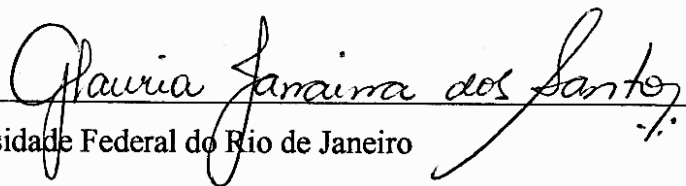
Instituto Federal da Bahia

Prof.^a. Marutschka Martini Moesch

Doutora em Relações Públicas, Propaganda e Turismo pela Universidade de São Paulo

Universidade de Brasília

Prof.^a Glauria Janaina dos Santos



Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto Federal da Bahia

Prof.^a Neuza de Farias Araújo

Pós-doutora em Economia do Trabalho - Universidade do Porto - Portugal

Pós-doutora em Interdisciplinaridade em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina- Brasil

Universidade de Brasília

A

Minha mãe querida, o suporte de todas as horas, por se manter ao meu lado nos momentos mais difíceis. Namastê

AGRADECIMENTOS

A todos de um modo especial e de coração ...

A professora Suzana por ter acreditado em mim, quando compartilhei o sonho de retornar à academia, depois de dez anos afastada, e ter sonhado junto comigo.

Ao meu irmão Paulo Sergio Barros pelas preciosas conversas sobre viagens e estudos, que me ajudaram a abrir mais a visão sobre o mundo acadêmico e a vida.

Aos que me receberam em Brasília e favoreceram para que eu permanecesse até o momento de retornar a Salvador, Mara, Amparo, Socorro, Salette e vó Êrika e tantos outros que abriram as portas e me acolheram.

A minha irmã de coração, Barbara, por ser esse raio de luz tão acolhedor. Obrigado pelo ombro, pelas caminhadas na natureza, pelas conversas e pelos risos. Lembranças lindas!

A Mariana por toda ajuda no processo de seleção, e a todo o grupo anterior ao nosso, pelo acolhimento.

Ao meu grupo, especialmente aos meus queridos irmãos-ETs Brenno Vinicius e Maristela pelos momentos memoráveis.

A Organização Brahma Kumaris de Salvador, Belo Horizonte e Brasília, pela acolhida e por todo o suporte.

Agradeço a Patrícia Carvalho e Marli por tornarem a minha vida mais suave e oferecerem oportunidades, nas dificuldades.

Aos meus familiares pelo apoio durante esses anos de estudo.

A minha comunidade natal, por me aceitar de volta, depois de tantos anos distante. É bom voltar!

A Andrezinho, meu irmão do coração, pelas reflexões, conforto e à toda a equipe do Núcleo de Estudos Integrados, por acreditar que podemos fazer a diferença no mundo. Vamos juntos!!

Ao professor Biagio Mauricio Avena, pela paciência e disponibilidade em ajudar.

As professoras Marutschka Martini Moesch, Neuza de Farias Araújo e Glauria Janaina dos Santos por aceitarem acompanhar o trabalho da qualificação à defesa.

A todos do CET por tudo.

Intermitente

Mente

Sente

Que

A

Paz

Apraz

Refaz

Delicadamente

Paulo Sergio Barros, 2014, p. 30

RESUMO

Esse estudo versou sobre o protagonismo de comunidades residentes no seu crescimento qualitativo. Além disso, o problema aludiu sobre como o Turismo pode contribuir com a pacificação e inclusão das comunidades do entorno da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu. A abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa experimental, que envolveu estudo e participação no cotidiano de mulheres, homens, jovens e instituições, sendo que o objetivo geral foi de delinear as bases metodológicas do Turismo pela paz a partir dos resultados e das experiências com os grupos focais de mulheres, homens, jovens e instituições da APA supracitada. As comunidades estudadas ficam no subúrbio ferroviário de Salvador, localizado na área nordeste da Baía de Todos os Santos. A região sofreu retração no crescimento durante mais de cinco décadas, devido à destinação dos recursos para a área central/atlântica de Salvador, sem a distribuição adequada para as demais regiões, assim, atraiu grande contingente populacional para as zonas periféricas mais próximas, em que essa população se instalou sem planejamento urbano, sendo que os espaços de recreação e lazer dessas pessoas são as praias e ilhas da Baía e a APA. Ainda, os movimentos populares, junto com pesquisadores, se reuniram para trazer melhorias para a região. Então 150 hectares da APA foram regulamentados como Parque Municipal São Bartolomeu – PSB, além de parte da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica e do Parque Metropolitano de Pirajá. Nos últimos anos, alguns recursos estão sendo aplicados no desenvolvimento do Turismo na região da Baía. Esse estudo procurou refletir sobre que tipo de atividade turística pode criar oportunidades para as comunidades se inserirem nesse desenvolvimento de modo a favorecer o bem-estar subjetivo local. Os objetivos específicos visam compreender e analisar a relação entre Turismo, paz e bem-estar, como também fazer um levantamento das características gerais do Turismo pela Paz, abordado nas pesquisas e nas iniciativas internacionais, e investigar os elementos de sua base epistemológica nos grupos focais formados e refletir sobre a metodologia à luz dos resultados apresentados. Na análise dos dados, utilizou-se da Epistemologia do Turismo de Moesch e da Teoria da Complexidade de Morin; além da Sociologia das Ausências e Emergências de Santos e os escritos de Paulo Freire sobre comunidade; a Sociologia do Turismo de Krippendorf e a Teoria da Hipótese de Contato de Allport. O recorte temporal foi de 2018-2019, de acordo com o método do grupo focal, que reflete sobre o cotidiano. Convém ressaltar que todo marco teórico do Turismo pela paz foi de autores internacionais, devido o fato do tema ainda ser pouco discutido no Brasil, assim, mostrando a relevância da presente pesquisa. A epistemologia do fenômeno turístico pacificador de áreas conflituosas é interdisciplinar e transdisciplinar. Sendo que a troca de experiências entre turistas e residentes gera entendimento mútuo, altruísmo, participação e solidariedade, senso de humanidade e integração com a natureza. O bem-estar é construído na relação entre os sujeitos, no exercício de estar no mundo e com ele. Os grupos focais abordaram o Turismo voltado para o atendimento das demandas sociais e preservação das culturas locais como o almejado. Como resultado da pesquisa criou-se um núcleo de estudos permanente para aprofundar os aspectos do Turismo pela paz na região com repercussões pelo Brasil.

Palavras-chave: Turismo pela Paz. Epistemologia do Turismo. Bem-Estar Subjetivo. APA Bacia do Cobre.

ABSTRACT

This study focused on the role of resident communities in their qualitative growth. In addition, the problem alluded to how tourism can contribute to the pacification and inclusion of communities surrounding the APA Copper Basin / São Bartolomeu Park. The methodological approach chosen was the experimental qualitative one, which involved study and participation in the daily lives of women, men, young people and APA institutions. The studied communities are in the Suburb Railroad of Salvador, northeast area of Bay. The region had declined in the qualitative growth for more than five decades, due to the allocation of resources to the Atlantic central area of Salvador. A large population had been attracted to the peripheral zones searching for jobs. They leave there without urban planning. The spaces of recreation and leisure of these people are the beaches and islands of the Bay and the APA. Popular movements, along with researchers helped to improve the region. During this period, São Bartolomeu Municipal Park had regulated as part of the Atlantic Forest Biosphere Reserve and the Pirajá Metropolitan Park. In the last years, government applied some resources in the development of the region. The study reflected on what type of tourism creates opportunities for communities to engage in this development in ways that favor local subjective well-being. The specific objectives are to understand and analyze the relationship between tourism, peace and welfare, as well as to survey the general characteristics of tourism for peace, addressed in international research and initiatives, and to investigate the elements of its epistemological basis in focus groups and reflect on the methodology in the light of the results presented. The Epistemology of Tourism of Moesch and Theory of Complexity of Morin, the Sociology of Absences and Emergencies of Santos and the writings of Paulo Freire on the community, the Sociology of Tourism of Krippendorff and the Theory of Hypothesis Contact. The temporal cut was from 2018-2019, according to the focus group method, which reflects on the daily life. Any theoretical framework of Tourism for Peace was of international authors because it is a topic less discussed in Brazil, showing the relevance of the present research. The investigation inferred that the epistemology of the pacifying tourist phenomenon of conflictive areas is interdisciplinary and transdisciplinary. The exchange of experiences between tourists and resident that generates mutual understanding, altruism, participation and solidarity, sense of humanity and integration with nature. The well-being is on the relationship between the subjects, in the exercise of being in the world and with it. The focus groups addressed tourism geared to meeting social demands and preserving local cultures as the target. The result of the research, the researcher created a permanent study nucleus to deepen the aspects of Tourism for peace in Brazil.

Keywords: Tourism for Peace. Epistemology of Tourism. Subjective Welfare. APA Copper Basin.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Interesse das pesquisas em Turismo desde 1940.....	17
Quadro 1: Modelo existencial na sociedade industrial.....	24
Quadro 2: Características das populações residentes.....	26
Quadro 3: As engrenagens do turismo.....	30
Gráfico 2: ODS 1 – Proporção da população abaixo da linha da pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)	33
Quadro 4: Modelo de falta de paz e paz por meio do Turismo.....	46
Quadro 5: Modelos de sistemas interdependentes: ecologia, sociedade e economia.....	47
Quadro 6: Um modelo de hipótese de contato nas interações entre turistas e anfitriões.....	50
Gráfico 3: Gráfico do quantitativo de participação nos grupos focais.....	55
Mapa 1: Reserva da Biosfera de Mata Atlântica.....	59
Mapa 2: Bacias continentais de Salvador.....	60
Figura 1: Formação triangular de Salvador: Oceano Atlântico e BTS.....	61
Mapa 3: A APA Bacia do Cobre na Baía de Todos os Santos – BTS.....	62
Gráficos 4 e 5: Proporção de habitantes entre Salvador e o estado da Bahia.....	64
Mapa 4: APA Baía de Todos os Santos e as Bacias Continentais de Salvador.....	65
Mapa 5: Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, Salvador	66
Figura 2: A represa do Cobre.....	67
Mapa 6: Projeto de Urbanização do Parque São Bartolomeu.....	69
Mapa 7: Áreas Estratégicas Internas (AEI)	70
Quadro 7: Núcleo de Estudos Integrados.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eventos sobre o Turismo pela Paz.....	16
Tabela 2: Federações nacionais e parcerias locais de turismo comunitário participantes nos encontros regionais REDTURS: 2007-2008.....	34
Tabela 3: Ferramentas de implementação da paz por meio do Turismo.....	44
Tabela 4: Cronograma de encontros dos grupos focais/coletivos.....	54
Tabela 5: Categorias de análise – grupos focais.....	56
Tabela 6: Diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo.....	71
Tabela 7: Denominação dos grupos focais	72
Tabela 8: Ferramentas da paz por meio do Turismo, grupos focais e categorias de análise.....	86
Tabela 9: Epistemologia do Turismo pela paz.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAST - International Academy for the Study of Tourism
ACNUR – Alto Comissariados das Nações Unidas para Refugiados
APA – Área de Preservação Ambiental
APRN – Áreas de Proteção de Recursos Naturais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BITS - International Bureau of Social Tourism
BTS – Baía de Todos os Santos
CEAO - Centro de Estudos Afro-orientais
CONDER – Companhia de Desenvolvimento urbano do Estado da Bahia
CSCE – Conferência de Segurança e Cooperação na Europa
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ICPTR – Centre for Peace through Tourism Research
IIPT – International Institute for Peace through Tourism
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPRA – International Peace Research Association
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTur – Ministério do Turismo
NEI – Núcleo de Estudos Integrados
ABS – *Atividades Básicas de Subsistência*
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PMS – Prefeitura Municipal de Salvador
MaB – Man and Biosphere
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PSB – Parque São Bartolomeu
ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ENTBL – Encontros de Turismo de Base Local
ONG – Organização Não Governamental
AEI – Áreas Estratégias Internas
PTIWG – Peace Tourism International Working Group
OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

SAVAM – Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural

USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia

TRANSPETRO – Transporte de Petróleo

TBC – Turismo de Base Comunitária

UN – United Nations

UNESCO – Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNWTO – United Nations World Tourism Organization

UPAP – University for Peace through its Africa Programme

UPEACE – Universidade para a Paz

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1-Turismo, paz e bem-estar	24
1.1 Turismo Comunitário	33
Capítulo 2 - Turismo pela paz	38
Capítulo 3 – O Turismo pela paz na APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu	58
Capítulo 4 – Contribuição para o delineamento dos fundamentos metodológicos do Turismo pela paz	86
Capítulo 5 – Por um Turismo mais humano	93
APÊNDICE A – Iniciativas internacionais de atuação em Turismo pela paz	101
ANEXO A – Alguns marcos na evolução dos direitos humanos a viagem e o turismo na era moderna .	105
ANEXO B – Descrição e caracterização das Áreas Estratégicas Internas (AEI), com respectivas recomendações	107
ANEXO C – Amman Declaration on Peace Through Tourism	114
ANEXO D – Lusaka Declaration on Sustainable Tourism Development, Climate Change and Peace ...	116

Introdução

O Turismo pela paz volta-se para o protagonismo das comunidades residentes em prol do crescimento qualitativo. Suas características de voluntariado, altruísmo, humanismo e integração com o mundo, tornam-no o mais adequado para contribuir com a resolução de problemas diversos e equilibrar os quatro aspectos básicos da vida em comunidade: o sociocultural, o ecológico, o político e o econômico (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, p. 12).

O estado da arte se consolida no contexto internacional com documentos, grupos de estudos e instituições especializadas na temática desde a década de 1980. As contribuições das pesquisas na Europa, com Wohlmuther (2014, p. 17), se direcionam para a análise de documentos e da construção histórica da modalidade. Tal concepção apresenta mudanças significativas marcadas pelos conflitos mundiais do século XX e se relaciona a teoria com estudos de caso aplicados por pesquisadores na Austrália, África, Estados Unidos e Canadá.

Os eventos históricos do século XIX e XX manifestaram duas preocupações primordiais: a garantia do direito do trabalhador ao lazer e a cidadania global como solução para os conflitos. Ambas manifestam o interesse do capitalismo de minimizar os danos causados pelo sistema e ampliar o seu predomínio na difusão da ideologia do consumo por meio das viagens. Com o avanço tecnológico e das facilidades de transporte e comunicação, a demanda turística expandiu, atraiu investimentos, aumentou as vendas e qualificou os serviços, assim, o subsistema econômico tornou-se prioridade no fenômeno turístico em detrimento do sociocultural, do político e do ecológico.

Dentre os acontecimentos, que ilustram esses interesses, estão as viagens de Cook, iniciativas criadas durante a Primeira Guerra, e as conferências pela paz, que surgiram no período pós Segunda Guerra. No final do século XIX, Thomas Cook realizou viagens curtas de trem juntamente com trabalhadores britânicos e no século XX, as pessoas passaram a visitar países envolvidos em conflitos na região da Eurásia (EADINGTON, 1992, p. 31). Em 1929 foi criado o primeiro Parque da Paz¹, que une o Parque Glacial Nacional de Montana e o Parque Nacional Waterton de Alberta, na fronteira entre Estados Unidos e Canadá (ALI, 2007).

¹ Os parques da paz são espaços naturais de fronteira entre países, com legislação própria de administração conjunta para incentivar o diálogo entre ambos (ALI, 2007).

A situação dos refugiados de guerra, a partir de 1945, chancelou o Turismo como principal instrumento para a paz nos documentos internacionais. Blanchard; Higgins-Desbiolles (2013) cita alguns, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UN, 2015) de 1948; o Pacto de Direitos Culturais, Sociais e Econômicos (UN, 1967); a Declaração de Manilla de 1980; o Código do Turista e a Lei de Direitos do Turismo de 1985 (UNWTO, 2016). O “Anexo A” apresenta os marcos internacionais na evolução dos direitos humanos.

As conferências internacionais desde o início do século XX levam o tema da paz, e, a partir da década de 1960, passam a tratar dos efeitos da expansão, com o intuito de criar dispositivos regulatórios para o fenômeno. Alguns exemplos estão elencados na Tabela 1.

Tabela 1: Eventos sobre o Turismo pela Paz

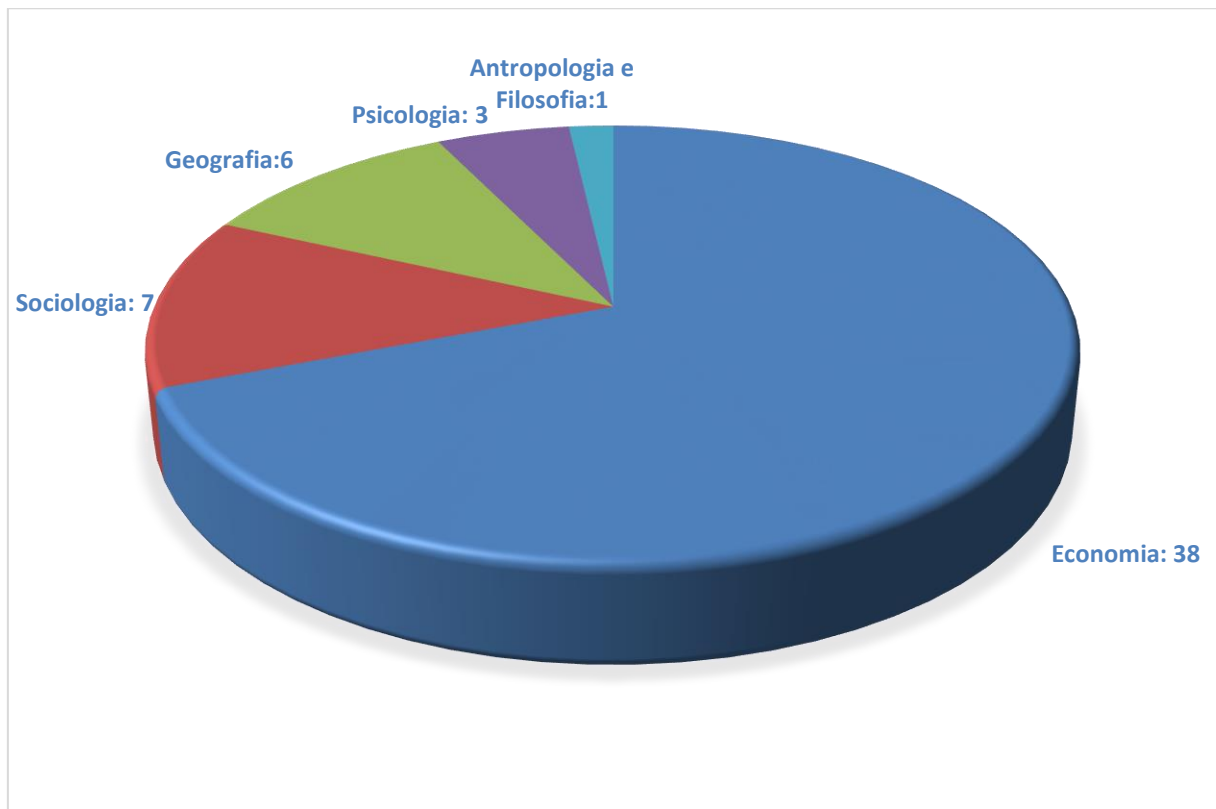
ANO	EVENTO	DESCRIÇÃO	FONTE
1929	Encontro inaugural da Associação Britânica de Viagens e Feriados	O tema de abertura do encontro foi <i>Viagem pela paz</i>	(WOHLMUTHER <i>et al.</i> , 2014, p. 17)
1967	Ano Internacional do Turismo	“Turismo: Passaporte para a Paz” foi o slogan do evento.	(WOHLMUTHER <i>et al.</i> , 2014, p. 18)
1975	Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)	A paz por meio do Turismo foi destaque nesse evento sobre assuntos do mundo pós-guerra fria.	(MOUFAKKIR; KELLY, 2010a)
1987	Conferência de Turismo na Irlanda	Abordou o tema “Turismo Um Passaporte para a Paz”	(WOHLMUTHER <i>et al.</i> , 2014, p. 18)
1988	1ª Conferência Global de Turismo, em Vancouver	Com o slogan “Turismo, Uma Força Vital”, o movimento da paz por meio do Turismo se declara publicamente nesse evento a favor do turismo alternativo.	
2000	Conferência de Amman	Nessa conferência foi feita a Declaração de Amman, sobre paz por meio do Turismo	

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A pesquisa do turismo inicialmente deu suporte às instituições internacionais para a consolidação do setor no sistema capitalista (TRIBE; AIREY, 2007). Por isso, há vários estudos feitos pela Academia Internacional para o Estudo do Turismo – IAST, em Santander, Espanha, com o suporte da Organização Mundial do Turismo – WTO, com resultados apresentados na Conferência de Zakopane em 1990 (EADINGTON; SMITH, 2016).

Em análise feita por Tribe e Airey (2007, p. 21) sobre a pesquisa no Turismo de 1940 até os anos 1990, pode-se observar que a demanda dos estudos tinham como assuntos principais o desenvolvimento econômico seguido da Sociologia, da Geografia, da Psicologia, e, por último, da Filosofia e da Antropologia, conforme se vê no Gráfico 1:

Gráfico 1: Interesse das pesquisas em Turismo, 1940-1990



Fonte: Produzido pela autora com base em Tribe; Airey (2007, p. 21).

Decerto, haviam poucos pesquisadores mais críticos, como Butler (1980), Cohen (1972) e MacCannel (1973), por exemplo, e também haviam muitas lacunas devido ao menor interesse no Turismo do ponto de vista mais engajado nas questões históricas e sociais. As temáticas variadas e fragmentadas já apresentavam o caráter multidisciplinar do setor em duas linhas bem definidas, a do negócio do turismo e a do não negócio, cujos assuntos emanavam

do núcleo das próprias áreas de conhecimento. O estudo também mostrou o estabelecimento das principais revistas relacionadas ao fenômeno turístico: *Tourist Review* (1945); o *Journal of Travel Research* (1962); o *Annals of Tourism Research* (1973) e o *Tourism Management* (1980) (TRIBE; AIREY, 2007).

Jafar (apud TRIBE; AIREY, 2007) descreveu diversas plataformas de mudança no desenvolvimento das pesquisas. Na plataforma dos anos 60, da defesa e patrocínio ou *advocacy*, os pesquisadores eram, em maioria, da área econômica; a dos anos 70, plataforma da precaução, com os primeiros estudos sobre os impactos do Turismo, principalmente na área ambiental; a dos anos 80, plataforma da adaptação, trouxe formulações alternativas para o Turismo de massa (TRIBE; AIREY, 2007).

Nesse período, os estudos se desenvolveram em diversas áreas na Europa, nos Alpes franceses e suíços, na Áustria, Bavária, França e Itália, na América, Carolina do Norte, nas décadas de 1970 e 1980. Poucos foram os esforços em estudos voltados para a América Latina, sendo que os únicos identificados foram aqueles que se referem a Tobago (EADINGTON; SMITH, 2016). A quarta e última plataforma ofereceu estudos mais aprofundados à luz de um entendimento mais amadurecido das questões voltadas para o setor, a partir da década de 1990 (TRIBE; AIREY, 2007).

O Turismo sustentável, alternativo, responsável, social, surgiu na quarta plataforma, com a pretensão de promover o entendimento, a equidade e a cooperação internacional, sendo assim, conciliar áreas de conflito, garantir o direito à existência e participação das minorias da governança dos destinos turísticos e proteger a biodiversidade (D'AMORE, 2009a).

Ainda, nessa plataforma, ocorreu a estruturação de políticas públicas alternativas aos impactos do crescimento econômico em vários setores, acompanhando os movimentos ambientais ao redor do mundo, que validavam ações de preservação da natureza e das culturas menos favorecidas. Sendo que alguns seguimentos do Turismo se orientaram nessa linha de atuação também, procurando formas de garantir os benefícios gerados pelo fenômeno para as comunidades residentes.

No Caribe, as medidas foram criadas para proteger comunidades indígenas, porém não houve a implementação. Em Porto Rico, na Polinésia Francesa, em Moorea, em Bora Bora, na Espanha, em Papua-Nova Guiné e no arquipélago de Tuamotu, onde as iniciativas promoveram a criação de acomodações de menor impacto, sendo que a iniciativa amplamente conhecida é a do Senegal, na região do Lower Casamance, de turismo rural integrado

(EADINGTON; SMITH, 2016). No Brasil, como em outros países da América Latina, o Turismo Alternativo que expandiu foi o Comunitário – TC, sobre o qual a pesquisadora discute no Capítulo 1.

Em 1980, a ONU criou, por meio do Tratado Organizacional, a Universidade pela Paz, sediada em Costa Rica, com unidades na África e na Europa, para congregar pesquisadores de inúmeras áreas com a missão “da promoção dos direitos humanos como parte inerente à paz” (CUBILLO, 2015, p. 9). O programa Universidade pela Paz por meio da África – UPAP, desde 2002 atua em 10 países do continente atendendo às demandas locais para a aproximação dos grupos diversos e a mitigação dos conflitos (UPEACE, 2013a).

A unidade da Europa, em Hague, Holanda, atua desde 2012 nas pesquisas sobre paz, meio ambiente e sustentabilidade (UPEACE, 2013b). A partir do levantamento de todo o material online disponibilizado pela Universidade pela Paz, e, de acordo com os títulos e resumos, percebe-se que não há menção do Turismo nas pesquisas, embora as atividades turísticas sejam utilizadas como estratégia de reconhecimento e desenvolvimento de campo pela instituição.

Com a Conferência de Vancouver e o *Movimento da Paz por meio do Turismo*, em 1986, vários grupos de estudos e institutos surgiram, como por exemplo o Instituto Internacional pela Paz por meio do Turismo – IIPT (WOHLMUTHER *et al.*, 2014). Atualmente, o IIPT promove uma conferência global anual, bem como fornece informações sobre as pesquisas nessa linha. A última edição, de 2018, celebrou o ano internacional da comunidade Turismo e paz.

Em 2000 surgiu o centro de estudos na Austrália (BLANCHARD; HIGGINS-DESBIOLLES, 2013), o Centro Internacional de Pesquisas sobre Paz por meio do Turismo – ICPTR, onde eram oferecidos os cursos especializados em paz por meio do Turismo. No artigo “Mais do que uma Indústria”, Freya Higgins-Desbiolles (2006) discute o Turismo como força social e direito humano, bandeira defendida pelo movimento criado pela autora, juntamente com Lynda-Ann Blanchard, por meio do Escritório Internacional de Turismo Social – BITS. Desde a década de 1990, a autora conduz cursos relacionados ao Turismo Social, nos quais compartilha suas experiências com os povos indígenas australianos.

Em 2008, Moufakkir (2010) lançou o jornal online de pesquisas sobre Turismo e paz² (WOHLMUTHER *et al.*, 2014), o Centro por Paz e Estudos de Conflito, em 2009e o Grupo

² O jornal referido no texto é o Journal of Tourism and Peace Research

de Trabalho Internacional pela Paz por meio do Turismo – PTIWG, voltado para assuntos de segurança e cidadania. Em 2010, criou a Comissão de Turismo pela Paz ligada à Associação Internacional de Pesquisas sobre Paz – IPRA (BLANCHARD; HIGGINS-DESBIOLLES, 2013).

Em âmbito nacional, uma significativa contribuição foi o Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Ministério do Turismo – MTur e a UNESCO nos anos 2004, 2005 e 2006. Esses eventos contemplaram o programa “Década Internacional de Promoção da Cultura de Paz e não Violência” (UNESCO, 2010).

O acervo levantado pelo Fórum apresentou cerca de 300 estudos de caso sobre o papel do Turismo na preservação das culturas e do meio ambiente e no desenvolvimento local em cerca de 80 países (MTUR, 2005). De acordo com a pesquisadora Marutschka Moesch, participante da equipe de sistematização do Fórum, não foi produzido nenhum material de referência, junto ao MTur, restando apenas fragmentos das atividades. Tal estudo ganha maior relevância em virtude das poucas pesquisas existentes no Brasil sobre o Turismo pela paz.

As iniciativas apresentadas na pesquisa defendem que a vocação de pacificação do Turismo se manifesta por meio da sua capacidade de criar proximidade entre povos e culturas em situações de conflito, promover justiça e equidade onde há desigualdade e interesses antagônicos, além do entendimento mútuo quando o preconceito e a intolerância distanciam os sujeitos. Portanto, o Turismo pela paz torna-se uma alternativa eficaz a ser utilizada em áreas afetadas por algum tipo de adversidade.

No Brasil, os índices de violência crescem avassaladoramente, exigindo que os órgãos executores de projetos socioambientais se aproximem mais dos grupos vulneráveis para atenderem as suas demandas e desenvolverem diálogos, que, nem sempre são bem-sucedidos. O Turismo pela paz tem uma abordagem e critérios bem estabelecidos para contribuir com o processo. A paz extrapola o sentido de quietude e harmonia e se amplia para o de liberdade, autonomia e crescimento qualitativo do coletivo por meio da hospitalidade em comunidade. Além disso, esse tipo de turismo desenvolve o senso de humanidade e ajuda na integração entre os diversos grupos.

Após a definição dos aspectos do Turismo pela Paz a serem abordados, foi preciso escolher uma realidade para verificar se os pressupostos se alinham a estrutura social analisada. O recorte espacial foi feito em 2018 e 2019 em Ilha Amarela e Rio Sena, que são

duas comunidades do entorno de uma área natural com vocação turística, porém pouco exploradas nesse campo por serem vulneráveis e vivenciarem situações conflituosas.

O que motivou a escolha das comunidades foi o fato de serem da região onde a pesquisadora nasceu e mora atualmente, por fazerem parte da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, que compreende as áreas mais pobres da cidade (PMS, 2016, p. 92,226) e estarem na borda da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu, Salvador – BA, na qual ela e seus familiares passavam o tempo de lazer nos anos 1990. Os interesses sobre a área natural são distintos e há pouca prática em viabilizar a inclusão e sensibilização da população do entorno.

Desde a década de 1970, missionários da França, Alemanha e Suíça vêm para ajudar financeiramente e com apoio técnico no desenvolvimento local. Eles tiveram papel fundamental na criação dos primeiros espaços de atendimento aos moradores, escolinhas comunitárias, creches e associações. Essas histórias apareceram nas conversas nos grupos focais contadas nos Capítulos 3 e 4.

Há dois grandes empreendimentos em andamento na região, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Náutico da Baía de Todos os Santos – BTS, realizado em parceria com a Fundação Escola de Administração da UFBA, a MTur/SETUR-BA e o BID (PHILLIPS, 2009), e o Projeto de Urbanização do Parque São Bartolomeu – PSB, do governo do estado (CONDER, 2013).

Desse modo o problema da pesquisa levantou a seguinte questão: como o Turismo pode contribuir com a pacificação e inclusão das comunidades do entorno da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu, Salvador - Ba? O estudo desenvolveu-se a partir da proposta do delineamento de uma metodologia do Turismo pela Paz utilizando as categorias de análise de Krippendorf (*apud* GASTAL, p.12) e se aprofundou na contribuição dos grupos focais da APA supracitada, sobre comunidade, humanidade e natureza.

O objetivo geral do estudo foi delinear as bases metodológicas do Turismo pela Paz a partir dos estudos internacionais e das experiências com os grupos focais de mulheres, homens, jovens e instituições da APA Bacia do Cobre – Salvador, Bahia. Os específicos foram:

- Analisar as relações entre Turismo, paz e bem-estar;
- Fazer um levantamento das características gerais do Turismo pela Paz nas pesquisas e nas iniciativas internacionais;

- Investigar os elementos da base epistemológica do Turismo pela Paz nos grupos focais formados na APA Bacia do Cobre – Salvador, Bahia;
- Refletir sobre a metodologia à luz dos resultados apresentados.

Após a estruturação do constructo da pesquisa, definiu-se a abordagem metodológica, qualitativa experimental pelas seguintes características: o contato intenso e prolongado com os participantes; a visão holística sistêmica, abrangente e integrada; o pesquisador é um dos principais instrumentos do estudo; a percepção sensível do pesquisador e o entendimento empático dos processos; a construção pode ser feita com os participantes; a necessidade de inserir os participantes no processo da escrita, de forma clara e inteligível (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014, p. 28).

A análise é participativa faz intervenções nos grupos a fim de observar os efeitos e mudanças ocasionados, diferente da qualitativa descritiva que lê e interpreta os fatos tais como se apresentam (RUDIO, 2015, p. 68). Essa abordagem vivencial será fundamental nas adequações posteriores que se fizerem necessárias durante a implementação da metodologia.

Os valores permeiam as experiências, que, por sua vez, formam os conhecimentos traduzidos na questão da pesquisa, que tem substância, conceitos e significados, forma, e características que definem o tipo de pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 87). Os valores e motivações ajudam na compreensão mais aprofundada dos problemas e preenchimento de lacunas de conhecimentos, essa abordagem é conhecida como pesquisa fundamental, e para apresentar soluções ou promover o levantamento de novos problemas, é intitulada de pesquisa aplicada.

O termo “experiência social” está associado ao tratamento investigativo em ambientes diversificados, para observação do tipo de comportamento e formas de resolução de situações (YIN, 2018, p. 43). Por se tratar da aplicação de um método criado no esboço da pesquisa, era preciso promover um ambiente onde fosse possível exercer um mínimo de controle dos eventos, para além do estudo descritivo, mas investigativo/experimental e que tivesse uma interação com o objeto na direção de recriar elementos dessa realidade observada, o que se dá na aplicação de estratégias mais aprofundadas.

A pesquisadora é também moradora de uma das comunidades, conhecedora dessa realidade a ser estudada. Em alguns processos procurou manter um certo distanciamento e observar os fatos para posicionamentos mais críticos sobre o objeto estudado. Nos grupos focais, cujos participantes, em maioria, eram amigos e muito próximos a ela, buscou manter o

respeito devido. Para alguns deles foi mais difícil compreender o lugar de fala da pesquisadora, exigindo da mesma postura e linguagem claras, honestas e próximas, principalmente com relação aos resultados. Os vários olhares dos grupos focais foram explicitados nas entrevistas com a devida descrição, e, ao final da análise a pesquisadora colocou suas observações.

A pesquisadora escolheu a metodologia da pesquisa qualitativa experimental para o delineamento da epistemologia do Turismo pela Paz por perceber que o processo do estudo de campo em si deveria ter resultados práticos, com articulações e engajamento comunitário estabelecidos. Uma vez que esse trata do protagonismo das comunidades residentes, precisava ser dada voz a esses sujeitos para que atendessem aos objetivos da pesquisa e para que fosse feito um estudo fidedigno e comprometido com a pacificação de áreas conflituosas, não apenas na parte teórica, mas em campo, lembrando que este lugar é o espaço contínuo de atuação da pesquisadora.

Ao pesquisar sobre a modalidade, apresentada no Capítulo 2, vislumbrou-se possibilidades concretas de transformação local em todos os aspectos das categorias de análise apresentadas nos Capítulos 2, 3 e 4. O que foi a forma mais sincera de dar o retorno do tempo de dedicação a esse estudo àqueles que confiaram o seu tempo e informações. O embrião da pesquisa se compôs com base nesse vínculo.

No Capítulo 1 discorreu-se sobre Turismo, paz e bem-estar, através do alinhamento sobre as desigualdades sociais e as formas de fortalecimento e protagonismo comunitário. Também se abordou o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa que cresce na América Latina e vem trazendo bons resultados nas comunidades vulneráveis. No Capítulo 2 refletiu-se sobre o Turismo pela paz à luz das pesquisas e iniciativas internacionais, com alguns exemplos da modalidade ao redor do mundo.

No Capítulo 3 foi feita a análise das contribuições dos grupos focais da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu a partir das categorias de Krippendorff (*apud* GASTAL, 2002, p. 13-18). No Capítulo 4 refletiu-se sobre a epistemologia do Turismo pela Paz, resultantes do estudo bibliográfico e de campo. No Capítulo 5 foram tecidas considerações finais sobre uma próxima etapa da pesquisa e a implementação da proposta apresentada no estudo.

Capítulo 1-Turismo, paz e bem-estar

A reflexão sobre turismo, paz e estado de bem-estar perpassa por diversos aspectos do constructo da sociedade, na sua relação com a ciência e com as formas de poder, nos princípios norteadores para o bem comum e pacificação das sociedades humanas. Resulta do momento de transição paradigmática no qual o Turismo, enquanto ciência social aplicada, vivencia. A crise da pós-modernidade traz novas formas de entender a complexidade humana e a diversidade em busca de sentido. A perspectiva abordou o fenômeno turístico como uma importante estratégia de aproximação de interesses públicos e sociais, de emancipação das comunidades em prol do entendimento mútuo, sob a égide da solidariedade.

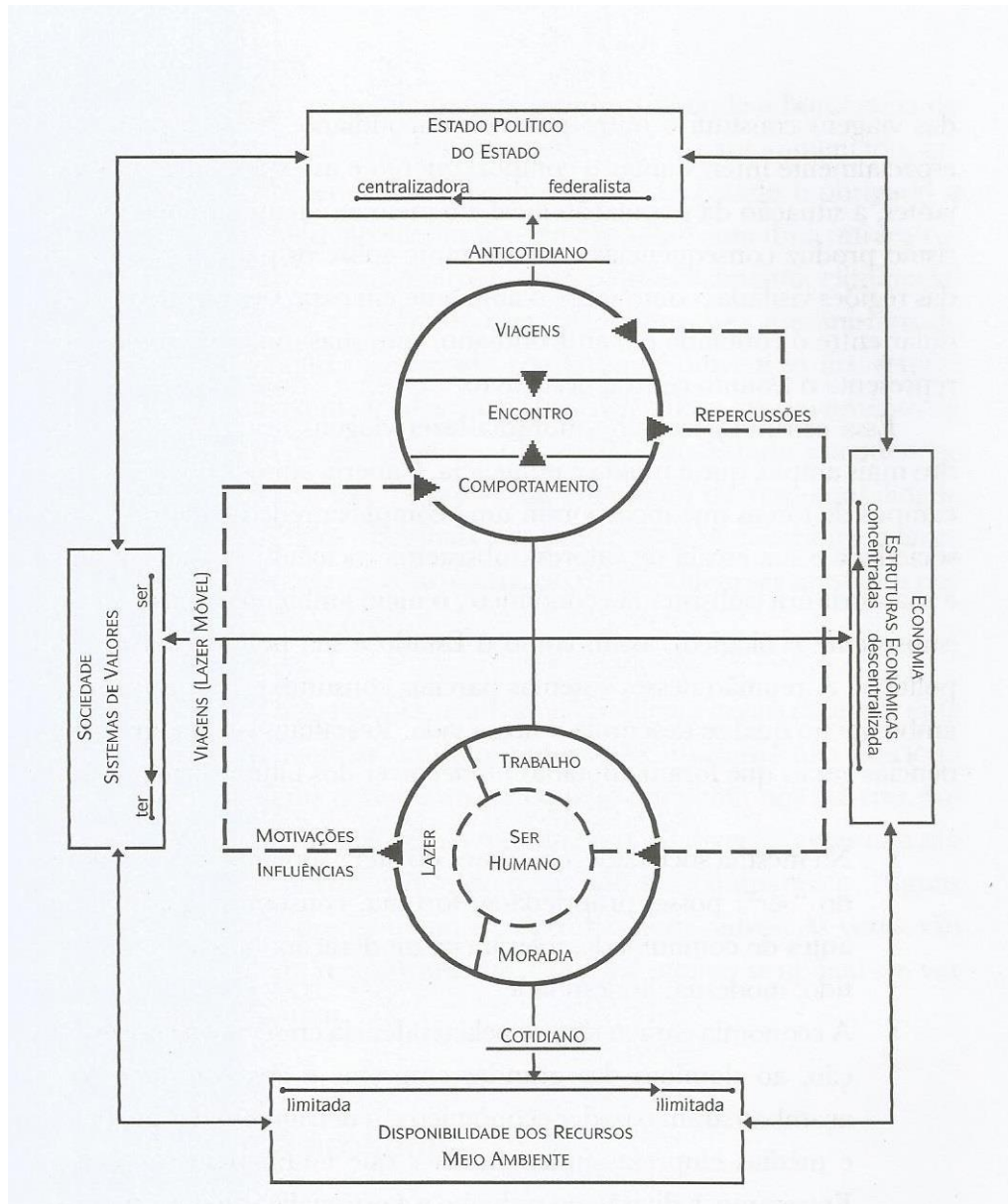
O Turismo é geralmente apontado como um dos fatores da violência e das desigualdades sociais. Mas, quando compreendido como parte do sistema capitalista industrial, que, por sua vez é muito mais amplo e se utiliza de diversos componentes para se manter, é possível analisar mais a fundo o seu papel no desenvolvimento e, incidir para que seus efeitos sejam em prol das comunidades, e não contra as mesmas (KRIPPENDORF, 2009, p. 18).

A *demanda turística*, assim como a *prosperidade*, a *agricultura* e a *cultura* são engrenagens de preservação da vida humana e da natureza. De acordo com Krippendorf (GASTAL, 2002, p. 12), essas engrenagens são processos complexos de difícil condução e controle e que precisam estar em constante equilíbrio para que os resultados sejam favoráveis.

É essencial que as funções sociais da vida, o comércio, a indústria e a recreação sejam harmonizados entre si e com a natureza. Isso deve ocorrer de forma que o potencial produtivo dos diferentes recursos naturais (...) seja assegurado a longo prazo, que uma população ativa esteja pronta e disposta a utilizar esses recursos, que eles continuem disponíveis e que a qualidade do ambiente natural, social e cultural seja garantido a longo prazo. (KRIPPENDORF apud GASTAL, 2002, p. 12).

Além disso, Jost Krippendorf (2009) compara o Turismo como um pêndulo que leva o indivíduo do polo do seu cotidiano, com suas esferas de existência, trabalho, moradia e lazer, para o polo do anticotidiano, no contexto das viagens, ocasionando mudanças no seu comportamento e na sua vida. Esse pêndulo sofre influência de quatro forças: o subsistema sociocultural, onde se concentra a escala de valores da sociedade, do ser e do ter; o ecológico, que envolve o meio ambiente e seus recursos; o econômico e sua estrutura; e o político, com o Estado e as políticas, conforme explicitado no Quadro 1:

Quadro 1: Modelo existencial na sociedade industrial



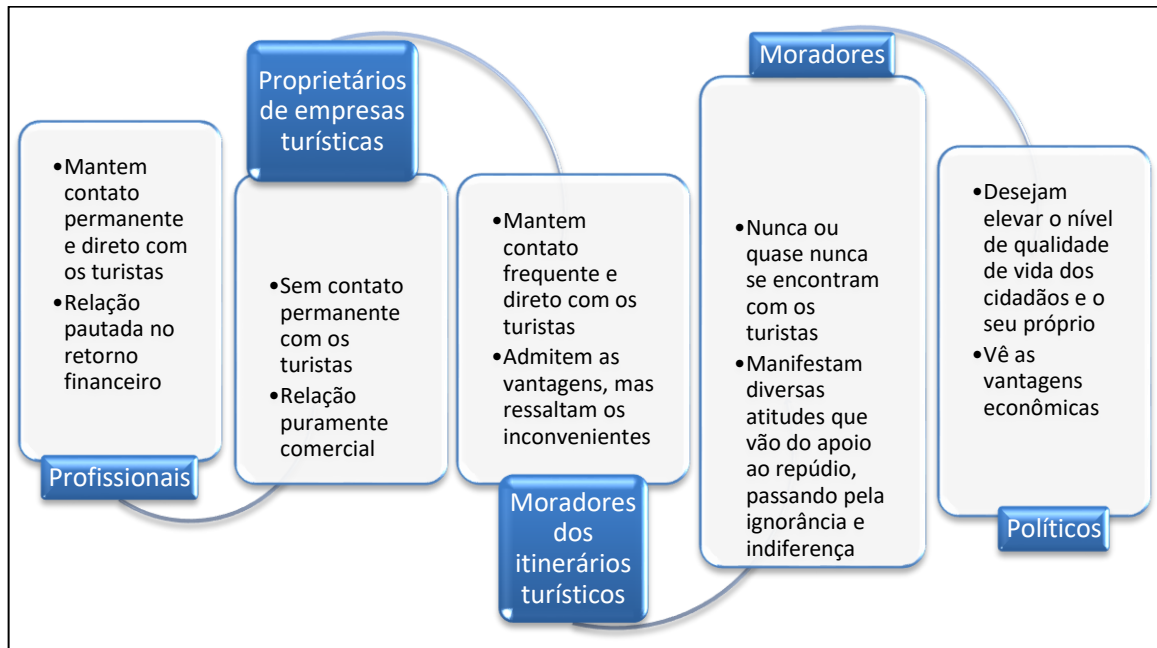
Fonte: Krippendorf, 2009, p.23.

O contexto atual apresenta um desequilíbrio acentuado no pêndulo. O subsistema econômico se utiliza do político para subjugar o sociocultural e o ecológico. Sendo assim, os valores do *ter* fortuna e explorar os recursos suplantaram os do *ser* comunidade e da solidariedade. O Turismo é um dos elementos geradores de riqueza, porém é vulnerável por concentrar-se no subsistema econômico.

O fenômeno turístico concentra-se nas motivações e interesses dos turistas; as comunidades autóctones se adequam às mudanças para atender as demandas. Esse comportamento se refere aos grupos locais beneficiários, profissionais do Turismo,

construção civil, proprietários de empresas turísticas e moradores que, de alguma forma se utilizam da atividade como complementar à renda. O Quadro 2 mostra a divisão da comunidade em cinco categorias:

Quadro 2: Características das populações residentes



Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em Krippendorf, Sociologia do Turismo, 2009, 72-73.

Há preeminência do interesse econômico nas comunidades residentes, exceto na quarta categoria, que abrange a maior parte dos moradores, sem ter relação direta com a atividade turística e nem participa das divisas geradas por ela. É um dos elementos fracos e pouco estudados do fenômeno.

Viver em comunidade se constitui no exercício orgânico da convivência entre as pessoas e a natureza, na hospitalidade, no diálogo e no uso consciente dos recursos naturais. Freire (1992) afirma que o existir é individual, e transcende a condição de estar no mundo, para estar com ele. É no ato de discernir que o ser humano compreende a sua limitação e busca o sentido na comunhão com a fonte e com os outros seres. Essa existência, portanto, dialoga, com outras existências. O diálogo firma o compromisso e integra todos no sentido de cuidar como princípio da preservação da vida.

Boff (2009, p. 82 e 84) aborda o sentimento, o afeto e o cuidado como “a experiência-base da vida humana” e que o “ser humano é fundamentalmente um ser de cuidado mais que um ser de razão e de vontade”. Esses valores são norteadores na relação entre os sujeitos, que

organizam a vida nas práticas sociais da infância ao envelhecimento, estudo, atividades para a subsistência e lazer fazem parte do sistema natural humano.

A vida segue o movimento da existência, na autorregulação do universo, além dos elementos e seres vivos seguirem a dinâmica natural da sintropia para a entropia³. Sendo assim, a paz é o “equilíbrio do movimento”, a medida relativa na qual os seres humanos vivem harmoniosamente no mundo e com ele, cuidando para que os recursos disponíveis perdurem e se reproduzam sem perdas (BOFF, 2002, p. 28). Krippendorf (2019, 29-31) salienta que enquanto não houver equilíbrio entre o subsistema econômico, social, cultural e natural/ecológico as condições de desigualdade e violência continuarão.

Para as comunidades vulneráveis, como se salienta no Capítulo 3, paz é sinônimo de autonomia, liberdade, harmonia na pluralidade e integração com a natureza. É garantida quando transcende a ideia de indivíduos para o coletivo e promove a aproximação entre as pessoas e com o meio ambiente. A cultura da paz tem como objetivo trazer o equilíbrio à interação humana e cessar a violência ao cultivar o respeito, a aceitação da diversidade e a solidariedade (UNESCO, 2010).

A violência é consequência da desumanização dos indivíduos, que se constituem no ajustamento, adequação a condições impositivas. O ser humano sofre ao tentar se adequar à ilusão da vida social nesses termos. A violência é também a violação ou privação do direito dos sujeitos, sendo que a paz é fruto da resolução de conflitos por ações não violentas. A desumanização desvela as desigualdades sociais. Já que condições desiguais provocam alterações nas relações territoriais, no uso e conservação dos espaços, e sobrepõem grupos sociais e áreas naturais.

As desigualdades sociais se caracterizam pela verticalidade, violação da condição de igualdade e exclusão das minorias. Nos países com muitas desigualdades sociais, os sistemas são discriminatórios e hierárquicos, coercitivos e não preventivos, e restringem a liberdade do indivíduo. Os impostos são sobre os produtos e não sobre o patrimônio, onerando a população menos favorecida na manutenção da máquina do estado, isso quando deveria sobrepor aos que tem mais essa responsabilidade, como na França e na Alemanha. A distribuição da renda do Estado varia conforme as relações de poder e de representatividade das classes sociais (KERSTENETZKY, 2012, p. 2).

³ Sintropia e entropia são terminologias da lei da Termodinâmica que significam “ordem” e “desordem” respectivamente, medem o grau de organização e a desorganização de um sistema.

As principais formas de desigualdades são:

- 1 – Distanciamento ou competitividade – coloca os sujeitos num ranking, no qual recursos, acessos e oportunidades são distintos;
- 2 – Exclusão – cria barreiras e categorias entre as classes e segrega os que não têm dos que têm e controlam os processos de distribuição de renda;
- 3 – Hierarquia – status social, distingue subordinados e subordinadores numa relação de dependência, privilégios e patriarcado;
- 4 – Exploração – subjugação dos desfavorecidos e das riquezas por meio do trabalho (THERBORN, 2010).

Apresenta-se como efeito colateral principal à falta de investimento do Estado no bem-estar dos cidadãos. O modelo de controle social inibe o desenvolvimento de ações autônomas das comunidades. Isso ampliou o quadro de violência, principalmente nas zonas urbanas e nas grandes metrópoles. A máquina burocrática do Estado tende a fazer com que as ações sejam mais centralizadas, com responsabilidade maior sobre a redistribuição de renda das populações desprovidas de recurso. Nos países do hemisfério sul a centralização, a burocratização dos serviços e a falta de autonomia e fortalecimento são características muito fortes das políticas atuais dos governos.

Historicamente, os Estados de bem-estar são produtos do capitalismo liberal. Inicialmente surgem para executar as ações de garantia da seguridade social, com o intuito de encobrir os acidentes de trabalho na indústria do século XVIII. A legislação estruturante da assistência social nos anos iniciais segue linhas tradicionais de controle de Estado para manutenção da ordem pública, punição da vadiagem e administração do mercado de trabalho (KERSTENETZKY, 2012, p. 2).

No período pós-guerra, o sistema econômico e os Estados de bem-estar são impulsionados pela ciência que direcionou as sociedades modernas à ideologia da industrialização da economia, no ciclo de crescimento da produção-trabalho-renda-consumo, atingindo a fase áurea entre 1945-1970.

O Estado de bem-estar criou oportunidades de mobilização social, por garantir acesso aos principais elementos democráticos da sociedade, e abertura de oportunidades de inserção das demandas dos menos favorecidos na agenda de políticas públicas. Além disso, possui em sua constituição três características principais: promover a seguridade para os que, por motivo

de limitação física, de saúde ou de idade, não possam exercer alguma atividade no mercado; o estado de bem-estar passa a ser reconhecido com um direito dos cidadãos e um dever do Estado desde 1945; a receita torna-se a garantia de participação política dos cidadãos, principalmente com a inserção do voto (PIERSON, 1998; 1991, p.101-103).

A partir de 1945 cresce também o incentivo às viagens para aproveitamento das férias. O avanço tecnológico na comunicação e nos transportes levou as pessoas a conhecerem espaços mais distantes do seu lugar habitual, como subterfúgio ao cotidiano cansativo do trabalho e à realidade de desigualdades, corrupção e violência do seu espaço.

O aumento do poder aquisitivo negligenciou a condição humana e aumentou a exploração de mão-de-obra pelo mercado e a indústria, bem como a quantidade de resíduos provenientes do consumo, sem destinação para reutilização pela própria máquina, que chegou ao nível de saturação, colocando as sociedades pós-modernas em circuitos de crises contínuas. O ser humano esquece que os recursos são esgotáveis e a ciência, por meio da tecnologia, cria uma impressão ilusória de controle sobre a natureza; as pessoas passam a consumir mais sem se preocupar com a escassez dos recursos e com o aumento de resíduos no meio ambiente.

Os subsistemas entram em colapso após 1970, ocasionado por agentes externos, como a crise do petróleo, que direcionou novas políticas sociais em prol da diminuição dos seus efeitos; e por agentes internos, como a desnaturalização do estado de bem-estar e da sociedade, ocasionada pelo enfraquecimento do contrato social firmado no período de 1945-1970 (KERSTENETZKY, 2012, 2002, p.3-4). A economia industrial gerou milhares de desempregados no mundo e as desigualdades sociais.

O subsistema econômico, como os outros, é atinente a existência humana. É preciso ressignificar o bem-estar, torná-lo subjetivo, e reconciliar os conceitos de economia pensando sobre que desenvolvimento serve ao bem comum, para assim garantir a condição de estar no mundo. É possível criar mecanismos para humanizar as relações econômicas e reinstaurar a paz, ou seja, trazer equilíbrio ao movimento.

Equilíbrio é a justa medida entre o mais e o menos. É o ótimo relativo. A paz como equilíbrio do movimento somente surge quando há justa medida do movimento, nem excessivo, nem deficiente, seja nas pessoas, nas comunidades e nas sociedades. [...] A justa medida consiste na capacidade de se usar potencialidades naturais, sociais e pessoais de tal forma que elas durem o mais possível e possam, sem perda, reproduzir-se. (BOFF, 2002, p. 28)

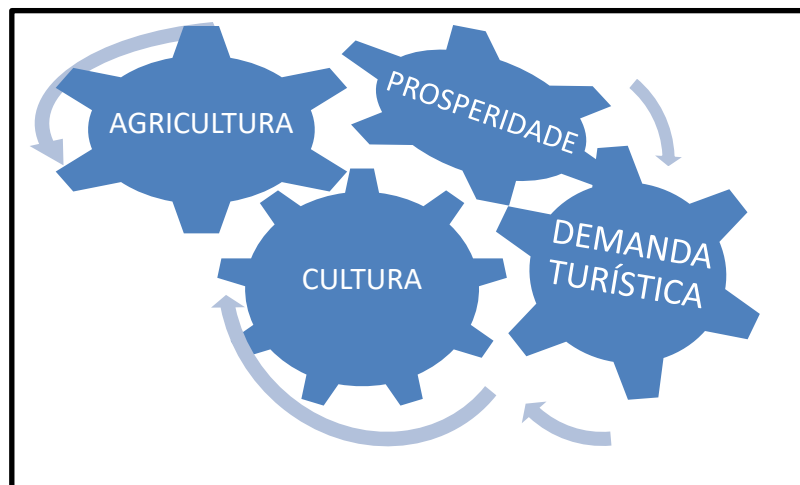
O que se propõe é que a sociedade se aproprie da economia e que os sistemas priorizem o crescimento qualitativo. Krippendorf (2009, p. 25) afirma que “do nascimento à morte,

todas as atividades estão literalmente arriscadas a serem comercializadas”. As atividades humanas quando tem por objetivo a qualidade de vida, a saúde e a subsistência do coletivo promovem esse estado de bem-estar.

O resultado disso será incluir nos relatórios anuais do Turismo, além do quantitativo das atividades rentáveis, aquelas que favorecem pessoas. Além do número de iniciativas do Turismo voluntariado, das pessoas atendidas e do quanto financeiramente isso poupa os cofres públicos. Para isso, é preciso priorizar o ser humano, reaprender a conviver e religar o que faz ao que é.

O sistema turístico é complexo e pode ser visto como uma máquina com engrenagens que se inter-relacionam. No Quadro 3 estão citados os quatro mecanismos de Krippendorf (apud GASTAL, 2002, p. 13–18):

Quadro 3: As engrenagens do Turismo



Fonte: Elaborado pela autora. Krippendorf, Turismo, Investigação e Crítica, 2002, p. 13-18.

Na *demanda turística*, os fatores-chave para a máquina funcionar bem são recursos, que incluem a renda e os bens básicos necessários à sobrevivência, qualidade de moradia, de trabalho; além da racionalização para obter mais resultados, assim diminuir o esforço e aumentar o tempo livre; e na tecnologia, tanto nos transportes como na comunicação (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, 2002, p. 14).

Essa engrenagem cresce em espiral, sem limites de demanda – infraestrutura e facilidades – investimentos – para promoção de vendas, e se expande. Ela faz girar a engrenagem da *prosperidade*, que são oportunidades de emprego, aumento da renda, mais

investimento nas facilidades, através da ampliação do setor de construção, na procura pelos produtos e serviços turísticos (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, 2002, p. 15).

A engrenagem da *agricultura* anda em desarmonia com o Turismo. Em princípio, o fenômeno melhora a propriedade, mas, à medida que avança, começa a competir com a atividade agrícola, que se não for racionalizada e não tiver políticas agrárias consistentes, perde espaço e mão-de-obra. A atividade agrícola, principalmente a familiar e as que têm uma preocupação com a forma de produção consciente, ajuda a conservar a paisagem, além de ser uma forma de subsistência importante (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, 2002, p. 15–17).

Todas as outras engrenagens influenciam na *cultura* nativa,

Os turistas, com suas diferentes demandas e comportamentos, a terra que foi vendida, o aumento no preço das terras, os investimentos feitos com capital estrangeiro e sobre controle estrangeiro, as persianas fechadas das casas de veraneio, o número crescente de recém-chegados e trabalhadores de fora, a posição enfraquecida da agricultura. (KRIPPENDORF *apud* GASTAL, 2002, p. 17)

O Turismo se expande rapidamente e provoca todas essas modificações nas relações entre as engrenagens. O problema é que, em algum ponto desse desenvolvimento desequilibrado, ela mesma não pode manter-se, seja pela degradação do ambiente, pela revolta das comunidades residentes ou pelo nível de saturação dos turistas. As mudanças paradigmáticas estimulam o surgimento de novas abordagens e formas de equilibrar os subsistemas.

Contempla a condição humana de estar no/com o mundo, com hábitos de consumo e geração de energia menos impactantes ao meio ambiente, que inclua todos e não favoreça exclusivamente alguns, e garanta a equanimidade das divisas (FRANÇA FILHO, 2019, p. 18). Apenas, ao fortalecer as comunidades e dar-lhes autonomia, pode haver harmonia e promoção de direitos.

A mudança do sentido do poder, a partir das comunidades para a supraestrutura, embora pareça utópica, é a forma mais próxima do modelo da paz e do bem-estar subjetivo. França Filho (2019) utiliza o conceito de Amaro (*apud* FRANÇA FILHO, 2019, p. 21) de desenvolvimento local ou comunitário .

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (AMARO *apud* FRANÇA FILHO, 2019, p. 21)

Para isso, têm-se as premissas básicas: estudo das necessidades com participação das comunidades; respostas baseadas nos recursos e capacidades locais; e problemas e soluções integrados, conjugando os componentes às áreas de intervenção (FRANÇA FILHO, 2019, p.23).

Uma vez que a supraestrutura pouco compreende a realidade das comunidades, cabe a estas exercerem o seu protagonismo e reestruturarem as bases, com novos conceitos e olhares partindo das populações locais. Não é possível gerar desenvolvimento sem incluir os sujeitos, como Krippendorf salienta, “o único caminho evolutivo a ser seguido é o do crescimento qualitativo”. O bem-estar subjetivo inclui todas as atividades desenvolvidas pelo ser humano (GASTAL, 2002, p. 20).

O autor apresenta 10 princípios para essa construção:

- 1- Reestruturação do crescimento do Turismo em harmonia com as demais engrenagens, prosperidade, agricultura e cultura;
- 2- Substanciar os elementos fracos do Turismo e preservar os que estão em crescimento;
- 3- Analisar e definir de forma comedida os objetivos do desenvolvimento;
- 4- Construir políticas de uso do solo e de planejamento pertinentes e em consonância com os objetivos do desenvolvimento.
- 5- Controle da infraestrutura e facilidades atreladas aos objetivos de desenvolvimento;
- 6- Seguir políticas “verdes” para proteger a natureza e paisagem efetivamente;
- 7- Fortalecer a agricultura para preservar as características naturais;
- 8- Expandir as outras áreas econômicas locais;
- 9- Preservar a cultura local. Criar políticas de desenvolvimento voltadas para as necessidades dos moradores;
- 10- Utilizar o marketing, a propaganda e a publicidade para servirem aos cuidados com o desenvolvimento do Turismo adaptado as condições locais (GASTAL, 2002, p. 21-23);

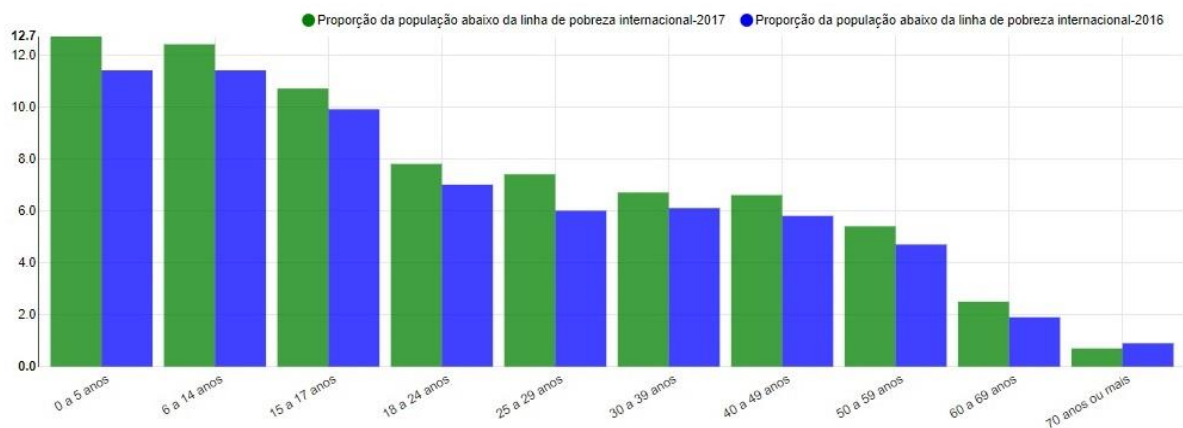
As proposições de Krippendorf (GASTAL, 2002, p. 21–23) incluem a ideia de comunidade, humanidade e integração com a natureza no conceito de Turismo, evidenciando o papel das comunidades residentes no acolhimento, no desenvolvimento local. Como conjunto de atividades que permitem ao turista se integrar com pessoas de fora de seu convívio e trabalhar o senso de humanidade e solidariedade.

A abordagem mostrou que um novo Turismo é possível se incluir todos e priorizar o bem comum. E, diante do desafio dos impactos já criados pelo capitalismo, o primeiro passo é empoderar os indivíduos nas comunidades, fortalecer os seus princípios, para além das meras relações de mercado. O segundo é aproximar o turista dessa realidade, dando oportunidades aos sujeitos de manifestarem a sua forma de ser e de viver, para que, a partir da experiência vivenciada, os fatos substituam os prejulgamentos. O terceiro é criar novas formas de gerar benefícios por meio dos mesmos sem prejudicar as comunidades residentes e o meio ambiente.

1.1. Turismo Comunitário

A redução das desigualdades tornou-se um item obrigatório na agenda das políticas públicas, em âmbito internacional, no início do século XXI, e se fortaleceu com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS (UNWTO, 2016b). O cenário brasileiro, quanto aos índices de pobreza, é de crescimento gradativo, nos anos iniciais, conforme mostra o Gráfico 2:

Gráfico 2: ODS 1 – Proporção da população abaixo da linha da pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)



Fonte: IBGE, Índice de pobreza Brasil 2016-2017, 2018

O Turismo é uma estratégia importante de transformação social e formação cidadã, além do enfrentamento das diferenças e de aprendizado na diversidade, diante da crise que a sociedade brasileira enfrenta. As mudanças precisam ser pautadas nos valores humanos, de qualidade ambiental, bem-estar subjetivo e inclusão social.

O processo de desenvolvimento comunitário é multidimensional. Baseia-se na dimensão política, de participação cidadã e de equidade dos direitos; na econômica, de distribuição da renda de qualificação profissional e para o empreendedorismo; no social, de fortalecimento das culturas, preservação da identidade e ancestralidade dos indivíduos, e comunidades; no ambiental, para a garantia da manutenção da biodiversidade e do acesso por todos aos ambientes saudáveis e ao lazer. Ainda, a dimensão simbólica/imaterial integra todas as dimensões anteriores no pertencimento, bem-estar, ancestralidade e na cidadania planetária (IRVING *et al.*, 2015, p. 43).

Segundo Maldonado (*apud* BARTHOLO *et al*, 2009, p. 28), o movimento do Turismo Comunitário – TC, começou na América Latina, com a proposta de Turismo Rural Comunitário, na década de 1980, impulsionado por ONGs ambientais e entidades internacionais financiadoras. No Brasil, o Turismo Comunitário começou na década de 90, com os Encontros de Turismo de Base Local – ENTBL.

Esses encontros preconizavam a valorização da identidade comunitária e consideração às suas demandas e especificidades como centrais no planejamento turístico. Vários pesquisadores colaboraram para a elaboração de propostas em parceria com o governo, comunidades e instituições internacionais e da sociedade civil. A Tabela 2 mostra formas de organização dos países para sustentação da modalidade:

Tabela 2: Federações nacionais e parcerias locais de turismo comunitário participantes nos encontros regionais REDTURS: 2007-2008

1. RITA: Rede Indígena de Turismo do México.
2. SENDA SUR: Rede de Turismo de Chiapas Ecotours e Etnias, México.
3. FENATUCGUA: Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala.
4. A Rota Moskitia: Rede de comunidades, Honduras.
5. MUTU: Rede de Turismo Mulheres Garífunas, Honduras.
6. RENITURAL: Rede Nicaraguense de Turismo Rural.
7. ACTUAR: Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário.
8. COOPRENA: Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional, Costa Rica.
9. Congreso KUNA: Secretaria de Turismo, Panamá.
10. KAÍ ECOTRAVEL: Operadora Turística Comunitária, Colômbia.
11. ASOPRES: Associação de Prestadores de Serviços Turísticos, Calima, Colômbia.
12. Runa Tupari: Rede Provincial de Imbabura, Equador.
13. FEPTCE: Federação Plurinacional de Turismo Comunitário do

14. REDTURC-Titikaka: Rede Comunitária, Puno, Peru.
15. Capachica: Rede comunitária de Capachica, Peru
16. TUSOCO: Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário.
17. TURISOL: Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário.
18. ONPIA: Organização Nacional de Povos Indígenas da Argentina.
19. Turismo Campesino: Rede dos Vales Calchaquíes, Salta, Argentina.
20. Huella Gaucha: Rede Provincial de Turismo Rural de base comunitária, Jujuy, Argentina.
21. Mapu Lahual: Rede de Parques Comunitários, Chile.

Fonte: Bartholo *et al*, Turismo de Base Comunitária, 2009, p. 42-43.

O TC está presente em todos os países da América Latina e com políticas públicas nacionais consolidadas na Guatemala, em Costa Rica, na Nicarágua, no Equador, no Peru e na Bolívia. O programa inclui 15 mil comunidades rurais e urbanas, tradicionais e não tradicionais, com características comuns de propriedade coletiva, sistema democrático participativo nas tomadas de decisão e distribuição de direitos e deveres. O objetivo principal é eliminar a pobreza por meio de estratégias diversificadas de geração de emprego, receitas e criação da oferta turística (MALDONADO *apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 40-41).

Os fatores que levaram à expansão da modalidade são: oportunidade de apresentarem a sua cultura, por meio de experiências autênticas locais, sem intermediação de segmentos convencionais do Turismo, formando um nicho especializado; uma alternativa para a diminuição da pobreza local; a importância das pequenas e microempresas locais na diversificação de ofertas no setor; e as estratégias indígenas de preservação da cultura (MALDONADO *apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 26-27).

O TC ganha espaço enquanto política pública no cenário brasileiro no Plano Nacional de 2007-2010 em consonância com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visava à promoção do “turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional” (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA *apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 362).

A caracterização da tipologia no Brasil difere do TC nos outros países latinos ao inserir o aspecto da competitividade. A ação mais expressiva do PNT foi a seleção de projetos de TC cujo investimento chegou a cerca de R\$ 3.3 milhões de reais. Cerca de 19 estados foram contemplados, sendo o Rio de Janeiro e Ceará os que tiveram mais propostas aprovadas, seis cada um (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA *apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 369).

O Turismo Comunitário visa à valorização do patrimônio natural, material e imaterial das comunidades a partir de uma visão holística que unificam o homem e a natureza como indivisíveis. As ações da comunidade se sustentam na solidariedade, conservação e uso sustentável da biodiversidade. Para as comunidades que a vivenciam é uma atividade empresarial complementar e não substitui as tradicionais de sobrevivência dos costumes.

Por **turismo comunitário** entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO *apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 31)

As características principais são: uso de recursos próprios, cooperativista, no qual todos os benefícios são compartilhados equitativamente em projetos sociais e produtivos, ações de fortalecimento das comunidades ante as pressões dos órgãos externos de turismo. A comunidade mantém suas especificidades e limitações, diferencia seus produtos e qualifica-se profissionalmente para as atividades turísticas, dentro dos moldes criados no coletivo.

Alguns problemas que podem ser enfrentados na modalidade e precisam ser observados durante todo o processo de implementação e execução do Turismo Comunitário, segundo Maldonado (*apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 31-33):

- Oferta dispersa e fragmentada;
- Escassa diversificação dos produtos turísticos;
- Limitação profissional para a gestão;
- Qualidade heterogênea dos serviços;
- Posicionamento e imagem incertos e pouco divulgados
- Deficiência dos mecanismos de informação
- Comunicação e organização comercial;
- Participação subserviente das mulheres;
- Déficit dos serviços públicos.

Maldonado (*apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 34-36) indica seis níveis de participação das comunidades no turismo:

- O nível da autogestão do negócio, o qual a própria comunidade mobiliza seu patrimônio cultural, natural e social;
- O da parceria com empresa privada, no qual a empresa compartilha a gestão e os direitos aos bens e benefícios, assim a comunidade, ao longo de 10 ou 15 anos gradativamente torna-se a administradora do negócio, podendo ou não refazer a parceria com a empresa;
- O da parceria comercial com operadoras de turismo, em que uma operadora faz as viagens conforme acordo com a comunidade. Então, recebe comissão pelos serviços prestados; concessão de recursos comunitários, na qual a operadora solicita o usufruto temporário dos serviços naturais e culturais, pagamento de taxas fixas nas transações;
- O do trabalho assalariado para operários por uma empresa privada que se instala no entorno da comunidade;
- As formas híbridas, que são as parcerias com operadoras privadas, as quais oferecem os turistas e o trabalho assalariado.

A modalidade se cria no diálogo entre os sujeitos, reforçando a centralidade dos atores e do saber local no processo de transformação de sua realidade. A comunidade é o ideário de vida almejado pelos cidadãos que compartilham de ambientes diversos, em que se é atribuído um valor simbólico de pertencimento e identificação, no campo dos mitos, crenças, valores e experiências, conhecimentos e saberes (BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 45).

Desse modo, o desenvolvimento situado é criativo e respeita as individualidades, as idiosincrasias dos cidadãos para a convergência das ideias e das necessidades. As comunidades se associam por cooperativas, empreendimentos comunitários ou pequenos ou médios empresários para a implementação das práticas do setor do turismo.

Capítulo 2 - Turismo pela paz

As ações humanas acontecem no contexto do meio ambiente e das relações, definindo a natureza humana como integradora e instauradora do bem comum. A leitura de mundo está baseada nas experiências vivenciadas nas premissas da comunidade, humanidade e natureza. As ações individuais dos sujeitos, que integradas pela consciência de estar com o mundo e de transformá-lo, são refletidas no coletivo, na comunidade. O espírito de solidariedade e de humanidade atrai o olhar para o conjunto da obra, para a complexidade da vida.

O ser humano é complexo, assim como o mundo. As relações são subjetivas e preenchidas de valor simbólico, nas quais o cotidiano e as viagens são indissociáveis. Os sujeitos carregam consigo as idiosincrasias, comportamentos, sentimentos e relações afetivas que revelam a sua forma de ser com sua comunidade cotidiana. Como Moesch (2007, p. 10) salienta, o Turismo leva o viajante a “re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas” (MOESCH, 2007, p. 11).

A comunidade autóctone compartilha suas vivências, perspectivas e práticas incutidas em sua condição de seres integrados com o mundo e acolhem essas novas realidades trazidas pelos turistas. Ambos influenciam uns aos outros e favorecem a ampliação da percepção da sua realidade, tornando-os protagonistas do fenômeno turístico. O desequilíbrio é gerado quando se evidencia este em detrimento daquela. O seu empoderamento reconstrói o senso de humanidade e restaura a capacidade de ser feliz e de se integrar. Além disso, instaura uma consciência coletiva de cuidado das pessoas e do espaço onde habitam, de modo a proporcionar lugares de lazer e de convivência.

A pesquisa trata do fenômeno turístico na perspectiva das comunidades residentes, que proporcionem oportunidades aos turistas de participarem do seu cotidiano em prol do fortalecimento da cidadania, da inclusão e valorização dos sujeitos e da sustentabilidade. Moufakkir e Kelly (2010a, p. 277) afirmam que o turismo contribui para a paz quando ajuda a “elevar os padrões de vida das comunidades de destino”; respeita e ajuda a “proteger os ambientes biofísico e sociocultural da comunidade”; quando encoraja “o desenvolvimento de atitudes favoráveis entre os visitantes e os residentes do destino”; cultiva, adota e promove “a cultura de paz entre os cidadãos do mundo”.

O Turismo pela paz é percebido como um conjunto de práticas construído na relação entre comunidades residentes e flutuantes, com o propósito de compartilhar conhecimentos e

experiências, no qual o turista é voluntário nas atividades desenvolvidas, oferecendo suas especialidades (MOUFAKKIR; KELLY, 2010a). A concepção do turista no Turismo pela Paz se emancipa. Segundo Avena (2008, p.74-75), o Turismo convencional o considera como produto das leis de mercado. O status voluntariado qualifica o sujeito que se disponibiliza a essa prática a se integrar na comunidade de convivência temporária. Ele aprende com ela e passa as experiências de sua cultura, se humaniza e deixa de ser mero consumidor das atividades turísticas.

A natureza da comunidade é definida por seus valores, pelos princípios da equidade, reciprocidade e confiança com base na convivência, no bem comum e na preservação da diversidade identitária. Essa tem relação com o pertencimento e a ancestralidade, sendo que a partir dos mesmos se constitui o seu patrimônio. Segundo Maldonado (*apud* BARTHOLO *et al.*, 2009, p. 28), “a diversidade cultural para a humanidade é tão essencial como a diversidade biológica é para os organismos vivos”.

A história e a cultura resultam de processos complexos de transcendência e diálogo entre os indivíduos e se constituem no seu legado para as gerações seguintes. “Pelo seu poder criador o homem pode ser eminentemente interferidor”, afirma Freire (2002, p. 49). Ele recria, discerne e se integra, além de estar com o mundo e não apenas nele. Cabe aos animais se adaptarem. A virtude da integração é inerente à condição humana e quando não exercida o homem se desumaniza.

Maturana (2005) salienta que a violência existe ao negar a humanidade do outro e que a paz é o resultado das relações de respeito ao jeito de ser de pessoas e povos. É um estado interno de harmonia e sua manifestação no coletivo se dá através da linguagem e da convivência como resultado do nível de equilíbrio interno de cada um (RODGERS, 2010). O distanciamento da natureza pacífica do ser humano cria vulnerabilidade às influências externas e afeta o seu instinto de proteção. O outro torna-se um inimigo em potencial, o que ocasiona os conflitos.

Todos os seres humanos existem nesse planeta e compartilham dos benefícios que esse proporciona, isto é independente de conhecerem uns aos outros, faz parte do sentido de ser e importar-se com a existência da alteridade. As viagens são oportunidades de contemplação da beleza humana, de sua singularidade na diversidade, de sua capacidade de conviver pacificamente no devir dos acontecimentos do passado e presente no vislumbre de um futuro promissor.

O ser humano exercita a sua capacidade de amar e de ser pacífico diante dos outros seres e do planeta, no sentido do cuidado, por meio da vida em comunidade, com a qual soluciona os problemas. Essa é a natureza da paz, ela capacita os sujeitos a atuarem com equidade e solidariedade. É o principal motivo pelo qual pessoas convivem juntas num mesmo espaço.

Allport (DOVIDIO; GLICK; RUDMAN, 2005, p. 264–273), criador do método da Hipótese de Contato, da Psicologia Social, diz que para as pessoas conviverem pacificamente, sem preconceitos há princípios que precisam ser considerados no contato. Como o princípio da *equidade*, que impõe a condição de que o status entre os envolvidos seja próximo. Quando há disparidades muito grandes o esforço entre os indivíduos para o consenso será muito maior e a conexão pode se perder. Os grupos se socializam mais facilmente quando os *objetivos* são *comuns* e, com isso, eles se abrem para a *cooperação mútua*. O *apoio* de entes e pessoas fora da situação de conflito e com habilidades para aproximar pode favorecer o diálogo.

O método é aplicável na inserção de pessoas em lugares com outras culturas ou em ambientes conflituosos em que se precisa restabelecer vínculos. Allport (1979) aborda a necessidade de ver o outro como ser humano, além das situações que o levou à condição sub-humana, para que haja superação. Um exemplo é a situação de refúgio. Atualmente vê-se um grande movimento migratório de refugiados e deslocados na África, América, Ásia e no Oriente Médio, em lugares totalmente desolados por guerras, calamidades naturais e pobreza extrema.

O Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967 atuam como elementos do Direito Internacional no engajamento dos países que possuem condições de colaborar com essas pessoas (ACNUR, 2011). O número de refugiados de guerra e perseguição e deslocados mundialmente chegou a cerca de 43,3 milhões em 2009 (SILVA, 2012) e pulou para 68,5 milhões em 2017 (ACNUR, 2017). Esses êxodos mostram que não existem mais fronteiras para ações de solidariedade e de integração entre os indivíduos.

Inclusive o Turismo tem concepções, estruturas de planejamento e de execução diferentes dos princípios de acolhimento de refugiados. Refere-se aos fenômenos e aos relacionamentos produzidos a partir das viagens e da permanência de pessoas em destinos fora da sua rotina num período menor que um ano, em que não se tem intenções remuneráveis (JAFARI, 2016).

Um ponto em comum é que, assim como as migrações, as viagens turísticas tratam das relações de acolhimento, boas vindas, inclusão e compartilhamento (JAFARI, 2016), ações pautadas na natureza pacífica dos indivíduos, sejam residentes, hóspedes ou refugiados, no exercício da cidadania global (KANT; TRUYOL Y SERRA; ABELLAN, 2008).

O Turismo estudado aproxima pessoas de povos diversos e os engaja nos processos de pacificação. Como exemplo, o rabino da Congregação Judaica do Brasil, Nilton Bonder (2008) relata a experiência vivenciada no projeto “O caminho de Abraão”, do departamento de negociação de conflitos da universidade de Harvard, com outras 22 pessoas, entre lideranças de diversas religiões e filosofias, ONG pela paz, professores da universidade e guias. O intuito da proposta era tirar os sapatos do preconceito e intolerância, entre esses grupos conflituosos, por meio da integração durante a peregrinação, e naturalmente cessar o estranhamento entre eles ao reconhecer as paridades. Os viajantes percorreram os 1.200 km feitos pelo patriarca em sua jornada, desde as ruínas de Haran, na Turquia, até Hebron, onde está o seu túmulo.

Ao passar pelos lugares, os viajantes iam conhecendo culturas e reconhecendo as histórias relacionadas a esse personagem importante para as três religiões: cristã, hebraica e islâmica. Os sapatos representam o ajustamento, a adequação do olhar e o instrumento identitário idolatrado pelos sujeitos.

O “Caminho de Abraão” pauta-se nas três premissas da vida do patriarca, de que o ser humano é imagem e semelhança de Deus; todos os sujeitos são iguais e livres para manifestarem suas diferenças de pensamento e de experiências; e o principal comportamento humano é ser compassivo e acolher/hospedar (BONDER, 2008).

A cultura é a manifestação física do alinhavo social, ancestral, material e imaterial da família humana, fruto do relacionamento entre pessoas de idades, gêneros, credos, fazeres, interesses diversos. A cultura de paz torna as ações e tradições humanas um legado universal, para que cada sujeito, quando as gerações futuras o reconheçam, tenha consideração e desfrute do mesmo (MOUFAKKIR; KELLY, 2010). Nesse mundo de muitos conflitos a cultura de paz precisa ser aprendida, o que só é possível na convivência.

A convivência com pessoas diferentes de sua cultura identitária é desafiadora, pois, exige paciência até que o diálogo possa acontecer. Começa com o estranhamento, o confronto interno entre as concepções ante a nova situação manifestada, e nesse momento o indivíduo encontra-se armado com suas ideias difusas. Ao mesmo tempo, ele tem curiosidade

e parte em busca de conhecer mais sobre aquela realidade que se apresenta. E, por fim, acontece a entrega quando ele se rende para se integrar com o outro e com o mundo.

Há outras iniciativas que mostram como o Turismo pela Paz pode promover cooperação entre pessoas:

- O *Peace Boat*⁴, criado em 1983 por um grupo de estudantes universitários japoneses que comprou um barco para visitar os países vizinhos, vítimas dos conflitos na região Ásia-Pacífico.
- O *Servas International*⁵ é um sistema de hospedagem gratuita com o objetivo de oferecer experiências de proximidade entre pessoas de culturas diferentes. Tem 15.000 meios de hospedagem em 100 países.
- O *International Institute for Peace Through Tourism – IITP*⁶, fundado por Louis D’Amore em 1986, congrega empreendimentos no mundo inteiro que contribuem para o entendimento internacional e a paz global. O quadro completo está disponível no apêndice.

Essas ações sustentam o sentimento de pertencer à comunidade global, para além das limitações da língua e das fronteiras. O Turismo pela Paz constrói pontes e une as pessoas por meio do senso de humanidade e comunidade, isto é, no sentido de estar com o mundo. Kant (1795, p. 42) defende o direito global à hospitalidade como o princípio da cidadania, segundo a qual nenhum estrangeiro deve ser considerado como inimigo. Além disso, a hospitalidade não pode ser vendida, agendada, nem cancelada porque faz parte do fluxo das relações humanas no contexto do acolhimento e das viagens.

Uma experiência vivenciada pela pesquisadora em Turismo pela Paz foi a aproximação com o movimento *Brechó Eco solidário*, em Salvador do qual participou durante quatro anos, até 2015. Sediado em Lion, Parque Tête d’Or, França, como Diálogos em Humanidade, é promovido também no Rio Grande do Sul e tem como objetivo trabalhar o senso de humanidade e de solidariedade ao promover atividades voluntárias em bairros carentes.

É um fórum mundial que surgiu em Johannesburgo, em 2002, com a missão de aproximar pessoas de todo o mundo em corpo, coração e espírito, para compartilhar conhecimentos e fazer emergir valores universais de paz, respeito, cooperação e solidariedade humana através de práticas ancestrais de diálogo e de ações coletivas.

⁴ Tradução nossa, Barco da Paz

⁵ *Servas* é uma palavra em Esperanto que significa “nós servimos”

⁶ Tradução nossa, Instituto Internacional para a Paz por meio do Turismo

Presente em cinco continentes, o movimento atua no desenvolvimento das Ágoras, círculos de conversação com pessoas de todas as idades, credos, gêneros e de diferentes especialidades para contribuírem com soluções para demandas gerais e locais, tal como nas ágoras gregas (NUNES, 2017). Os participantes do movimento entram em estado de imersão, visitando lugares da cidade que promovam ações que contribuam com o bem-estar subjetivo do local onde acontece o evento principal.

Nos anos em que a pesquisadora participou o Brechó aconteceu no Parque do Solar Boa Vista e no Parque da Cidade. A construção começava com a mobilização das lideranças das diversas instituições afins, para começarem a pensar sobre a estrutura e a logística do Brechó. Além disso, os estudantes das diversas universidades eram introduzidos no processo de construção através dos encontros do voluntariado.

A programação se estendia pelas universidades e em instituições que tem propostas voltadas para a agricultura orgânica, Economia Solidária e espiritualidade, como o Instituto de Permacultura, Terra Mirim e UNISOES, a fim de envolver os voluntários num ambiente que ajudasse a florescer a sua humanidade e sensibilidade para contribuir com o mundo.

O engajamento do voluntariado acontecia desde abril até o mês dos eventos principais, geralmente em outubro, em que eram oferecidas várias atividades, como tenda holística, ágoras e espaços de experiência sensível, doações de materiais (roupas e livros, geralmente), através do grão, que é a moeda de troca, como o resultado do trabalho voluntário desenvolvido durante alguns meses na comunidade carente mais próxima ao local do evento. Todo o material para planejar o evento fica disponível para qualquer pessoa que queira replicar em qualquer outro lugar.

O Brechó é resultado dessa construção, a qual cada pessoa envolvida é responsável e comprometida com o momento e com os desdobramentos em ações anteriores e posteriores, acordadas na coletividade (ANCEL, 2018). Sendo que o intuito do movimento era resgatar conhecimentos ancestrais de convivência pacífica. As experiências sensíveis e do espírito resgatam conhecimentos milenares de afloramento da sensibilidade do corpo e da alma para se perceber no mundo com as outras pessoas, compartilhando o espaço físico e os elementos naturais, de modo a despertar sentimentos de respeito, gratidão, amor e compromisso com a humanidade e com o mundo, em prol de mudanças mais significativas (NUNES, 2017).

A experiência mostra como o Turismo, nesses moldes, ganha uma dimensão totalmente diferente do convencional. O que se percebe no movimento é que pouco se conhece da

realidade local, o que o Brechó se dispõe a desvelar e contribuir, sendo assim um movimento com base no Turismo que facilita o compartilhamento de conhecimento entre as pessoas. As comunidades aprendem juntas a perceber umas às outras de uma forma mais humana, próxima de sua realidade, como assim salienta Avena (2008):

O lazer turístico tem por função fazer com que o ser humano tenha mais satisfação e aperfeiçoamento pessoal, mais socialização e com significados \resultados terapêuticos. Essas são funções necessárias ao bom desenvolvimento e desempenho do ser humano na sua vida cotidiana. (AVENA, 2008, p. 45)

Por meio dos documentos pesquisados no Capítulo 1, e com base nessas iniciativas apresentadas foi possível levantar algumas estratégias da tipologia. Na Tabela 3, Kelly (WOHLMUTHER *et al.*, 2014, p. 280) apresenta algumas delas.

Tabela 3: Ferramentas de implementação da paz por meio do Turismo

Para incluir	Para evitar
Conteúdo de paz na educação turística Informações pré-viagem (para anfitriões e hóspedes) Educação em cultura de comunidade Lembretes da ética da paz Mediação hábil Interesses compartilhados (anfitriões e turistas) Aprendizagem experiencial planejada Hospitalidade generalizada	Rejeição da consideração de paz Superficialidade, preconceito e desinformação Contaminação da cultura comunitária Destituição da ética da paz Falta ou mediação infecciosa Concentra-se nas diferenças ("alteridade") Nenhum elemento de aprendizagem Hostilidade e mau serviço
Consulta e envolvimento da comunidade Entrega de benefícios para a comunidade Respeito mútuo (anfitriões e convidados) Limites à exploração de recursos Direito de viajar (com inclusão social) Apoio a regimes democráticos Regulamentação apropriada Gestão consultiva de conflitos Colaboração com fornecedores / parcerias Segurança do viajante	Exclusão da comunidade do processo decisório Benefícios para alguns privilegiados Condescendência, falta de respeito Exploração descontrolada ou excessiva Barreiras para viajar (e exclusão social) Conluio com regimes antidemocráticos Uma abordagem de <i>qualquer jeito</i> Gestão de conflitos por decreto Competição desenfreada Ameaças à segurança do viajante
Expansão dos mercados locais / domésticos Produtos distintos Acesso local a treinamento e crédito	Dependência excessiva nos mercados internacionais Padronização completa do produto

	Falta de acesso a treinamento e crédito
Turismo da pobreza / voluntário, contatos Adesão aos códigos de conduta	Enclaves turísticos exclusivos Ignorância / desconsideração dos códigos de conduta

Fonte: WOHLMUTHER *et al.*, International Handbook on Tourism and Peace, 2014, p. 280.

A satisfação no contexto do Turismo pela Paz é uma via de mão dupla, não apenas para o turista, mas para os residentes também. O investimento na qualidade de vida local é imprescindível para que ambos tenham boas experiências no encontro. Ao trazer as populações autóctones para o cerne, é possível ver com mais clareza os benefícios que o Turismo pode gerar dentro dessa perspectiva do acolhimento para o crescimento junto com o outro. As trocas entre pessoas privilegiam a resolução das questões locais.

A paz trabalha transversalmente para trazer o “equilíbrio ao movimento”. Cada ação turística de ajuda a pessoas que não são comuns ao convívio habitual e que seja realizada de forma voluntária, não importando qual seja o nome da atividade praticada, em prol dos pobres, voluntário, alternativo, social, etc., será uma prática do Turismo pela Paz. Ao final da pesquisa, a pesquisadora disponibilizou uma tabela com quase todas as iniciativas gratuitas ou de engajamento que envolve esse turismo.

Além disso, o Turismo pela Paz é resultante do engajamento de pessoas, pesquisadores e instituições na causa da cidadania global. Envolve a compreensão crítica da situação do mundo e dos conflitos sociais e a solidariedade no “processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza” (FREIRE; FREIRE, 2014, p. 126). Constrói-se no coletivo, formado por pessoas de diferentes idades e vivências ou do mesmo país e de outras culturas, que congregam em um espaço a fim de desenvolver ações solidárias e de diminuição dos problemas vivenciados.

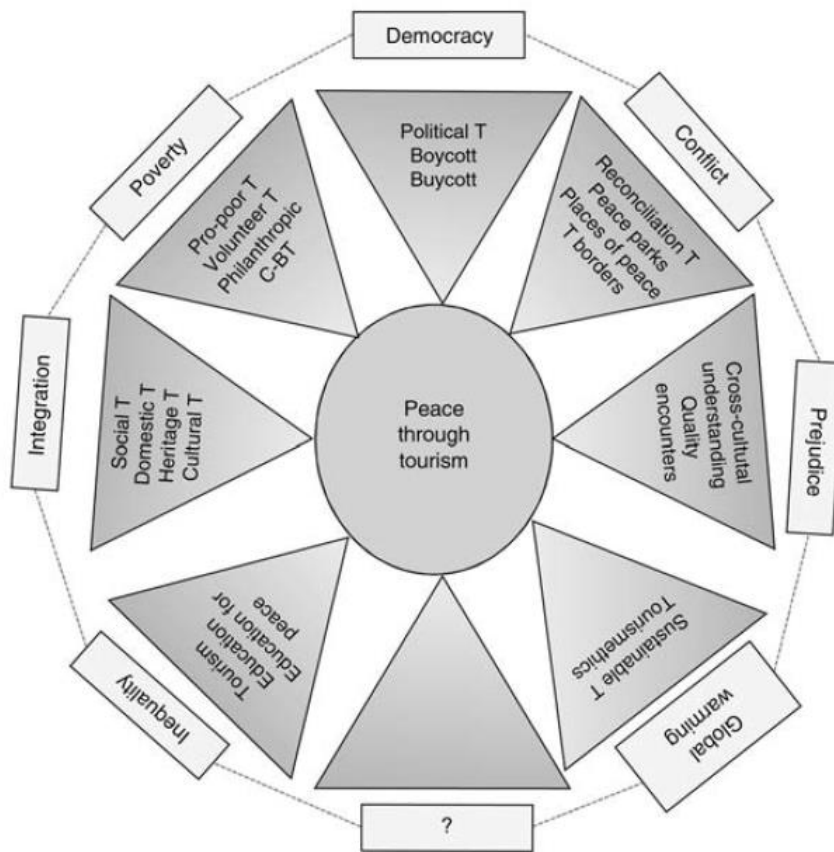
Krippendorf (GASTAL, 2002, p. 19) salienta que benefícios econômicos sempre geram “custos sociais e ecológicos”, ou seja, paga-se o preço alto da aculturação das comunidades e do desgaste dos recursos naturais como também da deformação das paisagens para a sua manutenção. Portanto, o delineamento do Turismo pela Paz segue sempre com base na priorização dos elementos mais frágeis do Turismo, natureza e comunidade, para que haja equilíbrio dos subsistemas.

Há várias modalidades do Turismo na perspectiva da paz, as que trabalham a preservação do legado cultural e a integração ao redor do mundo e aquelas que tratam da

equidade de divisas e da justiça social, que se direcionam para as regiões mais pobres. O fenômeno se molda a realidade encontrada para a partir dela mesma traçar a trajetória de atuação.

Para ilustrar melhor a capacidade pacífica do Turismo, o Quadro 4 apresenta as várias formas do fenômeno organizadas por demandas para o enfrentamento dos problemas, na diminuição da pobreza; dos impactos ambientais, na resolução de conflitos, na preservação do legado cultural, na restauração das estruturas sociais desfeitas pela guerra e perseguições, para a integração e a democracia.

Quadro 4: Modelo de falta de paz e paz por meio do Turismo



Fonte: Moufakkir; Kelly *apud* WOHLMUTHER *et al* 2014, p.279.

No quadro 4, Moufakkir; Kelly (WOHLMUTHER *et al* 2014, p.279) trazem as várias tipologias do Turismo alternativo criadas nos últimos dez anos e as causas a que estão imbuídas em resolver. As modalidades que trabalham conflitos atuam em áreas de fronteiras ou em locais em que culturas diversas convivem e tem uma trajetória histórica de conflito ou foram dizimadas. Os Parques e as Cidades da Paz foram criados como símbolos dessas

iniciativas de fronteira, memória das vítimas dos conflitos e do estabelecimento da harmonia entre povos.

Nas pesquisas sobre o Turismo pela paz é possível delinear um traçado da modalidade de forma tornar mais claro a sua metodologia, cuja análise está aprofundada no Capítulo 4:

- Descreve-se Paz como a “presença de condições estruturantes na sociedade, incluindo integração, justiça, harmonia, equidade, liberdade, completude, a promoção da dignidade de cada pessoa e de todos os cidadãos” (MOUFAKKIR E KELLY, 2010, p.38). O sujeito pacífico não é passivo, pois sua condição envolve uma atitude de intervenção para a transformação da realidade no coletivo. A paz não se faz sozinha, mas com os outros e com o mundo.
- Só existem relacionamentos pacíficos quando os direitos humanos são respeitados (MOUFAKKIR E KELLY, 2010, p.41). O Turismo pela Paz se preocupa com o bem-estar subjetivo de todas as pessoas, a satisfação das comunidades residentes implicará na dos turistas, no acolhimento, na relação com o ambiente para a sua preservação e nas impressões sobre o lugar.
- Paz se assemelha a “cuidar do bem comum” (MOUFAKKIR E KELLY, 2010, p.41). De acordo com o significado pleno da expressão, o bem comum simboliza o equilíbrio sociocultural, econômico, natural e político do coletivo, cujos meios determinam que a sociedade se responsabilize por promover o bem comum para todos os cidadãos e por unir-se para mantê-lo.
- A paz promove a segurança global (MOUFAKKIR E KELLY, 2010, p.42). Por segurança compreende a garantia de preservação da integridade humana e ambiental, como um sistema total multidimensional. Opõe-se a ideia de militarismo e se aprofunda significativamente na preservação do direito de sobrevivência de todas as vidas humanas e ecológicas interconectadas.

As premissas da sustentabilidade também permeiam o Turismo pela paz, ao tratar do tripé que Sachs (2004) afirma ser necessário equalizar: o social, o econômico e a biodiversidade. Higgins-Desbiolles e Blanchard (*apud* MOUFAKKIR; KELLY, 2010, p. 35) salientam que a interconexão entre os três aspectos, economia, sociedade e ecologia cria a harmonia em todo o sistema do Turismo, conforme mostra o Quadro 5:

Quadro 5: Modelo de sistemas interdependentes: ecologia, sociedade e economia



Fonte: MOUFAKKIR; KELLY, 2010, *Tourism, Progress and Peace*, 2010, p. 40.

O princípio para ter uma vida feliz e equilibrada é a satisfação das necessidades humanas, como trabalho-descanso, esforço-reposo. O Turismo, segundo Krippendorf (2009, p. 33-108) é um ciclo de reconstituição do equilíbrio humano, pois, por meio das viagens, os sujeitos podem se curar das adversidades do cotidiano do trabalho. O ideal seria que as cidades promovessem espaços de lazer para seus habitantes, assim, seria possível criar atividades prazerosas junto com o trabalho, sem precisa do distanciamento, promovido pelas viagens.

A ação de pacificação é implementada por todos os que se comprometem em ajudar a devolver o estado de equilíbrio, como é salientado por Haessly (MOUFAKKIR E KELLY, 2010, p.45),

O objetivo da pacificação é orientado para a integração de valores e ações de paz em todas as dimensões da vida humana. O ato de pacificação evoca um senso de atividade humana positiva e engajada em três áreas da vida: a família, a comunidade e as comunidades mais amplas de nação e mundo, e é dirigida tanto para o indivíduo quanto para o bem comum.

Para as populações de baixa renda o Turismo é algo que somente pode ser apreciado na TV, sendo que a incompreensão de suas multidensões fazem com que acreditem que só é possível exercer o direito ao lazer quem tem condições financeiras para sair do seu cotidiano, restando-lhes poucas opções para aproveitar o tempo livre. A realidade da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu apresenta outras possibilidades ainda pouco aproveitadas: as comunidades do entorno desconhecem a região, por diversas razões; não consideram as caminhadas matinais na APA como lazer e Turismo, por serem tão próximas de casa.

Abordagem Metodológica

A metodologia qualitativo-experimental possibilita a construção da base de conhecimentos a partir dos levantamentos de pesquisas e das vivências nos grupos focais. O conhecimento formal está conectado com as experiências primárias de cada indivíduo, sendo que o saber se constitui do aprofundamento dos conceitos dentro de um ambiente e do tempo do pesquisador e do objeto.

Os saberes dos grupos sociais são a legitimação do legado necessário para a continuidade da memória (SANTOS, 2000). Sendo que o tempo e o espaço, segundo Moesch (2002), são categorias turísticas e antológicas e que estão em constante mudança, cujas transformações influenciam nas experiências. Portanto, a exigência por métodos que busquem a compreensão desses conceitos, para maior aprofundamento epistêmico, se faz necessária.

A hipótese de contato, de Allport (1979), auxiliou na compreensão da formação dos conflitos nas comunidades pesquisadas e deu algumas indicações para os fundamentos da metodologia do Turismo pela Paz. A Psicologia Social, procurando explicar o distanciamento/aproximação entre turistas e visitantes, por meio da teoria da hipótese de contato, trata da formação prévia do olhar como essencial à relação entre indivíduos. A normalidade do preconceito, da antipatia e da rejeição é resultado da criação dos indivíduos, sendo as dinâmicas intergrupos uma contribuição para a superação da visão de pré-julgamento e para inclusão das minorias.

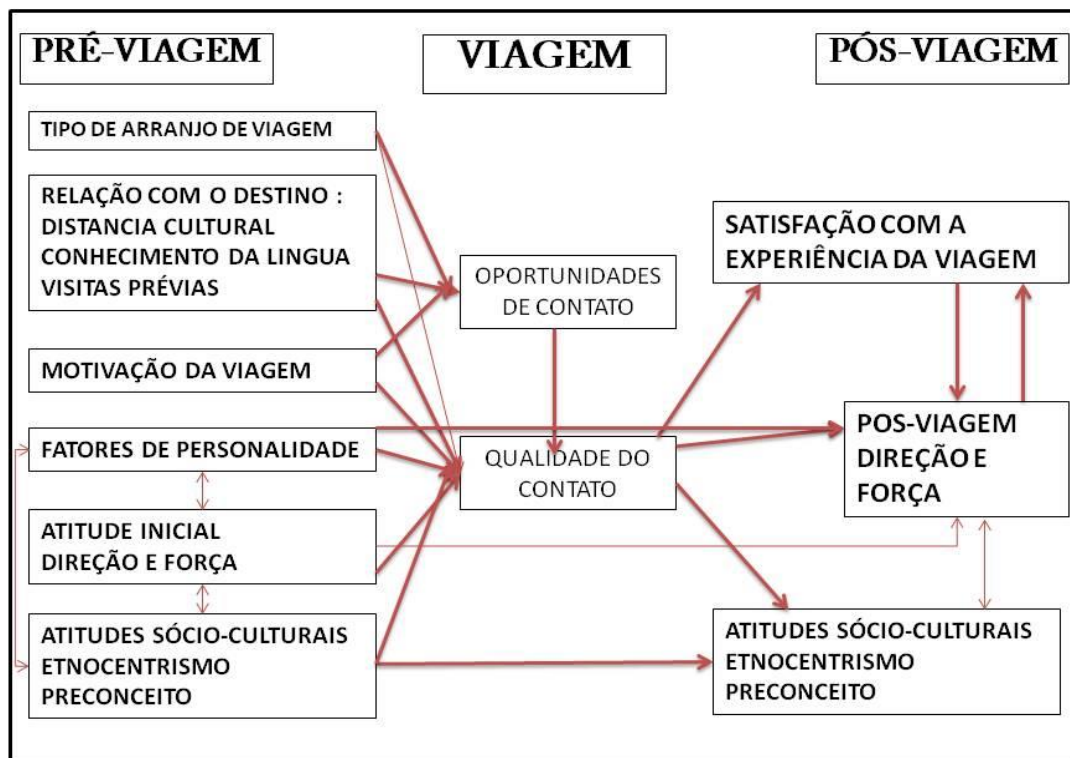
A teoria foi delineada por Baker (1934), Lett (1945), Brameld (1946), Watson (1946) e Allport (1954), e difundida por Pettigrew (1998), Pettigrew e Tropp (2006), Henry e Hardin (2006), Vezzali e Stathi (2017). Allport (DOVIDIO; GLICK; RUDMAN, 2005) fala sobre a construção do preconceito e defende os intergrupos como uma abordagem eficaz para dissolver a visão discriminatória. Ainda, há critérios a serem seguidos para ter sucesso: os participantes precisam ter status igual, objetivos comuns, o ambiente precisa ser de cooperação e os grupos precisam de apoio da lei ou das autoridades.

As viagens têm uma relação com o imaginário e a subjetividade dos indivíduos. Na perspectiva das comunidades residentes, há culturas que mantêm a hospitalidade como princípio. Para compreender melhor a subjetividade e as diferentes perspectivas dos assuntos da pesquisa, o grupo focal foi escolhido por ser uma metodologia qualitativa que oferece

técnicas importantes para levantar informações de uma forma mais aproximada e menos formal de abordagem.

Tomljenovic (MOUFAKKIR; KELLY, 2010, p. 26) usou a teoria da Hipótese de Contato, no fenômeno turístico. Ela desenvolveu a pesquisa com os turistas que visitavam os povos aborígenes australianos. As impressões que o turista constrói sobre as comunidades residentes se baseiam nos valores que ele aprende em sua comunidade. A pesquisa de Tomljenovic (apud MOUFAKKIR; KELLY, 2010) mostra que o turista traz uma carga de informações e atitudes prévias à viagem, ligadas a vários fatores, e que possíveis mudanças dependem das oportunidades de contato com os anfitriões. No Quadro 6, a autora representa os valores do turista antes da viagem, interferindo na qualidade e na sua satisfação pós-viagem.

Quadro 6: Um modelo de hipótese de contato nas interações entre turistas e anfitriões



Fonte: R. TOMLJENOVIC apud MOUFAKKIR; KELLY, 2010, p. 26.

Para elucidar a teoria, as viagens à Índia feitas pela pesquisadora foram oportunidades de experiências profundas e ajudaram a ter respeito por outras culturas devido a sua relação com a espiritualidade indiana alicerçada em anos de prática de meditação. Houve preparo para

passar pela viagem sem se impressionar com os problemas locais. Os valores prévios contribuíram para uma atitude mais próxima das pessoas do lugar.

A experiência no oriente médio foi um pouco diferente. A preocupação maior estava na ideia prévia de que os homens muçulmanos tratam as mulheres de forma agressiva, sendo que a atitude foi fechar-se para qualquer interação com medo de que desse a impressão de abertura para alguma forma de violência. Com isso, o contato se restringiu aos agentes da companhia aérea e às pessoas do hotel.

É uma estratégia de pesquisa que se difere das outras quanto ao propósito, a composição e a forma de coleta de dados, por se tratar da formação de grupos com no máximo 10 pessoas experientes em diversos níveis na área em análise. O limite de participantes permite que todos possam dar sua contribuição sobre os assuntos discutidos (HENNINK, 2007, p. 4) e (EDMUNDS, 1999).

Nesta pesquisa o levantamento foi efetuado por meio da interação entre os participantes. O papel do moderador é conduzir a interação ao nível mais privado possível de elucidação, de modo a diminuir os ruídos da socialização. Ainda, o objetivo é que coloquem seus pontos de vista procurando aproximar ao máximo à opinião dos outros. Pode-se utilizar a discussão como ferramenta, assim como outras técnicas (BARBOUR; MORGAN, 2017, p. 278–281). O intuito principal do grupo focal não é chegar a um consenso e sim o de verificar como as ideias ganham formato ou são direcionadas a partir de uma moderação (HENNINK, 2007, p. 28).

O estudo de campo, instrumentos e procedimentos de coleta, organização e análise de dados trazem as experiências sociais construídas no arcabouço desses grupos focais, devido à necessidade de se confrontar os aspectos teóricos a uma realidade observável, pois trata-se de uma análise de formas e possibilidades de intervenção para a mudança no constructo social.

O passo seguinte no percurso metodológico foi mapear os coletivos existentes na comunidade de Ilha Amarela, para estabelecer as variáveis da pesquisa, apresentado no Capítulo 3. Os grupos focais facilitaram as trocas de informações e a integração dos sujeitos com o objeto de estudo, porque na análise qualitativa, os dados só fazem sentido no seu contexto original. Portanto, o esforço de adequar a epistemologia do Turismo pela Paz à realidade de comunidades vulneráveis, enquanto ciência social aplicada nasce do desejo de compreender melhor a realidade complexa em análise e contribuir para mudanças significativas a essa realidade.

O propósito essencial da pesquisa de grupo focal é identificar uma gama de diferentes visões em torno do tópico de pesquisa e obter uma compreensão das questões sob a perspectiva dos próprios participantes. O contexto do grupo destina-se a coletar informações mais abrangentes em uma única sessão do que resultaria de entrevistas individuais (HENNINK, 2007, p. 25).

O grupo focal foi criado com o intuito de reproduzir as relações sociais num ambiente espontâneo de integração e onde as pessoas se sentissem à vontade para colocarem seus pontos de vista, com a intenção de entender os comportamentos, atitudes, levantar o maior número de informações, e não de chegar a um consenso.

Existem vários tipos de grupos focais, como os de discussão, cujas pessoas escolhidas para participar têm características similares com experiências sobre o tópico da pesquisa. Então, o nível de estrutura é de acordo com os tipos de informações a serem coletadas, que podem ser organizadas em categorias de análise, valorizando a pluralidade das respostas, sua multidimensão amalgamada na complexidade.

Os sistemas complexos unem a dimensão global à unitária em multidimensões ao considerar que “todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados em seus contextos”, e, conseqüentemente estão inseridos no contexto planetário. O sentido epistemológico das ciências sociais se define nessas quatro premissas: os conjuntos complexos; as interações e retroações entre partes e todo; as entidades multidimensionais; e os problemas sociais. A complexidade envolve todos os componentes de um todo “tecidos juntos”, inseparáveis e interdependentes (MORIN, 2011, p. 10).

A ciência se estrutura na dinâmica de contextualizar e integrar, duas capacidades naturais do ser humano. Ao compartimentar o conhecimento, atrofiam-se ambas as capacidades. Por meio delas, o pesquisador move-se livremente, para além de reduções, simplificações e explicações evasivas, superficiais criadas pela visão determinista.

O conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. (MORIN, 2011, p. 11)

A vivência do cotidiano desses indivíduos mostra as formas de organização para a resolução de problemas comuns, como esses problemas se agravam e por que alguns são mais difíceis de serem resolvidos no contexto da coletividade. Compreender os níveis de interdependência na comunidade permitirá o seu empoderamento. Se estão intrinsicamente imbricados, será preciso explorar como se pode contribuir para o bem comum, papel dos novos paradigmas que surgem com a crise da pós-modernidade.

O Turismo, enquanto ciência social aplicada, é um campo de estudos interdisciplinar que aprimora e articula as estruturas-base para a emancipação de teorias e comunidades marginais, a sociologia das ausências e das emergências (SANTOS, 2008). A transição paradigmática da sociedade e das ciências afeta a forma dos sujeitos conceberem o sentido da realidade. Santos (2001, p. 74) salienta que a revolução atual não é a mesma do século XVI, pois, acontece numa sociedade já transformada pela ciência, que direciona a transição dos conhecimentos utilitários para emancipatórios. A transcendência que, em Freire (1992), devolve a liberdade e o senso de humanidade aos homens.

A resposta à crise paradigmática está nas representações abertas e incompletas da sociedade; no princípio da comunidade, marginalizado e colonizado historicamente pelo Estado e o mercado, por se opor aos sistemas vigentes e se manter aberta a outras formas e contextos. A epistemologia da comunidade segue a premissa da solidariedade e da participação. Os conhecimentos produzidos em comunidade são pertinentes a todos e não antagônicos, mas agregadores, por isso emancipatórios ou pós-colonizadores.

O pensamento pós-colonizador se contrapõe aos reducionismos que a partir da interpretação da realidade tipifica as relações entre os sujeitos para o estado de participação e solidariedade. É interdisciplinar, com multidimensões, e integrado a outras disciplinas, portanto, vivencia uma constante incompletude. A epistemologia social do Turismo coloca a ideologia científica a serviço das demandas sociais, sem dissociar do conteúdo científico a subjetividade dos sujeitos (MOESCH, 2004).

O turista, independentemente do tipo de Turismo que pratica, é aquele que usa o seu tempo livre para vivenciar novas experiências fora do seu ambiente e, que no convívio, se comunica com as comunidades residentes (GASTAL; MOESCH, 2007). O fenômeno turístico relaciona-se com a concretização do imaginário humano de satisfação do prazer, colonizado para sociedade industrial, limitante que o reduz a analogias ou semelhanças comuns ao pensamento moderno,

A colonização do prazer na modernidade ocidental deu-se através da industrialização do lazer e dos tempos livres, das indústrias culturais e da ideologia e prática do consumismo. Contudo, fora do alcance da colonização, manteve-se a irreduzível individualidade intersubjetiva do homo ludens, capaz daquilo a que Barthes chamou *jouissance*, o prazer que resiste ao enclausuramento e difunde o jogo entre os seres humanos. (SANTOS, 2001, p. 76)

O caráter emancipatório do conhecimento descrito por Santos (2001) no princípio da comunidade atribui ao conceito de conhecimento a liberdade de manifestação da subjetividade

humana. O conhecimento também se direciona para o ordenamento do saber, sendo que são conhecimentos diferentes, não antagônicos, e que se complementam. Quando se sobrepõe um sobre o outro, produz desequilíbrio e marginalização dos saberes. Como exemplo, é dizer que o Turismo é a indústria do consumo e do entretenimento, desvirtuando o conhecimento emancipatório transdisciplinar que essa Ciência Social possui.

No grupo focal, as reações aos comentários dos participantes influenciam na qualidade das informações coletadas e em virtude das justificativas em prol do aprofundamento das contribuições sobre os assuntos abordados. Para a análise, a pesquisadora vê que o grupo focal é uma ferramenta dinâmica, eficiente, que faz emergirem as histórias de vida, experiências, considerando os diferentes níveis de aprendizagens. Na Tabela 4, a pesquisadora apresenta o cronograma de encontros dos grupos focais em 2018 e 2019:

Tabela 4: Cronograma de encontros dos grupos focais/coletivos

COLETIVO ESPECIALISTAS	COLETIVO MULHERES	COLETIVO JOVEM	COLETIVO HOMENS	COLETIVO INSTITUIÇÕES
31/03, 9h	14/11 - 18h	JM - 22/04 - 19h	10/10 – 18h	26/01 - 9hb
12/04, 9h	21/11 - 18h		28/11 – 18h	10/02 - 9h
15/04, 9h	12/12 - 18h		15/01 – 8h	17/03 - 9h
26/04, 9h	15/01 - 17h			17/05 - 9h
05/05, 9h	27/01 - 17h	JF - 17/05 - 8h		25/04 10h
22/05, 9h	23/04 - 17h			17/05, 9h
10/05, 9h				

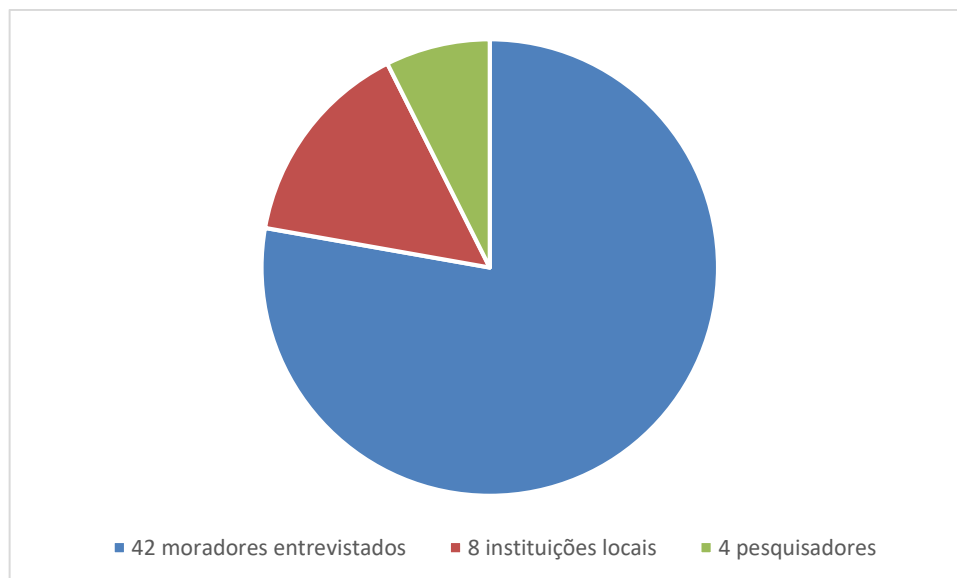
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A pesquisadora identificou cinco coletivos, os quais organizou em seis grupos focais. Também criou um cronograma para analisar a dinâmica dos grupos de modo a facilitar a limitação do número de participantes e facilitar a divisão dos grupos focais. No total participaram quarenta e seis pessoas e oito instituições. Os grupos foram divididos por grau de afinidade e por especialidade. O menor grupo era o de homens; sendo que o grupo de jovens da Ilha Amarela era eminentemente masculino e o do Rio Sena, feminino; porém havia

dois grupos de mulheres. A maioria trabalha na própria comunidade, seja em atividades informais ou no comércio. 33 são mulheres e 19 homens, contando com as representações das instituições.

A articulação foi definida aos poucos e a pesquisadora já conhecia as associações, que foram indicando outras lideranças, assim, formando o grupo focal com oito instituições. O grupo de jovens masculino preferiu não se expor nos encontros com outros grupos devido a algumas divergências com outra instituição. A pesquisadora fez os encontros individuais com esse específico. O grupo de mulheres foi o primeiro a promover os encontros e definir a agenda. Os outros participaram dos encontros gerais.

Gráfico 3: Gráfico do quantitativo de participação nos grupos focais



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O Gráfico 3 mostra o quantitativo de participação que definiu o número de grupos focais do campo. Então, foram formados seis grupos, denominados com letras, e no processo da pesquisa criou-se um grupo de pesquisadores, o qual a pesquisadora explica sobre no Capítulo 4. Eles também participaram das entrevistas e se engajaram na pesquisa trazendo contribuições importantes para os resultados e aplicações com os grupos focais.

1. O grupo de homens, H;
2. O grupo de jovens do gênero masculino, JM;
3. O grupo de mulheres, M;
4. O grupo de jovens, de 16 a 29 anos, do gênero feminino, JF;
5. Foi criado o grupo de instituições com oito entidades, I;

6. Foi criado o grupo de especialistas atuantes nas comunidades com especialistas dedicados à pesquisa e desenvolvimento de projetos, E.

A proposta foi apresentada, para que eles tivessem consciência da importância da sua contribuição com relação ao que está sendo desenvolvido. Alguns grupos focais quiseram manter as discussões uma vez na semana, como de mulheres e o dos pesquisadores. Além disso, foi feito um cronograma com os dias dos encontros dos grupos focais no intuito de facilitar o entendimento dos participantes e que foram denominados como coletivos.

A pesquisadora organizou os assuntos abordados nos encontros a partir das categorias de análise de Krippendorf (*apud* GASTAL, 2002, P. 13-17). As atividades relacionadas ao Turismo pela Paz foram colocadas em *demandas turísticas, prosperidade e ABS*, e as relações identitárias, de pertença, com a APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu foram colocadas em *Cultura*:

Tabela 5: Categorias de análise – grupos focais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ASSUNTOS DAS ENTREVISTAS
DEMANDA TURÍSTICA	ATIVIDADES DO TURISMO PELA PAZ: Percepção das atividades das comunidades como oportunidades para o desenvolvimento local
PROSPERIDADE	
ATIVIDADES BÁSICAS DE SUBSISTÊNCIA - ABS	
CULTURA	COMUNIDADE, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: Engajamento, participação e pertencimento RELAÇÃO COM A APA BACIA DO COBRE/PARQUE SÃO BARTOLOMEU - PSB: Conhecimento da existência da APA

Fonte: Elaborado pela autora com base em Krippendorf (*apud* GASTAL, 2002 p. 2002), 2019.

No processo das entrevistas foram surgindo outros aspectos que foram incorporados no Capítulo 4. Os assuntos principais tratados nos grupos focais abrangeram as relações entre a atividade turística, paz e estado de bem-estar subjetivo, como também o engajamento das

comunidades a partir das necessidades e o poder de mobilização e incidência sobre a estrutura que administra a APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu.

A pesquisadora começou com um questionário, fazendo variação e inclusão de algumas perguntas, para analisar o nível de conhecimento dos participantes sobre o assunto de acordo com grau de engajamento para as instituições, para os moradores de um modo geral e para os especialistas. Aos poucos as perguntas foram sendo substituídas por reflexões acerca das categorias de análise. O que ficou mais interessante dessa forma e permitiu mais intervenções livres.

As categorias de análise de Krippendorff (*apud* GASTAL, 2002, p.13-17) relacionadas acima foram relacionadas à comunidade, humanidade e natureza: na primeira, segunda e terceira categorias foi analisado o nível de participação das comunidades por meio das atividades que desenvolvem; na quarta categoria foi observada a relação de pertença, com a APA Bacia do Cobre/PSB. Como resultado, no Capítulo 4 a pesquisadora apresenta o delineamento da metodologia do Turismo pela paz, a partir das reflexões dos grupos focais e dos estudos apresentados nos Capítulos 1 e 2.

Capítulo 3 – O Turismo pela paz na APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu

Apresentado o estado da arte do Turismo pela paz, agora é possível aprofundar a reflexão sobre a proposta metodológica da modalidade a partir dos dados conseguidos nos grupos focais das comunidades de Ilha Amarela e Rio Sena, APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu. Inicialmente, foi feito um esboço dos aspectos conceituais da modalidade apresentado no Capítulo 2. Em resumo:

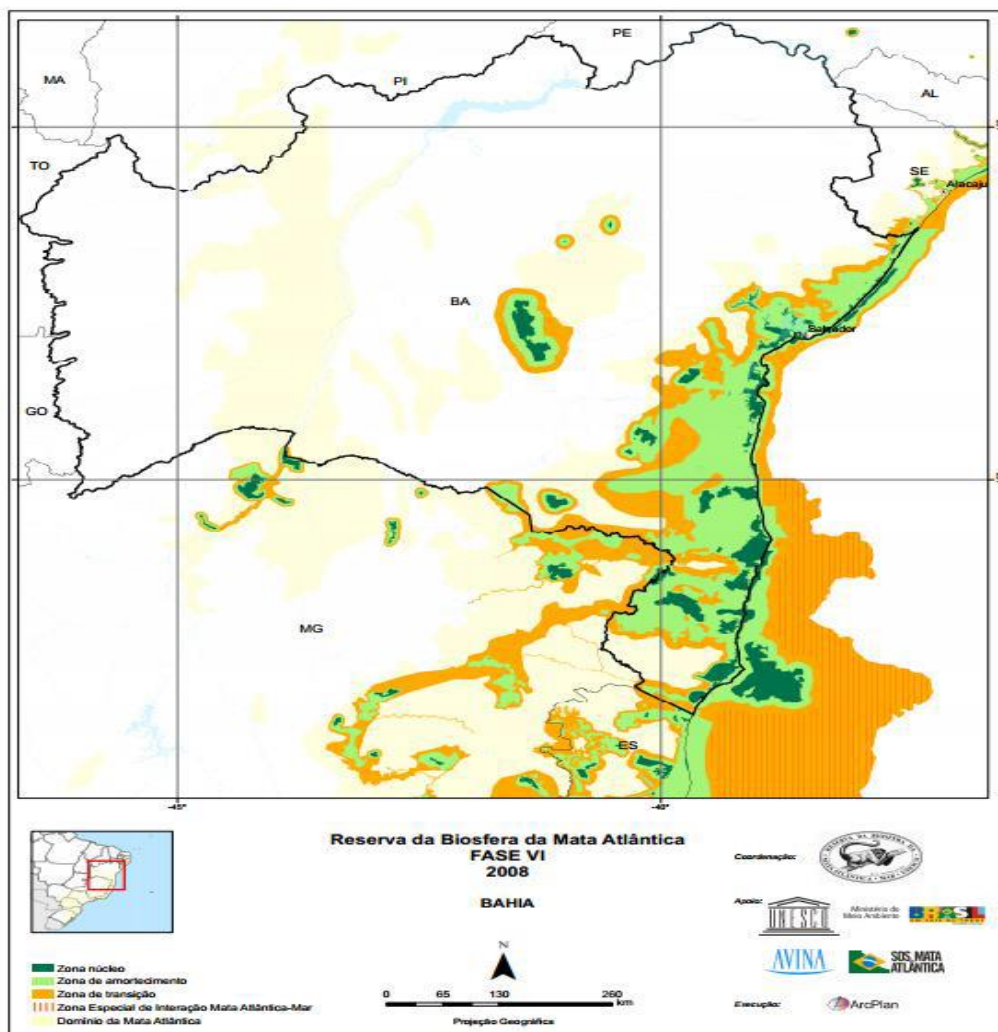
- O Turismo pela Paz relaciona comunidade/integração pelo bem comum – humanidade/cidadania global – natureza/transcendência para estar com o mundo – segundo as quais valores como aceitação da diversidade, inclusão, solidariedade, compromisso e responsabilidade com a manutenção do bem-estar subjetivo são observados;
- A estrutura do Turismo pela Paz prioriza os elementos mais enfraquecidos relacionados ao fenômeno, comunidade, natureza e produção básica para a garantia da subsistência humana, de modo a equilibrar os subsistemas que o influenciam: político, sociocultural, econômico e ecológico;
- As categorias de análise apresentadas no Capítulo 2 e que nortearão o delineamento tem por base a teoria da Sociologia do Turismo de Krippendorf (*apud* GASTAL, 2002, p.13-18): *demanda turística, prosperidade, atividades básicas de subsistência – ABS*, ampliando a agricultura, e a *Cultura*.

O passo seguinte foi levantar informações gerais sobre a APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu, para organizar os dados da região de recorte da pesquisa. Foram utilizados os documentos da CONDER, o projeto de ordenamento urbanístico e Preservação Ambiental do PSB, que se encontra no Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu. As Áreas Estratégias Internas – AEI estão disponíveis no Anexo B.

E do Centro de Estudos Ambientais Parque São Bartolomeu – CEASB/UFBA, foram consultados os registros das oficinas realizadas nas comunidades, das cartilhas e livros produzidos por grupos de pesquisa, pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS/UFBA, pelo Projeto de Desenvolvimento do Turismo, Circuito Náutico da Baía de Todos os Santos – PRODETUR/BTS e pela prefeitura municipal de Salvador - PMS.

Toda a costa litorânea brasileira compõe o bioma da Mata Atlântica e, desde 1991 foi gradativamente tornando-se parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, programa homem e biosfera – MaB, criado pela UNESCO, com o objetivo de aprofundar os estudos em prol da conservação da biodiversidade dos biomas (CONDER, 2013). As áreas que compõem as reservas de biosfera são indicadas pelos países-membros, com reconhecimento que garante a sua inserção nas políticas de conservação em nível internacional. No Nordeste, a primeira área a participar do programa, em 1991, foi o Parque São Bartolomeu, parte da APA Bacia do Cobre, na Enseada do Cabrito, BTS.

Mapa 1: Reserva da Biosfera de Mata Atlântica



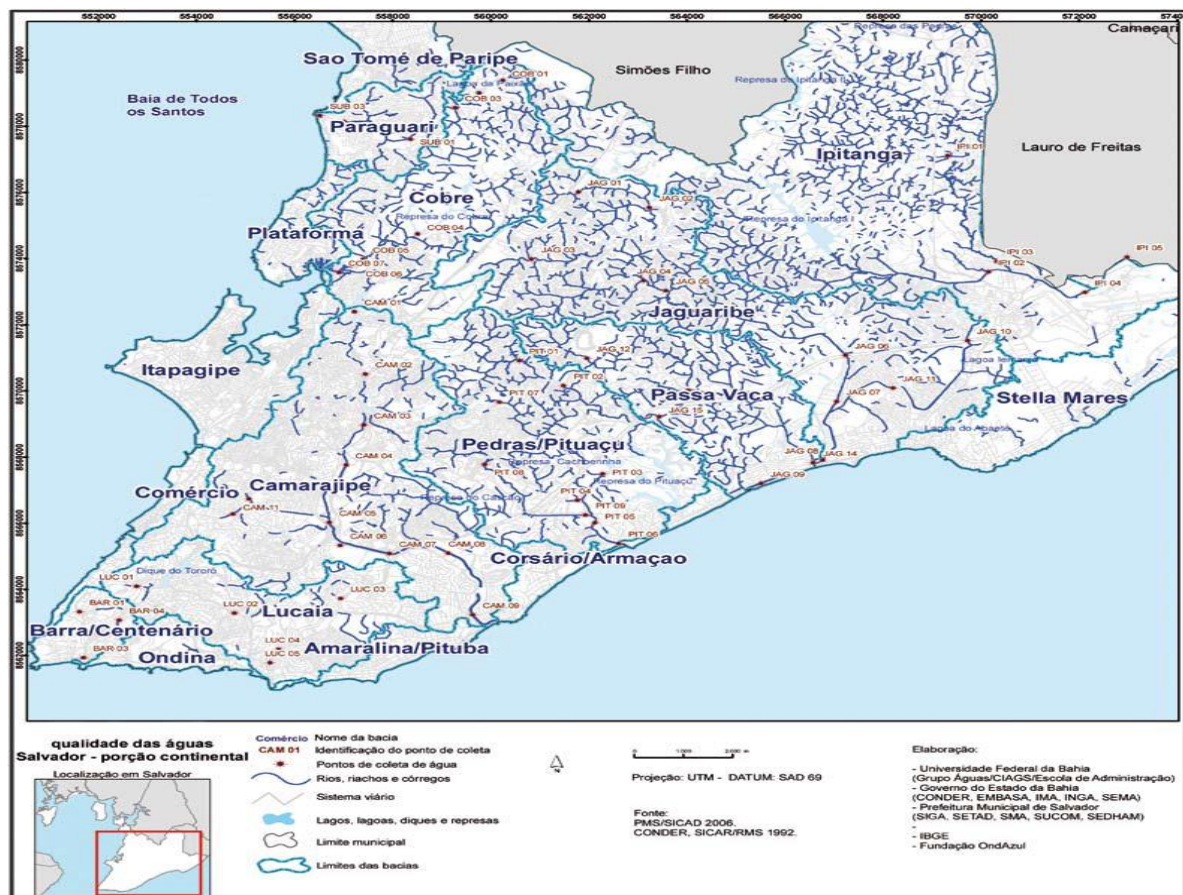
Fonte: CONDER, Plano de manejo PSB, 2013, p.12.

A política de conservação das reservas de biosfera trata da conscientização das populações e o engajamento dos órgãos públicos e de pesquisa para a manutenção dos

recursos disponíveis nessas áreas. Os sistemas ecológicos sobrevivem à urbanização em condições precárias e tendem a desaparecer com o tempo, se não forem implementadas medidas que envolvam todos em sua conservação. A presença de mata representa a existência das bacias. Cada bioma é regido pelo sistema de águas naturais na superfície e nos lençóis. A Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos em mananciais.

A água é o elemento mais importante para as cidades. A vida se estrutura a partir desse elemento natural. Salvador tem privilégio na disponibilidade do recurso, mas não cuida com a devida propriedade. Suas águas continentais se estruturam na vertente leste dos rios Lucaia, Camurugipe, Pituacu, Jaguaribe, Ipitanga e Joanes; e na vertente oeste, com as bacias dos rios do Cobre, Paraguari, São Paulo, Mataripe e Paramirim, e a área de drenagem da Baía de Aratu (CONDER, 2004; 2013).

Mapa 2: Bacias continentais de Salvador



Fonte: SANTOS, Caminho das Águas, 2010, p. 10.

Quanto às águas marítimas, devido a sua forma triangular, Salvador é banhada pelo Oceano Atlântico, a leste, e pela Baía de Todos os Santos – BTS, a oeste. A urbanização da

cidade se dá em três vetores: o vetor de renda média e alta, ao longo da orla atlântica, que recebe grandes investimentos públicos de desenvolvimento urbano; o vetor de renda média e baixa, com grandes extensões de ocupações espontâneas entre a Avenida Paralela e a BR 324; o terceiro vetor de renda baixa, sub-habitações e ocupações espontâneas por toda a orla da Baía de Todos os Santos – BTS (CONDER, 2013).

Figura 1: Formação triangular de Salvador: Oceano Atlântico e BTS



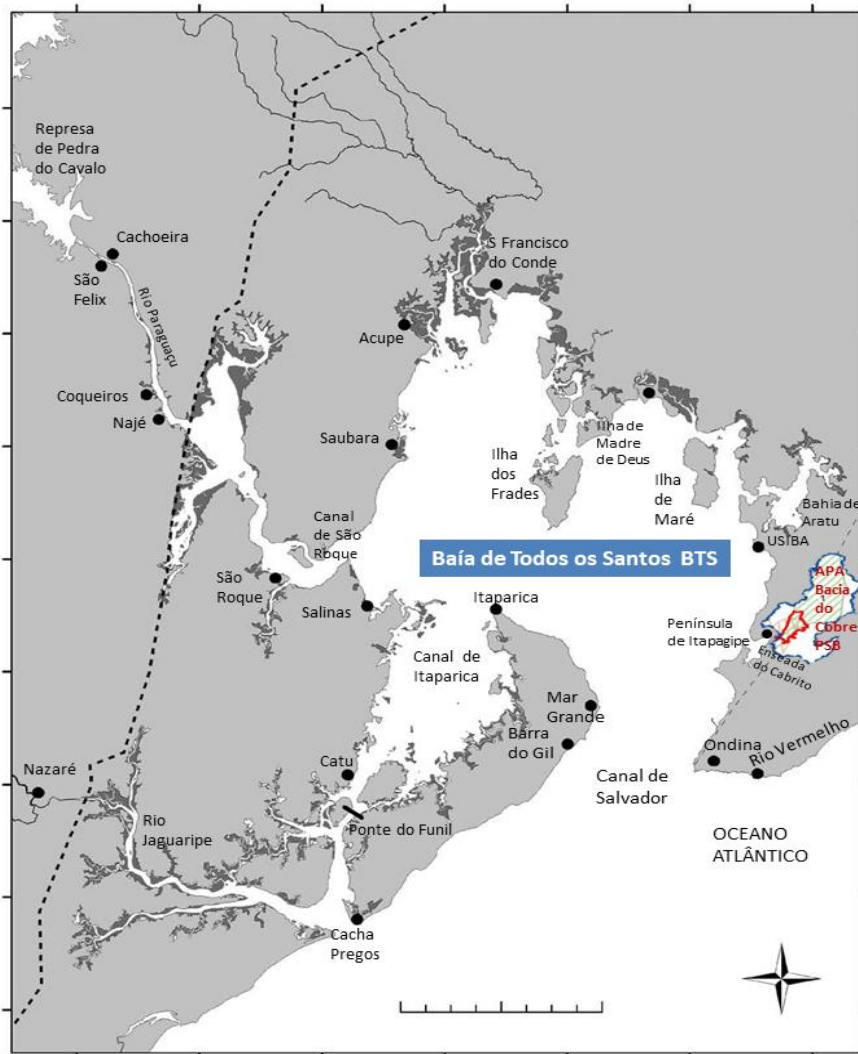
Fonte: PMS, Planejamento Estratégico PMS 2017-2020, 2017.

Salvador sofre com os mesmos problemas das grandes metrópoles brasileiras, os centros crescem desproporcionalmente às outras regiões, ocasionando a concentração populacional no entorno, a procura de oportunidades de emprego e renda. A desqualificação profissional desse contingente populacional faz com que as pessoas criem atividades informais que garantam a sua sobrevivência.

O estudo de campo se concentra no terceiro vetor, na Baía de Todos os Santos – BTS, mais precisamente em duas comunidades do entorno da Área de Proteção Ambiental – APA Bacia do Cobre, cuja foz está na Enseada do Cabrito. As comunidades analisadas têm características peculiares a toda região da Baía, sendo necessária uma contextualização para compreender sua relevância na história da Bahia e do Brasil. Além disso, a Baía Kirimurê para os primeiros habitantes tupinambas, abrigou os colonos e sustentou os empreendimentos

desenvolvidos ao longo de quase cinco séculos de história. É a segunda maior baía do Brasil, com uma área de 1.233 km².

Mapa 3: A APA Baía do Cobre na Baía de Todos os Santos – BTS



Fonte: HATJE; ANDRADE, Baía de Todos os Santos – Aspectos oceanográficos, 2009.

A BTS está situada no Recôncavo Baiano, abrange as cidades de Salvador, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas das Margaridas, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz, algumas fundadas desde o início da colonização, como é o caso de Salvador (CAROSO et al., 2011).

Primeira capital do Brasil desde 1549, Salvador foi escolhida devido à estrutura geopolítica estratégica de defesa, aberta para o mar. As fortificações, capitânias, vilas,

idades, populações e o comércio se desenvolveram ao longo da Baía e o cenário modifica profundamente com a implantação da cultura de cana-de-açúcar, a partir de 1550.

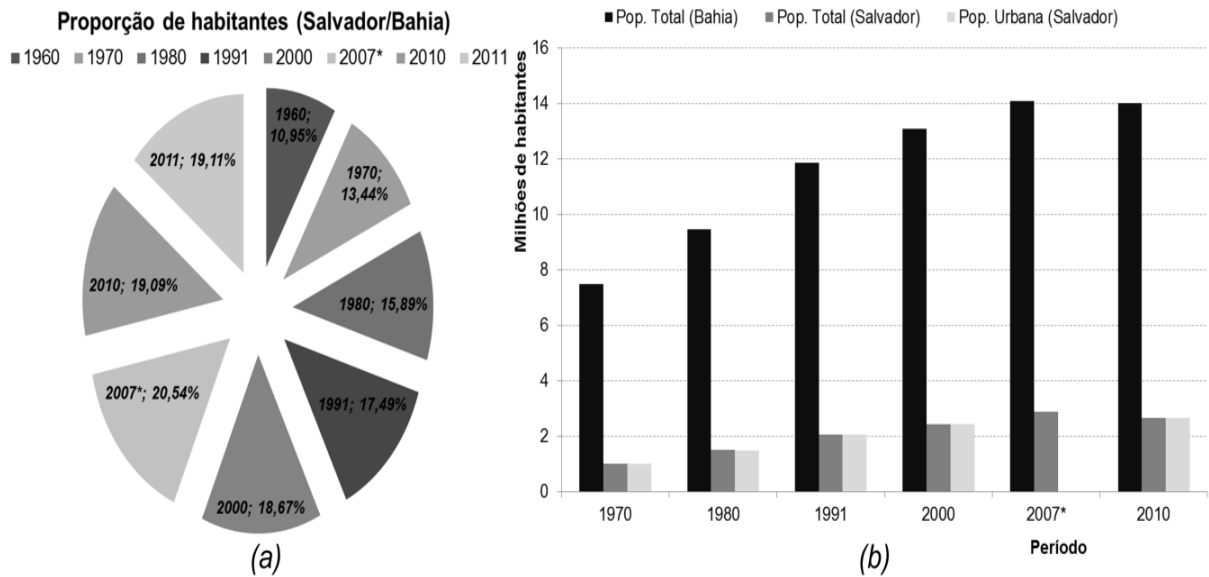
A mata era utilizada para energia e manutenção das embarcações e, com o crescimento da colonização, foram construídos os portos fluviais e marítimos, contribuindo para o processo de interiorização. Em virtude da dificuldade das viagens por terra, sem vias na mata densa, a vida cotidiana das populações dessa região fluía na dependência de suas águas (CAROSO et al., 2011, p. 71). Além da sua importância histórica e geográfica, a BTS é responsável pela maior parte do comércio marítimo. Abriga oito dos dez portos no estado da Bahia: Porto de Salvador, Porto de Aratu, Base Naval, Terminal Ford, Terminal Moinho Dias Branco, Terminal Marítimo Gerdau USIBA, Terminal TRANSPETRO e Porto de São Roque do Paraguaçu. (HATJE et al., 2009).

Até a década de 1940, a orla da BTS era local de veraneio, de passeios de barco e de sobrados com grandes extensões de mata. A preservação da técnica de feitura dos barcos, com destaque ao tombamento do saveiro Sombra da Lua pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN com 85 anos de operação, além do conjunto de edificações que datam da fundação da cidade, a intensa atividade naval do período colonial e pós-colonial, bem como a participação da região no processo de independência do Brasil compõem o patrimônio histórico-cultural da Baía (CAROSO et al., 2011, p. 15).

Ao longo da BTS, há inúmeras comunidades pesqueiras resistentes aos empreendimentos urbanos que surgiram nos últimos anos. Ainda é possível ver as pequenas embarcações utilizadas pelos pescadores e os saveiros para recreação e transporte de pessoas para alguns portos da BTS, mesmo com a inserção dos coletivos motorizados, rodoviários e ferroviários e dos grandes transportes marítimos de carga. As balsas, canoas e saveiros se concentram no Comércio, acesso à Ilha de Mar Grande, em Itaparica, na Península de Itapagipe para a Enseada do Cabrito, próximo à APA Bacia do Cobre, e em Base Naval para as ilhas de Maré, Madre de Deus e dos Frades.

As pesquisas feitas pela CONDER para o Plano de Manejo do PSB apresentam Salvador como predominantemente urbana, responsável por 19,11% do crescimento populacional do estado em 2011, sendo que as ilhas da BTS são consideradas rurais. Em 2007, esse crescimento foi de 20,54% em 2007, e, em 1960, de 10,95% como mostram os Gráficos 4 e 5. A população nessa área era rural até a década de 1950, quando começa o processo de industrialização de Aratu.

Gráfico 4 e 5: Proporção de habitantes entre Salvador e o estado da Bahia



Fonte: CONDER, Plano de Manejo do PSB, 2013, p. 55.

A mudança de comunidades rurais para urbanas gera impactos profundos nas paisagens e nas vidas das pessoas. Como foi apresentado no Capítulo 3, a agricultura familiar é a forma mais eficaz de preservação da paisagem e geração de alimentos e renda. Sem a atividade agrícola e a qualificação para exercer trabalhos especializados, as pessoas começam a procurar outras atividades. A cidade apresenta um número grande de habitantes vivendo nessas áreas periféricas de atividades informais.

As características das comunidades da BTS são de espaços rurais-urbanos, casas com sobrado e quintal, onde os moradores cultivam e criam animais. Na década de 1970, as pessoas pegavam água em fontes e minadouros, que ficavam nas regiões mais baixas, as ruas não eram asfaltadas e havia muitas áreas verdes com mangueiras, aroeiras, goiabeiras, jaqueiras, jenipapeiros e cajueiros. Em alguns bairros ainda existem fontes, mas foram fechadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA para evitar a contaminação da água.

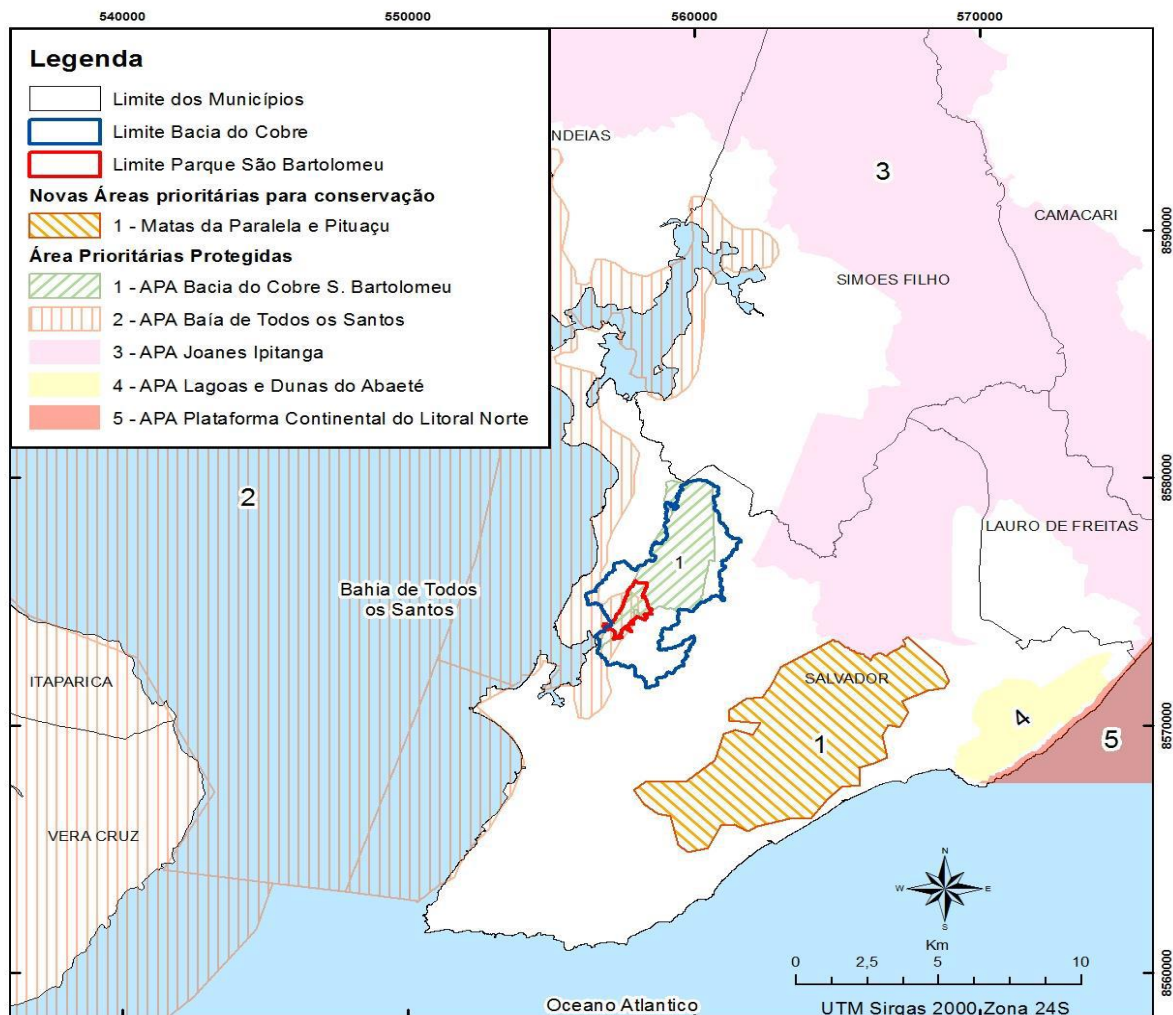
Há uma relação mais próxima entre os moradores, mesmo com o agravamento da violência. As pessoas se reúnem em torno das atividades sociais do cotidiano, geralmente nos encontros religiosos, cultos e rituais das tradições de matriz africana. Para os visitantes, mesmo com a urbanização desordenada, sentem que estão no interior, como relatam os participantes da pesquisa, visitantes de outros bairros. As tradições de matriz africanas da

BTS geralmente se concentram nas margens dos rios e nas bordas das bacias, onde desenvolvem seus rituais.

Salvador tem cinco APAs, duas na BTS, interconectadas pela foz na Enseada do Cabrito. A região passa por intervenções de revitalização dos mananciais que precisam ser dialogadas de forma mais aproximada das populações locais. Já que são altos investimentos de entidades internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, executados pelo poder público estatal e municipal.

O Mapa 4 apresenta as bacias de Salvador,

Mapa 4: APA Baía de Todos os Santos e as Bacias Continentais de Salvador



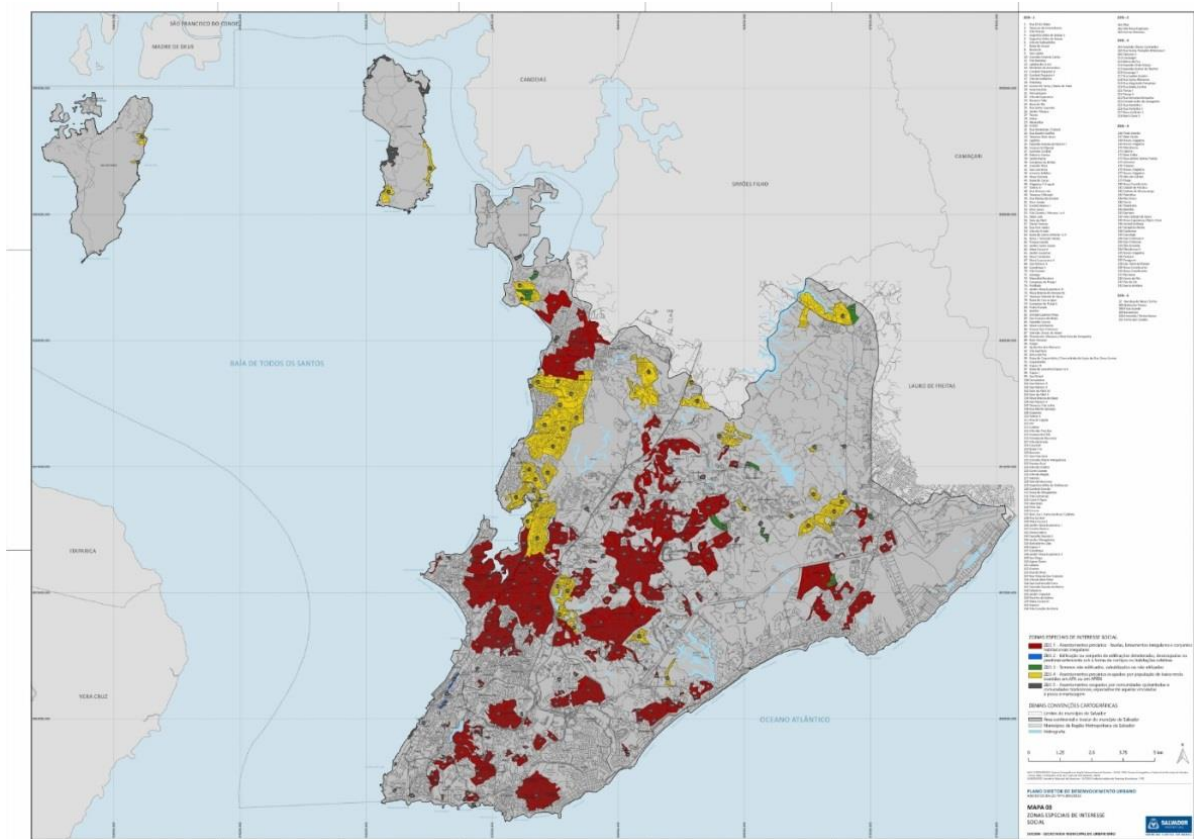
Fonte: CONDER, Plano de Manejo PSB, 2013.

A APA Baía de Todos os Santos é responsabilidade da União, enquanto as bacias continentais em áreas urbanas, como a do Cobre, são responsabilidade do estado. A janela de oportunidades para inserção das agendas dessas áreas naturais, com efetivo investimento dos

recursos, é maior na instância municipal do que na estadual e federal. Além disso, os dispositivos legais são mais distantes da realidade das comunidades de periferia.

A BTS concentra os bairros mais pobres da cidade e, de acordo com a prefeitura municipal de Salvador, integra as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (PMS, 2016, p. 92–93). Essas zonas têm por finalidade realizar a regularização fundiária e o planejamento urbano. Dividem-se em 5 zonas, 1, 2, 3, 4 e 5, conforme apresenta o Mapa 5,

Mapa 5: Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, Salvador



Fonte: PMS, Plano Diretor de Desenvolvimento urbano, 2015.

As áreas em vermelho correspondem aos assentamentos precários; as em azul, são as edificações abandonadas e as habitações coletivas; as em verde são os terrenos não edificados ou subutilizados; as em amarelo são os assentamentos precários ocupados por população de baixa renda, inseridos em APA ou em Áreas de Proteção de Recursos Naturais – APRN; as em cinza são os assentamentos remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, quase toda a área leste do mapa de Salvador, da BTS, vivencia a mesma realidade dos assentamentos e ocupações das populações mais pobres. As comunidades do entorno da APA Bacia do Cobre

entram na ZEIS 3, que é a dos assentamentos em torno de áreas naturais, conforme mostra o Mapa 5:

A bacia do rio do Cobre ocupa grande parte do Subúrbio Ferroviário. É a quinta maior bacia do município (20,65 km²), o rio do Cobre tem 11 km de extensão, suas nascentes estão situadas na região da Lagoa da Paixão, em Fazenda Coutos, e deságua na Baía de Todos os Santos, Enseada do Cabrito, enquadrada na região administrativa das águas do Recôncavo Norte, BTS (CONDER, 2013).

Figura 2: A Represa do Cobre



Fonte: Memorial Pirajá, Almanaque Roda Pião, 2001.

A bacia foi inserida no Sistema de Unidade de Conservação pelo decreto estadual 7970/2001, enquadrado na categoria de APRN, e é uma das poucas áreas naturais em zona urbana remanescente da Mata Atlântica, com 1.134 ha (INEMA, 2019). Essa Unidade de Conservação – UC tem um papel importante no abastecimento dos recursos hídricos da região (UFBA/CEASB, 1998) e foi criada para proteger a bacia. A EMBASA e o INEMA são os órgãos que respondem pela APA. No seu interior fica o Parque São Bartolomeu – PSB, com 150 ha, destacado em vermelho no mapa 5.

O PSB foi criado pelo decreto municipal de desapropriação, nº 4.590/1974 e incorporado ao Sistema de áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador, decreto municipal 4.756/75, e é regido pelo Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM, lei municipal 7.400/2008, que dispõe sobre o PDDU. Na década de 1990, o PSB passou a fazer

parte do Parque Metropolitano de Pirajá, criado pelo decreto 4.756/1978 e com 1550 ha de extensão (CONDER, 2013, p.4-5).

O desmembramento dos 150 ha da APA Bacia do Cobre e a regularização, bem como sua inserção no programa Reserva da Biosfera e no Parque Metropolitano de Pirajá nos anos 90, foram ações estratégicas para garantir recursos dos dispositivos legais disponíveis. E resultaram da articulação das comunidades incidindo sobre os instrumentos de legislação ambiental. Na década de 1970, a mobilização teve participação das comunidades tradicionais do entorno; na década de 1990, foi coordenada pelos pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO/UFBA, Ruy Espinheira e Ubiratan Castro e do Centro de Estudos Ambientais Parque São Bartolomeu – CEASB.

O programa Memorial Pirajá organizou pesquisas sobre a relação histórica da área natural com o Parque Metropolitano de Pirajá e incidiu no decreto facilitando essa inserção. Ainda, foi desenvolvido pelo Centro de Educação Ambiental Parque São Bartolomeu – CEASB com as comunidades do entorno para valorização da história. Os registros do Memorial apresentam a região como lugar onde moraram os Tupinambas, abrigo do Quilombo dos Urubus, palco das batalhas contra a invasão holandesa, em 1638, e da independência da Bahia (MEMORIAL PIRAJÁ, 2001).

A mobilização dos moradores católicos locais e visitantes, na década 1970, foi um movimento importante para trazer melhorias às comunidades do Subúrbio. Espalhados nos bairros, franceses, suíços e alemães compartilhavam do modo de viver da população pobre e contribuíram com suas especialidades e financeiramente para o desenvolvimento local. Escolas comunitárias, igrejas e associações de apoio às demandas locais foram criadas a partir dessa parceria. Um exemplo é a Associação Criança e Família, no Rio Sena fundada pela francesa Bernadette Marchand, que é a mais antiga entidade atuante na comunidade, com quase 40 anos.

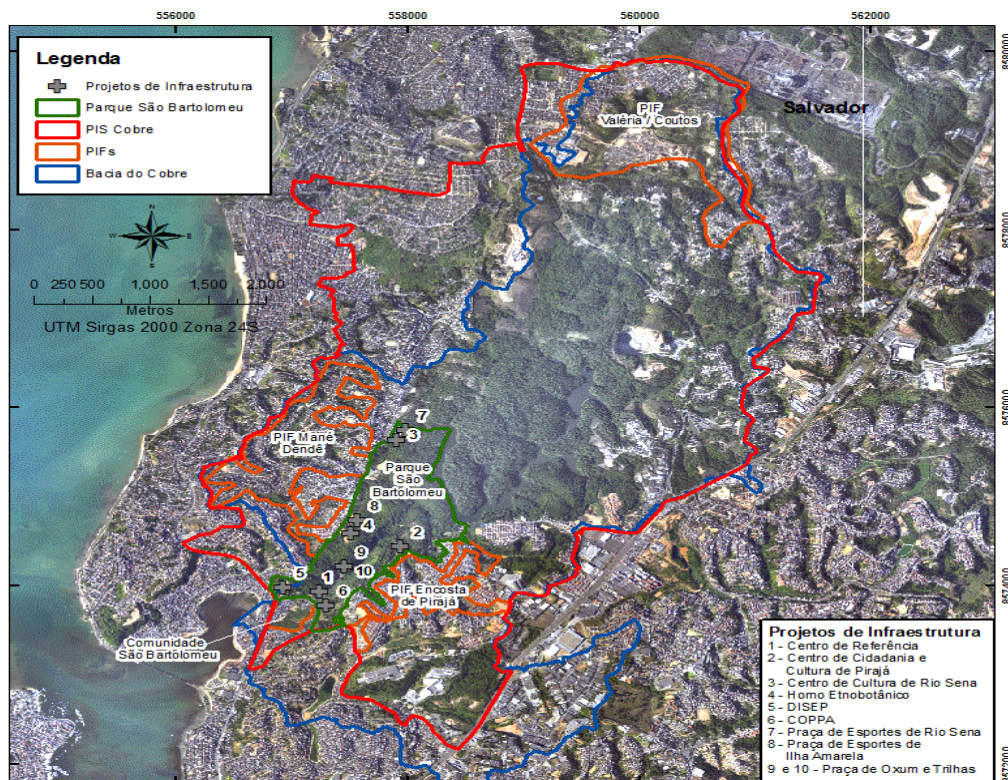
Há alguns programas de governo em execução na região atualmente. Para a BTS é o PRODETUR Náutico da Baía de Todos os Santos (PHILLIPS *et al*, 2009). A concepção do plano estratégico foi coordenada pela equipe técnica da Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia conveniada ao MTur, com investimento inicial de cento e cinquenta mil reais. O programa foi dividido em cinco etapas: planejamento; criação dos grupos focais formado pelas microrregiões, componentes da BTS e levantamento de dados; compilação dos dados; Seminário Técnico de Planejamento para análise dos dados e

incorporação no plano estratégico; texto final do plano e Fórum Náutico da Baía de Todos os Santos.

Após delineamento e constituição da parceria de financiamento com o BID, em 2018, o PRODETUR Náutico da Baía de Todos os Santos passou para a fase de execução pela SETUR-BA, começando com a estruturação da governança, da qual as comunidades da Enseada do Cabrito e Plataforma fazem parte. Além disso, foram feitas reuniões de trabalho em todas as microrregiões e levantamento das entidades atuantes que podem contribuir com a implementação das ações do plano, algumas delas a pesquisadora participou (PHILLIPS *et al*, 2009).

No entorno da APA, as ações do estado começaram em 2004 com o programa Viver Melhor 2 e o Projeto de Urbanização do Parque São Bartolomeu - PSB, gerenciados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia – CONDER em parceria com o INEMA e a EMBASA. O primeiro relocou os moradores da invasão dos Novos Alagados, na Enseada do Cabrito, e o segundo está em vigência, concluindo a primeira etapa em 2018. O Mapa 6 mostra as ações de revitalização em vigor no PSB.

Mapa 6: Projeto de Urbanização do Parque São Bartolomeu

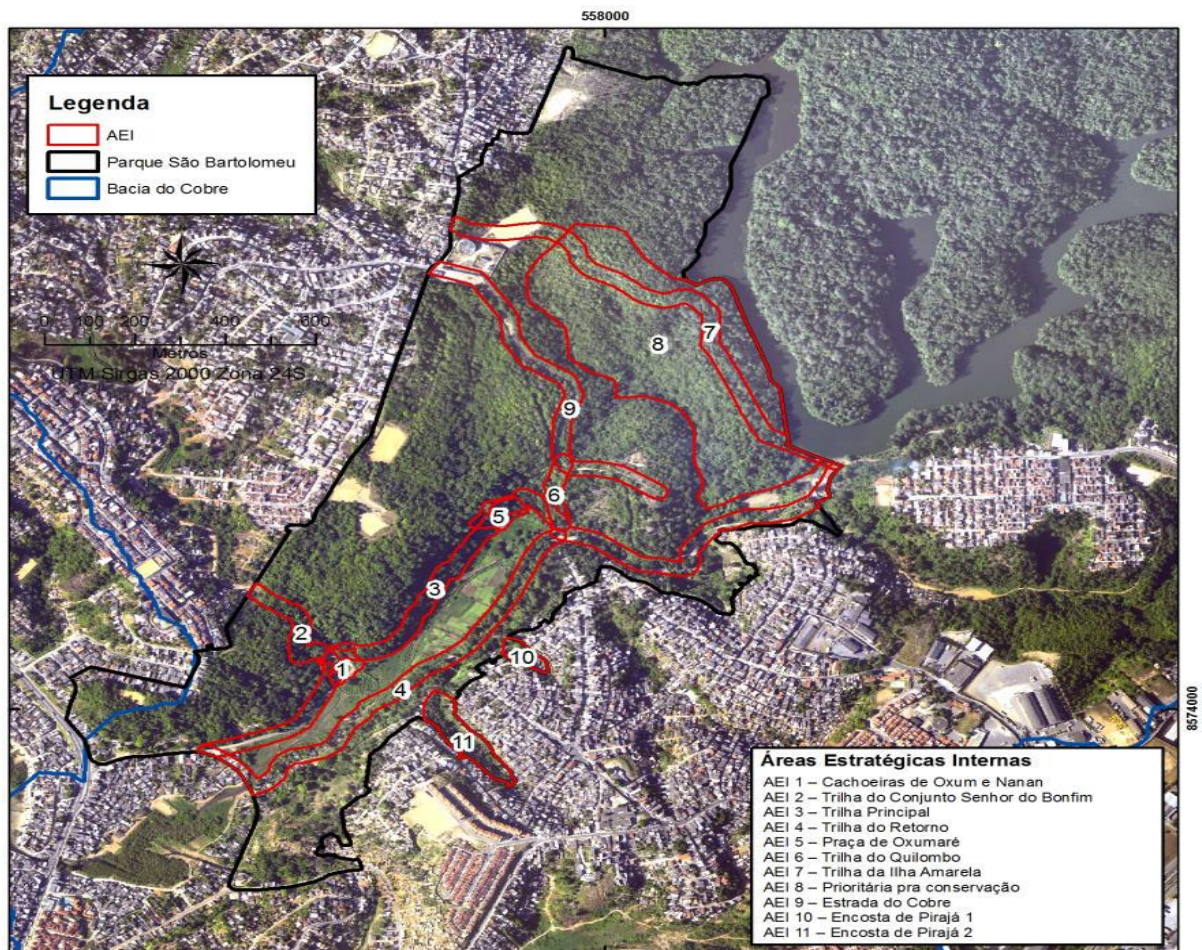


Fonte: CONDER, Plano de Manejo PSB, 2013, p. 67.

O Projeto de Urbanização do PSB começou em 2007 com a aplicação do diagnóstico nos quatro bairros do entorno do Parque, Enseada do Cabrito, Plataforma, Pirajá, Rio Sena, na formação das instituições atuantes nestes bairros para o desenvolvimento local e na sua estruturação física do PSB.

O Plano de Manejo do PSB contempla 11 Áreas Estratégicas Internas (AEI) para facilitar o planejamento das ações de manutenção do PSB. O trecho do documento na íntegra está disponível no Anexo B. Abaixo, o Mapa 7.

Mapa 7: Áreas Estratégicas Internas (AEI)



Fonte: CONDER, Plano de Manejo PSB, 2013, p. 83.

Também foram construídos o Centro de Referência PSB, na entrada da Enseada do Cabrito, e um Centro Cultural, na entrada de Pirajá. Uma empresa foi licitada para fazer a contratação de profissionais locais para trabalharem nesses centros e fazerem o guiamento dos visitantes no Parque. Em Ilha Amarela (comunidade parte de Plataforma) e no Rio Sena foram construídas quadras de futebol, que no decorrer dos anos foram aos poucos sendo

abandonadas. Semestralmente é feita uma manutenção das quadras e da entrada do PSB em Ilha Amarela.

As AEIs foram estruturadas na primeira etapa do Projeto de Urbanização do PSB. No Plano de manejo foram estabelecidas nove diretrizes de administração e manejo do PSB, uma delas trata da parceria entre estado e município, mas ainda nada foi feito nesse sentido. A SECIS apontou as dificuldades de participar na estrutura estabelecida e que precisam ser verificados os entraves da parceria. O problema se agrava no acúmulo de lixo nas áreas do PSB em Ilha Amarela e Rio Sena. A Tabela 6 apresenta algumas diretrizes do Plano.

Tabela 6: Diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo

1. Articular junto à Secretaria Cidade Sustentável para que a administração do PSB seja sempre consultada sobre a implantação de novas atividades/empreendimentos que exijam licenciamento ambiental no âmbito da ZA do PSB, como determina a Lei do SNUC.
2. Apoiar estratégias em parceria com a Polícia Militar, Ambiental e Civil, para combater crimes ambientais e a violência urbana nesta região.
3. Intensificar a fiscalização de atividades e empreendimentos localizados na ZA, por meio de parcerias com instituições ligadas à proteção e fiscalização ambiental.
4. Acompanhar e buscar influenciar todas as discussões que venham a envolver a revisão do PDDU e/ou da LOUS, evitando que as áreas da ZA possam ser reclassificadas em categorias que as exponham a maior vulnerabilidade ambiental.
5. Participar ativamente das discussões para a elaboração do Plano de Manejo da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, promovendo, sempre que possível, o planejamento integrado dessas áreas.
6. Definir áreas de interesse ambiental, além das áreas já protegidas do entorno imediato e sugerir restrições em sua ocupação/apropriação.
7. Acompanhar o andamento do projeto urbanístico desenvolvido pela CONDER para a região de Mané-Dendê e de Pirajá.
8. Promover um debate sobre a ampliação da área sob proteção integral na Bacia do Cobre, seja por meio da ampliação do território do PSB, ou de outros mecanismos, como a criação de RPPNs na área de domínio privado, ou ainda de uma UC Estadual.
9. Aplicar os indicadores do monitoramento ambiental do Projeto Dias Melhores em toda a ZA do PSB, como forma de conhecer e avaliar a qualidade ambiental das áreas do entorno, cujos impactos incidem sobre a unidade e pensar em medidas para mitigar esses impactos.

Fonte: CONDER, Plano de Manejo PSB, 2013, p. 82-83.

Toda essa situação provoca impactos nas comunidades do entorno, a frustração com a descontinuidade das iniciativas, o investimento do estado no PSB ainda não apresenta resultados mais efetivos de mudança para as comunidades de Ilha Amarela e Rio Sena, uma vez que não se criaram oportunidades de emprego na área, como na Enseada do Cabrito e em Pirajá. Ainda se sofre com o acúmulo de lixo, com o desmatamento, com a violência, com as ocupações espontâneas das áreas de uso público e com o abandono.

Para ter uma visão mais ampla da relação APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu com o Turismo pela Paz, foram organizados os grupos focais. De acordo com a Tabela 7, a pesquisadora denominou os grupos da seguinte forma:

Tabela 7: Denominação dos grupos focais

Grupo	Características	Quantidade
Grupo H	Homens	5 pessoas
Grupo JM	Homens Jovens	10 pessoas
Grupo M	Mulheres	17 pessoas
Grupo JF	Mulheres Jovens	10 pessoas
Grupo I	Instituições	8
Grupo E	Especialistas	4

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A participação dos grupos variava de acordo com as agendas dos participantes, ultrapassando o número máximo recomendado para os grupos focais, de dez pessoas, apenas uma vez. Os encontros foram mais informais, na maioria das vezes, contribuindo para a aproximação das pessoas, principalmente quando envolvia menor número. Outras vezes foram feitos por meio de uma caminha pela área do PSB, outras mais começavam por reuniões de trabalho, mas em todos eles os aspectos da pesquisa foram mantidos.

Até o final do estudo de caso, 46 pessoas, dentre jovens, homens, mulheres e especialistas, de 16 a 68 anos e 8 (sete) instituições participaram dos grupos focais atendendo ao propósito estabelecido pela pesquisadora. Ademais, o coletivo de instituições é o único grupo focal com algum conhecimento sobre Turismo e que acompanha o desenvolvimento da APA, ficando as informações mais concentradas nos assuntos gerais, sobre comunidade e demandas pessoais e dos grupos.

As duas comunidades têm quase 20.000 habitantes, cerca de 2.000 em Ilha Amarela, mostrando a limitação da pesquisa. Para ter maior abrangência, foram convidadas 8 instituições atuantes nas comunidades. Algumas delas são referências locais, a maior parte dos moradores conhece e, portanto, possibilitará uma ampliação do campo na próxima etapa. Por fim, os resultados dos encontros foram organizados por assunto nas categorias, conforme apresentado na metodologia, para facilitar a análise. Em *Demandas Turísticas, Prosperidade* e em *Atividades Básicas de Subsistência – ABS* estão os itens 1 e 2.

O item 1 explicita as informações dos grupos focais sobre o cotidiano, o que fazem para integrar-se com o mundo e o que sonham. As experiências de cada um criam um mosaico de cores e formatos bem variados e que ao mesmo tempo tem pontos comuns. São pessoas e instituições que tem ideias muito próximas e querem as melhorias das comunidades. Nesse bloco elas colocam sua contribuição para o mundo.

1. Atividades do Turismo pela paz:

O grupo H abriga uma biblioteca comunitária no espaço da instituição com mais de 8.000 livros; o projeto, financiado pela Fundação Itaú agrega mais 13 bibliotecas comunitárias de Salvador e mais de 100 no Brasil, que se organizam em redes locais e na nacional. A experiência do grupo é nova em virtude de que apenas em 2018 conseguiram estruturar a sede para receber o projeto. Além dessa ação, também promovem torneios, campeonatos e querem organizar café da manhã para pessoas mais carentes da comunidade. A relação com o Turismo está mais voltada para as trilhas ecológicas e atividades que desenvolvem no PSB, além da visita à biblioteca.

O grupo JF é beneficiário das atividades do grupo M e colocou seus anseios como jovens cidadãs, com objetivos de ter seu espaço no mercado. Elas compartilharam que o artesanato, as tranças e as danças podem ser atrativos para os turistas conhecerem a sua comunidade. Como turistas, elas querem conhecer o PSB. Sendo que a instituição onde estão ficou de promover um passeio em junho de 2019. Quanto ao JM, a pesquisadora vê que os campeonatos, que promovem as viagens dos jogadores mirins para outros bairros, cidades e estados, são experiências muito interessantes de Turismo. Essa ação pode gerar relatos das crianças e adolescentes e promover atividades de aproximação para diminuição da violência na comunidade.

O grupo M, nos primeiros encontros, compartilhou que não conhece muitos lugares históricos da cidade e a pesquisadora ficou de fazer um percurso turístico para o ano todo. A ação ainda não se concretizou, mas não foi esquecida pelas componentes. Na comunidade,

elas pensam que os moradores necessitam de mais ações de integração como feiras livres, hortas coletivas, ações para realizar juntos e com todos os grupos.

O grupo I abordou as ações integradas entre as instituições, como o grupo M, e algumas propostas desenvolvidas por elas podem se tornar ações estruturantes de todo o grupo, como o projeto Botica da Terra, realizado pela igreja de São Bento, que ensinou às instituições mais antigas a feitura do sabão caseiro. Há outros produtos que o projeto desenvolveu e que, para o grupo E, poderia fazer parte de uma ação concreta de garantia da sustentabilidade dessas entidades com possibilidade de ampliação do mercado.

O grupo E procura garantir as propostas base para que as ideias colocadas pelos grupos focais possam se realizar. Por exemplo, vários grupos compartilham da vontade de ajudar na gestão das áreas esportivas do PSB, e, para isso, o grupo E pensou em estruturas que permitam essa aproximação maior do poder público, uma vez que essas áreas estão abandonadas, mesmo porque são áreas naturais com regulamentação clara sobre as formas de uso e conservação. Todos os pontos entraram no programa do núcleo de estudos integrados, para viabilizar a sua concretização, e que serão apresentados no Capítulo 4. Nas falas dos 54 participantes ficou evidente a necessidade de uso das áreas naturais, da promoção de oportunidades de integração, socialização e lazer. Já que espaços isolados aumentam a violência.

Por várias vezes, na comunidade, enquanto aguardava os encontros começarem, a pesquisadora observou nas ruas o número de jovens brincando de bola entre carros e pedestres até altas horas da noite, enquanto as quadras da rua vizinha, no PSB, estavam completamente vazias. O Turismo pela Paz promove o estreitamento entre comunidades conflituosas possibilitando sua integração com o mundo. Para que essa vocação do Turismo seja realmente possível, é preciso que os espaços cumpram sua função social de acolhimento.

É preciso levar em conta o ambiente onde as relações acontecem e incentivar ações de preservação para a continuidade dos recursos. Existem algumas iniciativas relacionadas a isso, porém, na prática, gera pouca lucratividade, tornando as atividades inviáveis. Os moradores demonstram querer aprender mais sobre como reutilizar determinados materiais, mas, em virtude do desconhecimento, optam pelo descarte indevido, junto com alimentos e outros materiais.

A maioria das pessoas entrevistadas nos grupos está engajada em atividades sociais na própria comunidade, seja participando dos cursos que as entidades desenvolvem, como o

grupo de jovens feminino, seja nas ações sociais, como os grupos de mulheres e homens. Todos pensam que seria possível ter mais qualidade nas atividades que desenvolvem se houvesse um investimento maior dos órgãos responsáveis pela APA.

A *demanda turística* deve considerar a capacidade de estruturação das comunidades residentes, que atrairia turistas sensíveis àquela realidade e que possam contribuir para o desenvolvimento local. A área natural é o espaço que oferece serviços, cabendo às comunidades o acolhimento, o guiamento e a organização da oferta e o desenvolvimento de outras atividades importantes para a subsistência, de modo que o Turismo não seja priorizado e sim, equilibrado, como visto nos Capítulos anteriores.

Nas comunidades estudadas foi visto que a qualidade de moradia, de trabalho e de transportes é muito baixa, considerando o adensamento populacional e o pouco investimento em planejamento urbano. Para a estruturação da demanda turística, dentro da concepção do Turismo pela Paz foram delineadas as seguintes ações nos grupos focais:

- Ofertar cursos de capacitação em acolhimento, guiamento, guarda florestal e gerenciamento de espaços café-leito, de acordo com o interesse dos moradores, conforme manifestaram nos grupos focais.
- Delinear o sistema de acolhimento com os moradores, para atender as especificidades levantadas.
- Estruturar ecotrilhas com os antigos e novos guias;
- Organizar agenda de atividades no PSB Ilha Amarela e Rio Sena para os moradores, envolvendo caminhadas, terapias holísticas e funcionais, torneios, jogos com as entidades sociais atuantes no grupo focal.
- Ofertar oficinas de consciência ambiental, reutilização de resíduos sólidos e líquidos, bem como, garantir espaços onde essas ações possam ser continuadas, em atividades artesanais para a garantia da subsistência dos moradores.
- Criar o sistema do voluntariado para turistas e estudantes, de acordo com a legislação de referência para o tipo de atividade e faixa etária permitida.

2. Relação com a APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu - PSB:

O item 2 faz parte das *Demandas Turísticas, Prosperidade e Atividades Básicas de Subsistência – ABS*, e aborda os conhecimentos das comunidades sobre a APA Bacia do Cobre. Comunidades em áreas naturais tendem a desenvolver atividades voltadas para a sua

subsistência utilizando materiais locais e técnicas manuais, mas, no contexto mais vulnerável elas pouco usufruem do espaço, em virtude da violência.

Os moradores mais antigos tinham uma relação mais próxima com a natureza, porque as condições eram favoráveis e eram pessoas advindas de comunidades rurais na BTS; mesmo aquelas de outros estados, sabiam cultivar a terra e utilizavam bem os recursos. O inchaço urbano provou mudanças na consciência coletiva. O que antes eram espaços de viver tornaram-se espaços de habitar. E só habitar não é suficiente, porque cai no axioma que Freire alertou no Capítulo 2, será apenas o ato de ajustar. Adequar o humano é desumanizar. Assim, integrar é devolver a sua humanidade.

O grupo H participa do Conselho Gestor da APA e, dos poucos momentos em que a pesquisadora conversou com eles a esse respeito, apresentaram suas frustrações sobre uma estrutura que caminha sem horizonte. O Conselho se esvaziou de sentido com o tempo. Sem plano de manejo, sem possibilidades de investimentos ou perspectiva de conversas mais próximas dos órgãos que deliberam sobre a gestão, ao conselho resta participar das reuniões mensais estressantes e organizar trilhas ecológicas. Os membros, já envelhecidos, não veem como poderia haver melhorias para a APA. Nesse ponto os destinos entre a Bacia do Cobre e o PSB tomam rumos completamente diferentes. A última notícia é a do fechamento da barragem do Cobre pela EMBASA.

O JF compartilhou que os adultos falam que o PSB é um lugar perigoso, que é preciso evitar passar próximo em determinados horários. O JM usa as quadras do PSB para o treinamento das crianças e jovens, além de promoverem torneios que atraem grandes clubes de futebol brasileiro. Eles compartilharam da tristeza em ver aquelas áreas abandonadas. Alguns membros do grupo são empreendedores e anseiam por oportunidades de cooperar com a gestão dessas áreas, como também oferecer uma estrutura melhor para os participantes das atividades.

O grupo M tem membros que participaram das atividades desenvolvidas pelo CEASB, na década de 90. Elas compartilharam que conheceram os pesquisadores Ruy Espinheira e Ubiratan Castro nas ações do programa Memorial Pirajá. Isso foi quando receberam formação e aprenderam como serem empreendedoras sociais e ambientalistas comunitárias. Logo, foi uma época de constante troca entre universidade e comunidade. Essa relação deixou marcas nessas militantes mais antigas e os resultados podem ser vistos pelas novas gerações ao visitar as instalações do PSB.

O grupo I visitou várias vezes o PSB na região de Ilha Amarela. O passeio possibilitou a troca de ideias, que, por conseguinte, passaram a fazer parte do programa de atuação do

núcleo de estudos integrados, o NEI. O grupo E entra nesse contexto na articulação com o poder público para tornar essas propostas realidade. As proposições serão explicadas com mais detalhes no Capítulo 4.

O Turismo reintegra por meio do caminho do coração. Quando as pessoas se dispõem a se colocar no caminho e andar juntas com as outras, rir e compartilhar experiências faz com que o coração se alargue e se abra para o novo. A ideia era que os encontros ocorressem sempre nesse formato de “momentos de viver juntos e compartilhar sonhos”. Os grupos mostraram que é possível fazer coisas novas e tornar as comunidades mais próximas da APA no sentido do cuidado de si e do meio ambiente.

No campo da *prosperidade* (GASTAL, 2002, p. 15), os grupos focais traçaram as seguintes propostas para inclusão na segunda etapa do Plano de Revitalização do PSB:

- Construção do espaço de acolhimento/receptivo em Ilha Amarela;
- Desenvolver projetos de financiamento coletivo que possibilitem a infraestrutura do sistema cama-café especificado;
- Contratação das pessoas que participam dos cursos e oficinas por empresa conveniada, como foi feito nas comunidades de Pirajá e Enseada do Cabrito, na primeira etapa do Plano;
- As quatro quadras atuais são inadequadas para o desenvolvimento das atividades, sendo necessária a revitalização e a instalação de equipamentos de suporte para que aconteçam com segurança e conforto.

Além disso, os moradores apresentaram ideias sobre as quadras da Ilha Amarela, para a diversificação das atividades:

- A primeira quadra permaneceria aberta e gramada;
- A segunda seria poliesportiva, fechada com diversas quadras de vôlei, basquete e piscina olímpica;
- A terceira teria um anfiteatro semiaberto e um galpão para realização dos cursos, oficinas e eventos diversos;
- Na quarta quadra seria a marcenaria, centro de coleta seletiva e olaria;

A estrada estreita que liga a Ilha Amarela à Pirajá é pouco utilizada atualmente. Ela poderia concentrar o espaço de acolhimento, ponto de transbordo e transporte público de baixo impacto. O transporte sugerido pelos grupos focais foi o monotrilha. O INEMA foi acionado para analisar se esse meio de transporte é o mais adequado e menos impactante para o meio ambiente. A pesquisadora foi incluída no grupo de trabalho do governo do estado para

a instalação do sistema novo de mon trilho na região do Comércio à Simões Filho para acompanhar e lançar a proposta da APA, conforme parecer do INEMA.

Na categoria *ABS*, alguns manifestaram interesse em receber turistas em suas casas, contanto que seja num sistema específico, menos formal, que atenda à realidade daquelas comunidades e do qual eles tenham mais controle sobre o tipo de pessoa que poderia visitá-los. Ainda foi descartado o Air BnB por ser aberto demais para as pessoas.

Uma impressão da pesquisadora quanto a isso foi o perfil dos moradores interessados, mulheres católicas, com mais de 50 anos e, que tem possibilidade de organizar seu espaço para oferecer esse serviço. Quando perguntado qual perfil de turista seria mais interessante para elas, apontaram que, parecido com o da pesquisadora. Percebe-se que a compreensão delas de turista é aquela que tem uma certa proximidade e compreensão da realidade visitada.

Os grupos pensaram em várias outras *ABS* para serem implementadas:

- Agricultura familiar e produção alimentícia, por meio de hortas e pomares coletivos e jardins em áreas públicas;
- Está previsto na etapa II do Plano, a criação do jardim botânico estadual na APA, próximo às quadras da Ilha Amarela;
- Organização das atividades manuais e racionalizadas de tecelagem, artesanato e customização;
- Estruturação do trabalho na bioconstrução, olaria, marcenaria e na usina de resíduos sólidos e líquidos, por meio de parceria com universidades e instituições que trabalham na perspectiva da sustentabilidade.

3. Comunidade, identidade e pertencimento.

O item 3 está na categoria *Cultura* e traz as experiências dos participantes sobre o sentimento de pertencer, o sentido do engajamento comunitário e as relações identitárias atreladas às ações do cotidiano. Alguns participantes relataram histórias de famílias fundadoras de comunidades conhecidas em Salvador. Um dos relatos mostra como, a partir do engajamento dos pais e dos avós, os filhos e netos se tornaram lideranças na comunidade. Eles apresentaram também formas de resistência em outros bairros da BTS, que possibilitaram transformações profundas no local, o entendimento mútuo e a aproximação das comunidades no enraizamento para a incidência nas políticas de desenvolvimento urbano.

O grupo H explicitou a sua forma de atuação diante de outras organizações da comunidade, a necessidade de trabalhar como agentes políticos em situações em que precisavam de apoio de vereadores e deputados; o grupo apresentou facilidade na articulação com grupos e partidos políticos, considerando isso como essencial para ver as demandas da comunidade concretizadas.

Compartilharam um pouco das agruras passadas em outras gestões, quando fizeram articulações que não deram retorno e, que, por isso desfizeram algumas relações nas comunidades. Além disso, atuaram intensamente durante a campanha eleitoral em 2018. É o grupo de engajamento com membros mais velhos, da comunidade de Ilha Amarela, incluindo os aposentados. Tal grupo possui membros cujas idades são entre 30 e 70 anos e são a memória da comunidade.

O grupo JM tem facilidade de engajar jovens nas causas sociais da comunidade. Desenvolvem campanhas de arrecadação e doação. Reuniram-se com frequência durante a pesquisa de campo e são muito dedicados às famílias, também apresentam uma orientação religiosa que se relaciona ao trabalho desenvolvido no local.

A amizade entre os mais engajados é perceptível, demonstrando proximidade e cumplicidade. Nas entrevistas mais direcionadas poucos compareceram, mas a pesquisadora trouxe as experiências que vivenciou nos diversos encontros que o grupo promoveu e dos quais pôde participar.

O grupo M dividiu-se em dois, devido ao tamanho e ao contexto. São 17 no total, 9 do Rio Sena e 8 da Ilha Amarela. O primeiro se encontrou apenas uma vez para a entrevista da pesquisa de campo, mas, como são as fundadoras da instituição mais antiga da região no trabalho com mães, conhecidas da pesquisadora desde sua infância, o momento foi um reencontro, de partilha de memórias preciosas do trabalho comunitário. A dedicação dessas mulheres ao serviço social corresponde a 100 % do seu tempo. Essa é a atividade que elas desenvolvem para a sua sobrevivência e para o sustento das inúmeras famílias que dependem da instituição.

O segundo grupo M é mais jovem e não menos determinado que o primeiro. Nele tem assistentes sociais, pedagogas, doceiras e donas de casa que querem se dedicar a atividades que tragam benefícios as famílias da comunidade. Nos encontros, as participantes compartilharam sonhos, projetos, experiências vivenciadas com jovens infratores no trabalho, tardes ao pôr do sol no Parque São Bartolomeu, reflexões sobre a valorização da mulher de periferia, sobre a importância da especialização para a militância e sobre o engajamento comunitário.

Grupo focal mais jovem, o JF compartilhou sobre a necessidade de conhecer mais a própria comunidade. Elas colocaram que a violência lhes aprisiona mais em casa e que as atividades que desenvolvem no espaço são importantes para vencer as limitações do dia a dia. Lá elas aprendem sobre a estética negra, costura e customização, além de várias outras oficinas oferecidas pela equipe multidisciplinar.

Os encontros do grupo I foram aulas de como engajar pessoas e realizar ações significativas para a transformação social das comunidades. Em princípio eram apenas quatro entidades e cada uma apresentou as atividades que desenvolviam atualmente, as dificuldades e como se organizaram para superá-las.

Nesse grupo, a pesquisadora identificou nas conversas o sentimento de pertença e de identificação entre comunidade, humanidade e natureza. As causas de cada instituição participante traziam as questões ambientais como relações indissociáveis das habitacionais e das socioculturais. Esse grupo trouxe a importância do pesquisador como aquele que, com o seu conhecimento assessoria as comunidades para que possam tomar decisões e se posicionarem com propriedade sobre as respostas recebidas pelo poder público.

No grupo E, dos pesquisadores, os diálogos permearam o universo das relações entre academia e comunidade, entre conhecimento e humanidade. O grupo tratou de sobre as possibilidades de trazer a teoria estudada para o campo das ações e transformações sociais. O primeiro encontro foi de boas-vindas, onde os pesquisadores compartilharam a sua visão de mundo e planos para a atuação no coletivo, cooperando com as comunidades.

O grupo trabalhou as questões identitárias relacionando as comunidades à Baía de Todos os Santos. A estrutura social de proximidade, o reconhecimento dos guardiões da memória local, a importância da oralidade como base da passagem de conhecimento entre gerações mais velhas e mais novas, para além da educação formal, são características que dão a essas comunidades um caráter de interior, com base nas experiências em outras cidades da BTS.

Andar pelas ruas sem ser abordado por conhecidos, compadres, ex-alunos e alguém que pede uma informação é quase impossível no cotidiano das comunidades da APA. É um lugar onde as pessoas se cumprimentam e tratam das situações no espaço da rua, como se a rua fosse a extensão da casa. A maioria das casas tornaram-se condomínios de família, mas ainda é possível encontrar habitações aos moldes antigos, quase sempre apenas no reboco.

A *Cultura* é fundamental na continuidade das atividades turísticas de pacificação das comunidades vulneráveis. Com isso, a atitude principal da pesquisadora foi de caminhar junto

e ouvir as comunidades por meio dos grupos focais. Precisava-se de um espaço para os encontros dos grupos focais e intergrupos de interação, que fosse uma referência de convivência e de construção de conhecimento permanente no local.

- Foi criada a Casa Ubuntu⁷, onde os coletivos costumam se encontrar para organizar as atividades. Alguns grupos foram visitados em seus lugares de origem. Houve uma preocupação em priorizar os coletivos já existentes, porque tem solidez e objetivos relacionados à continuidade. Na Casa Ubuntu acontecem as atividades do Turismo pela Paz coordenadas pela pesquisadora.
- Lá nasceu o Núcleo de Estudos Integrados – NEI, a partir do encontro dos pesquisadores, todos estudantes de mestrado em áreas diferentes das Ciências Humanas. Cada um pensava em como contribuir a partir de sua temática de estudo. O NEI ganhou identidade e forma a partir dessas discussões.

No Quadro 7, a estrutura do Núcleo é ilustrada com as coordenações, nas quais os pesquisadores desenvolvem pesquisas e projetos de execução nas comunidades e o Observatório, no qual os coletivos interagem e se integram, para refletir sobre soluções para as *demandas turísticas, prosperidade, ABS*, e as atividades de preservação da *Cultura* local.

Quadro 7: Núcleo de Estudos Integrados



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

⁷ Expressão africana, nguni bantu, que significa humanidade.

O Observatório do NEI agrega os coletivos de mulheres, homens, jovens, instituições e de pessoas com mais de 60 anos, denominado 60 +, a ser criado posteriormente. Tem como objetivo:

- Fomentar o diálogo nos coletivos para o alinhamento de ações integradas que atendam as demandas das comunidades;
- Articular moradores, instituições e o setor público e privado para o desenvolvimento de ações que promovam o bem-estar subjetivo das comunidades atendidas pelo NEI;
- Avaliar e acompanhar os projetos do setor público executados nas comunidades.

Cada pesquisador criou uma coordenação de atuação. São três pastas constituídas:

- Assistência Social, que organiza as ações relacionadas a essa área – há previsão de acontecer a primeira feira de saúde das comunidades favorecidas, em parceria com as faculdades Católica e UNIFACS, no segundo semestre de 2019;
- Educação e Sustentabilidade, que executa projetos de integração e engajamento da comunidade em ações de consciência ambiental e crescimento qualitativo – Possui três ações previstas para começar no próximo semestre, as hortas coletivas, as sacolas sustentáveis feitas de materiais reutilizáveis e a plataforma de doação espontânea das comunidades do entorno da APA;
- Tecnologias Sociais, Infraestrutura e Inovação, que pensa em projetos na área de eco habitação e engenharia socioambiental – tem dois projetos em andamento, a reforma do espaço de tecnologias para adolescentes e a do espaço para execução de atividades de arte e tecelagem, para as crianças e mulheres.

O NEI conseguiu articular um espaço de diálogo contínuo com os órgãos responsáveis pela APA Bacia do Cobre, INEMA e CONDER, para atender as demandas colocadas pelos grupos focais apresentadas no Capítulo 3, sobre o estudo de caso. A partir daí foi pensado em instituir o NEI juridicamente para apoiar as ações que precisam ser financiadas e que a representação dos coletivos, diante do poder público e privado, seja legitimada.

O NEI começou o ciclo de formação com os coletivos das comunidades. A primeira foi em maio sobre o Plano Nacional dos Recursos Hídricos e a próxima será sobre as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e o PDDU. Os assuntos serão compilados em cartilhas a serem distribuídas nas instituições presentes nas comunidades. Além disso, a pesquisadora tem estimulado os coletivos a visitarem o PSB para que no próximo momento possa ser

apresentado o programa de estruturação do PSB na região que agrega Ilha Amarela e Rio Sena.

O NEI estruturou seu plano de sustentabilidade e pretende apresentar a proposta de requalificação das quadras da Ilha Amarela a CONDER, responsável pelo projeto de urbanização do PSB, para que os espaços atendam a função social a que são destinadas, de quadra poliesportiva, espaços multifuncionais, de atividades físicas e ciclismo, anfiteatro, galpão das artes manuais (tecelagem, marcenaria, costura e olaria), do espaço do NEI, além de uma base de acolhimento dos visitantes, com dormitórios para estudantes de universidades que precisam pernoitar para desenvolverem suas pesquisas. Nessa área concentrarão as formações relacionadas ao Turismo pela Paz, dos guias e guardiões da APA e várias outras que estão sendo estudadas, no diálogo nas comunidades.

O Núcleo está trabalhando na construção de cartilhas informativas sobre Turismo pela Paz e assuntos relacionados para as comunidades do entorno, poder público e universidades. Sendo que a primeira trata do conceito e de características da modalidade, resultante da pesquisa. O levantamento das informações dessa primeira etapa ajudou a refletir sobre os princípios da epistemologia do Turismo pela paz. O percurso necessita de mais informação e contato com pesquisadores atuantes na tipologia, possível apenas nos grupos de pesquisa apresentados. Ainda, os grupos pensaram na criação do Memorial/Museu Natural, Histórico e Cultural por meio da parceria com universidades e órgãos responsáveis, que tem uma participação na gestão da APA Bacia do Cobre, como EMBASA, INEMA, COELBA e CONDER.

A história da região, como foi salientado no Capítulo anterior, é muito importante no cenário histórico-cultural e natural brasileiro. É a forma mais eficaz de valorização e preservação da memória e do meio ambiente pelas comunidades residentes e flutuantes. É relevante dizer que existe uma bibliografia na Universidade Federal da Bahia voltada para essa temática, apresentada nessa pesquisa e que pode subsidiar esse resgate.

4. Observações gerais sobre os grupos focais

No percurso dos encontros com os grupos focais houve alguns contratemplos, desavenças, afastamentos, falas desrespeitosas e atitudes desonestas, mas, uma vez na jornada, não é possível retornar e, se retornar, perde-se a possibilidade de aprender e amadurecer. Como “O caminho de Abraão”, a pesquisadora resolveu tirar as próprias sandálias e ir ao encontro dos outros para confraternizar. A comunidade mudou, mas ainda os

antigos amigos permanecem, a memória está viva e precisa ser passada para as novas gerações, ser reconhecida e se perpetuar.

Os encontros possibilitaram conhecer pessoas novas também, com espírito e vontade para fazer a diferença e não apenas habitar. É estar com o mundo e conviver harmoniosamente, solidarizar-se com as causas sociais e contribuir com uma gota que seja para diminuir o incêndio dos problemas adversos que a humanidade vivencia. E se não for para esse momento, que seja para construir um novo mundo.

Em termos da relação Comunidade – Humanidade – Natureza, as falas colocadas trazem a necessidade de aprofundar na metodologia. Na vida em comunidade, o pertencimento e identidade que se criam no contato com os mais velhos e que se perpetuam na passagem dos saberes, como também na construção da cultura entre gerações que foi prejudicada pela violência e supressão das vozes mais antigas desses bairros.

Não há um trabalho de valorização da história e cultura locais, pois os mais jovens pouco conhecem sobre a realidade. Por outro lado, os professores moradores que participaram das entrevistas colocaram que, a contribuição da região para o legado histórico-cultural baiano e brasileiro é pouco estudado. Os jovens entrevistados não sabiam que a APA é a fonte de recursos hídricos do entorno e nem da participação do PSB na batalha contra os Holandeses e pela Independência da Bahia.

Para a maioria dos moradores daquela área, a APA Bacia do Cobre é um território desconhecido. Com isso, não há identificação e nem sentimento de pertença. A história tão valorizada do patrimônio da BTS que envolve toda aquela região se restringiu ao centro histórico de Salvador e precisa ser resgatada.

A par disso, para estimular que os valores humanos sejam praticados no coletivo, é preciso tocar no âmago das individualidades dos sujeitos e voltar ao estado de ser. O nível de violência vivenciado nas comunidades estudadas, muitas vezes, ofusca o sentimento de partilha e coletividade. As famílias mais antigas mantêm a proximidade no convívio e nas atividades sociais. A igreja, a escola das crianças e jovens e os bares são os espaços mais comuns para essas interações. Porém, os mais jovens em situação de vulnerabilidade são os alvos principais dos traficantes.

A pesquisa ajudou a avançar em direção ao delineamento dos fundamentos metodológicos do Turismo pela Paz nos elementos conceituais da modalidade. A caracterização atribui aproximação das pessoas por meio de experiências que agregam

valores, voltado para a hospitalidade, a integração com os outros e com o mundo. No Capítulo 4 é apresentado o delineamento do Turismo pela Paz à luz das teorias abordadas nos Capítulos 1 e 2 e nas vivências com as comunidades estudadas no Capítulo 3.

Capítulo 4 – Contribuição para o delineamento dos fundamentos metodológicos do Turismo pela paz

Os capítulos anteriores apresentaram o Turismo pela Paz como sendo universal e transversal às outras formas de Turismo, baseado nas premissas da convivência em comunidade, para o exercício do sentido de humanidade e do uso sustentável dos recursos da natureza. A Tabela 8 traz algumas estratégias de implementação da Paz por meio do Turismo, apresentadas na Tabela 3 (p. 44), e identificadas nos assuntos abordados nos grupos focais.

Tabela 8: Ferramentas da paz por meio do Turismo, grupos focais e categorias de análise.

FERRAMENTAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA PAZ POR MEIO DO TURISMO	ASSUNTOS ABORDADOS NOS GRUPOS FOCALIS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Conteúdo de paz na educação turística Educação em cultura de comunidade Lembretes da ética da paz Aprendizagem experiencial planejada Hospitalidade generalizada Turismo da pobreza / voluntário, contatos Entrega de benefícios para a comunidade	Processos formativos e de qualificação Fortalecimento comunitário para a incidência em políticas de desenvolvimento sustentável local; Levantamento das demandas e organização a partir das comunidades	DEMANDAS TURÍSTICAS PROSPERIDADE ATIVIDADES BÁSICAS DE SUBSISTÊNCIA ABS
Limites à exploração de recursos Regulamentação apropriada Consulta e envolvimento da comunidade	Organização dos espaços de viver; Cuidado de si e do meio ambiente Trilhas	

Mediação hábil Apoio a regimes democráticos Gestão consultiva de conflitos Segurança	Ações de desenvolvimento do sentimento de pertença Relações identitárias atreladas às atividades do cotidiano; Intergrupos de aproximação e integração Atividades de lazer Ações de valorização da cultura	CULTURA
---	--	---------

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Os assuntos abordados nos grupos focais são absorvidos nas categorias de análise dentro do sistema turístico, que envolve as demandas, a prosperidade, as atividades básicas de subsistência e a cultura. O Turismo se flexibiliza para atender as necessidades in loco, como uma lente para enxergar os entremeios do tecido da vida nas cidades,

Olhar a cidade com maior cuidado não é mais uma tarefa exclusiva dos turistas que a percorrem. Mesmo para os moradores das cidades, a sua complexidade coloca, cada vez mais, maiores desafios. Decifrá-los é fundamental para sobreviver e viver nas cidades com qualidade. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 19)

A pesquisa mostrou que a epistemologia do Turismo pela Paz segue as premissas citadas por Krippendorf (*apud* GASTAL, 2002, p. 13–18), conforme quadro 3 (p. 30). A *demanda turística* inclui moradia, trabalho, racionalização, tempo livre, transportes e comunicação. Vai da demanda, infraestrutura e facilidades, investimentos até as vendas. A *Prosperidade* agrega oportunidades de emprego, aumento da renda, facilidades, o setor de construção, e procura pelos produtos e serviços turísticos.

A Agricultura na pesquisa é ressignificada para *Atividades Básicas de Subsistência*, denominadas pela pesquisadora como *ABS*, abrangendo a produção alimentícia familiar, de tecidos e de materiais da habitação; a bioconstrução e a reutilização e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos. A *Cultura* é resultante das ações humanas, por isso, o estudo deu ênfase à valorização e resgate da memória histórico-cultural da região.

Para acurar esse olhar sobre a cidade de Salvador, na perspectiva das comunidades de Ilha Amarela e Rio Sena, foi preciso fugir da padronização cultural que se enraíza nas

populações mais novas. A pesquisadora chegou à visão identitária dessa região incorporada à Baía de Todos os Santos, terra mais antiga e com tantas atribuições históricas e características que se estendem pelas zonas periféricas.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber a necessidade de se estruturar processos formativos para o desenvolvimento do Turismo pela paz nas comunidades. Para isso, a pesquisadora aponta a Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento pelas experiências de aprendizagem, de formação e de educação pelas viagens – EAFEV, cunhado por Avena (2008a), como aquela que pode contribuir para a valorização dos serviços turísticos pelas comunidades e o setor público, bem como na estruturação das demandas turísticas com mais qualidade, visando o comportamento sustentável.

Avena (2008a, p. 43 e 77) salienta que as formações dos sujeitos devem abranger os níveis diversificados formais e informais para além da profissionalização, visando à transformação e o autoconhecimento,

O processo de transformação, creio ser possível acontecer por meio de uma abordagem que abranja conhecimentos acerca do princípio de prazer, do princípio de realidade, do(s) desejo(s) de si mesmo e do(s) outro(s), por outro(s) lugar(es) - *désirs d'ailleurs* - da motivação, da estética do bem-estar, do acolhimento e do acompanhamento, do espaço e do tempo contidos no deslocamento, algumas das EAFEV. (AVENA, 2008a, p. 79)

As EAFEV são construídas na relação entre comunidades e turistas e se aprofundam na metodologia com o fortalecimento dos residentes para o acolhimento e o usufruto dos espaços de forma adequada. A educação para o Turismo pela Paz é a principal forma de disseminação dos conhecimentos produzidos e de construção dos processos que desencadearão o desenvolvimento e o equilíbrio dos subsistemas turísticos, ecológico, econômico, sociocultural e político ao devolver o protagonismo e a voz às comunidades residentes.

A Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento se insere no Ensino formal, do Fundamental ao Superior, contribuindo com a ampliação da abordagem da estrutura curricular oferecida (AVENA, 2008a, p. 106-107). Aborda a transpessoalidade dos sujeitos, que atribuem significado aos fatos e atividades do cotidiano e das viagens nos processos formativos, ao longo da vida,

Nesse sentido, é necessário pensar que a educação ao longo da vida é constituída por uma série interminável de fatos, eventos, encontros que entram no processo de aprender. (AVENA, 2008a, p. 86)

A educação das comunidades do Turismo pela Paz precisa explorar todas as formas de aprender, formais e informais, para garantir que elas possam estruturar as atividades turísticas

com propriedade, bem como compreender e visualizar formas de inserção dos projetos de desenvolvimento do turismo local em contextos mais abrangentes, regionais e internacionais.

A Tabela 9 representa o delineamento do Turismo pela Paz de acordo com as categorias de análise apresentadas:

Tabela 9: Epistemologia do Turismo pela paz

Categorias de análise	Turismo pela paz
<p><i>Demanda Turística</i> - moradia, trabalho, racionalização, tempo livre, transportes e comunicação</p>	<p>Observatório para estudo permanente e controle das ações desenvolvidas nas comunidades;</p> <p>Sistema de acolhimento cama-café que atenda às necessidades e limitações dos moradores;</p> <p>Processos formativos na perspectiva da Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento pelas experiências de aprendizagem, de formação e de educação pelas viagens – EAFEV, de Avena (2008a);</p> <p>Contratação de residentes em sistemas de convênio com o poder público;</p> <p>Processos formativos profissionalizantes em Conservação, Reflorestamento e Uso Sustentável para as comunidades residentes;</p> <p>Rede de apoio ao Turismo pela Paz que mobilize as cidades na sustentação das comunidades onde a modalidade é implementada;</p> <p>Agenda de lazer para e nas comunidades residentes;</p> <p>Organização e gerenciamento do Sistema Turista Voluntário.</p>
<p><i>Prosperidade</i> – oportunidades de emprego, renda, facilidades, construção, procura pelos produtos e</p>	<p>Infraestrutura e racionalização moderada da <i>Demanda Turística</i> e das <i>Atividades Básicas de Subsistência</i>, a partir da análise das condições para a proteção das comunidades</p> <p>É construído em parceria com o poder público e privado, a partir da proposta política de desenvolvimento das</p>

serviços turísticos	comunidades
<i>Atividades Básicas de Subsistência – ABS</i>	Agricultura familiar, Produção de Alimentos, Jardinagem Tecelagem, Artesanato e Customização Bioconstrução, Olaria e Marcenaria Usina para Resíduos Sólidos e Líquidos
<i>Cultura</i>	Núcleos de Estudos Integrados com pesquisadores de mestrado e doutorado, locais e externos Memorial/Museu Natural, Histórico e Cultural Local Atividades de Lazer e Integração Intergrupos

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Dentro da teoria apresentada, algumas ações estão em desenvolvimento nas comunidades estudadas. O Observatório para estudo permanente e controle das ações desenvolvidas nas comunidades foi formado em 2018 para acompanhar algumas demandas locais, o PRODETUR Náutico Baía de Todos os Santos, o Projeto de Revitalização do PSB e o Projeto de Revitalização do Mané Dendê.

A pesquisadora está vendo com os moradores a estruturação do sistema de acolhimento cama-café a partir do que eles estão colocando sobre o perfil dos hóspedes e a forma de oferta. Algumas articulações estão sendo pensadas nesse sentido, mas não se tem nenhuma definição. Pensa-se em criar projetos específicos para essa demanda, a fim de fortalecer o sistema.

Sobre a contratação de residentes em sistemas de convênio com o poder público, o estado desenvolveu uma ação nesse sentido para a primeira etapa de revitalização do PSB. A partir da articulação com o estado, o NEI vai propor que seja realizada uma ação parecida para a segunda etapa, bem como nas propostas de infraestrutura e racionalização da Demanda Turística e das Atividades Básicas de Subsistência, que foram apresentadas pelos grupos focais, no Capítulo 3 (p. 73-74).

Para os processos formativos na perspectiva da Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento de Avena (2008a) e profissionalizantes em Conservação, Reflorestamento e Uso Sustentável, a pesquisadora pensa que a parceria com o próprio autor da Pedagogia e, para os de conservação, com universidades e o INEMA pode suprir essas demandas. A partir daí é preciso que se estruture o sistema de contratação dos guias e dos guardiões florestais, por meio de conveniados, como o supracitado. É preciso verificar nos dispositivos jurídicos como garantir a legitimação e certificação para que haja reconhecimento legal dos profissionais formados.

A rede de apoio ao Turismo pela Paz pode ser criada após um tempo de implementação da metodologia, quando tiver materiais de divulgação e algumas ações que podem servir de exemplo para aplicação em outras áreas naturais. A pesquisadora está verificando a feitura de cartilhas que auxiliem em formações de multiplicadores do Turismo pela Paz.

Há uma agenda de lazer para as comunidades sendo pensada nos grupos. Algumas ações já são desenvolvidas por alguns segmentos, mas precisam ser ampliadas para um público maior. É preciso pensar em articulações intergrupos para desenvolver atividades de integração. Para o Sistema Turista Voluntário será preciso ter o Sistema Cama-Café e a Rede de Apoio ao Turismo pela Paz já organizados.

As ABS são prioritárias nas comunidades. As entidades do Observatório desenvolvem algumas ações na reutilização de resíduos sólidos e líquidos. Ainda, o NEI está desenvolvendo um programa, englobando todas elas, para apresentar ao Estado e para submeter aos editais e fundos de financiamento. O esforço maior é de conscientização das comunidades para atividades que garantam autonomia e que possam gerar renda. A agricultura familiar, produção de alimentos, tecelagem, artesanato e customização, a bioconstrução, olaria e marcenaria bem como a usina contribuem para a diversificação das atividades econômicas e aumentam a autoestima dos moradores.

A pesquisadora está dialogando com o estado sobre as ações da segunda etapa da revitalização para que as propostas do Turismo pela Paz sejam incluídas. Para a criação do Memorial/Museu Natural, Histórico e Cultural Local, pensou-se em apresentar à EMBASA para que seja construído no espaço da Caixa D'Água antiga, após a estruturação que assegure o acesso das pessoas sem prejudicar o funcionamento do centro de abastecimento de água.

De um modo geral, e exemplificado nas comunidades estudadas, esse foi o delineamento metodológico construído do Turismo pela Paz, que está em experimentação na

região da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu, Salvador – Ba. A pesquisadora vai desenvolver a metodologia nos próximos anos e se disponibiliza a apresentar a outros pesquisadores, universidades e entidades que se interessarem pela proposta.

Capítulo 5 – Por um Turismo mais humano

Em 1956, Milton Santos (SILVA; CARVALHO; PEREIRA, 2016) escreveu o artigo *O papel metropolitano da cidade do Salvador*, no qual ele apresenta como a centralização nas metrópoles atrapalha o processo de desenvolvimento das cidades. O autor aponta nos números o quanto Salvador tinha tudo para ser uma das principais no ranking entre as grandes cidades do Brasil, mas sofreu de macrocefalia, com concentração dos recursos técnicos e financeiros na região central, sem distribuir para todo o território, atrofiando o crescimento das demais regiões e tornando-se inviável atuar sozinho a frente dos demais, que não acompanham.

A análise se aplica à realidade de Salvador do século XXI, agora com o agravamento do contingente populacional muito maior. As melhores ofertas de emprego, de condições de moradia, de hotéis, de alimentos e os grandes mercados estão nos centros urbanos. Os transportes públicos são de baixa qualidade, não oferecem nenhuma segurança e são escassos nos finais de semana. No Subúrbio Ferroviário, a frota de ônibus cai para 1/3 aos domingos, cerca de uma hora de espera.

Hoje em dia passa-se mais tempo tentando chegar ao trabalho. Com o aumento do número de carros, tem-se mais engarrafamentos e gasta-se mais combustível. As pessoas saem mais cedo de casa e correm o risco de serem assaltadas. Na Ilha Amarela, há assaltos constantes nos pontos de ônibus, principalmente no horário das cinco até às sete da manhã. Com tudo isso, as pessoas ficam mais estressadas, por vezes, traumatizadas e necessitadas de atividades de lazer e relaxamento.

Além disso, o lazer está mais distante das pessoas dos bairros periféricos, sendo que a praia com condições melhores para banho só na Linha Verde. Para se chegar leva-se mais de duas horas de viagem. Não compensa ir e voltar no mesmo dia. Então, resta ir para os parques. O PSB abre duas vezes no mês nos finais de semana. Os outros são mais distantes, e, por estarem rodeados por estabelecimentos comerciais, fechados aos domingos, é perigoso circular. Assim, morar nas grandes metrópoles se tornou desumano.

Algumas pessoas que foram entrevistadas na pesquisa falaram que seus pais vieram para Salvador por causa dos estudos dos filhos e por melhores condições de vida. O que se vê na periferia é que a necessidade obriga as pessoas ressignificarem seu espaço e as formas de lazer, tendo em vista que ele é vital, portanto, precisa ser reinventado. Por muitos anos, as comunidades da borda do PSB evitavam entrar na área por causa da violência. Aos poucos começaram a ocupar os espaços em horários mais cedo.

Diariamente veem-se grupos de 20 a 50 pessoas, de 20 a 90 anos caminhando das cinco às sete da manhã. Ar fresco, sons da mata e vendo a paisagem exuberante. Uma excelente forma de começar o dia. Assim, vive apenas 5 % da população de Ilha Amarela e Rio Sena. Atividades mais prazerosas, como a jardinagem, saraus e luaus, visitar e receber amigos e familiares também podem ser mais praticadas.

Viver na Baía de Todos os Santos é um privilégio. Pode-se atravessar de barco para as ilhas, passear de canoa, praticar várias modalidades de navegação além de conhecer as trilhas das APAs e APRNs. Ocupar os espaços naturais de uma forma que não agrida o meio ambiente tornaria a população mais feliz.

Oportunidades de atividades remuneradas na região, próxima às casas das pessoas. não necessitando pegar trânsito, as tornaria menos estressadas. Chegariam mais cedo em casa e poderiam dedicar um pouco mais de seu tempo à saúde e aos familiares. Tudo é uma questão de prioridades. Há sempre perdas no quantitativo quando se prioriza o qualitativo, mas é preciso pensar em como se quer viver.

É utópico pensar dessa forma em áreas de Turismo convencional, que prioriza o lucro. Krippendorf diz que é preciso que a revolução aconteça, nem que seja individual. Se os turistas decidirem que farão o seu percurso da viagem sem causar danos à natureza, isso favorecerá ao destino turístico. Todos precisam fazer algum esforço, incluindo os especialistas.

Alguns ambientalistas acreditam que para preservar é preciso despovoar. A gentrificação é comum nos projetos de requalificação, quando na realidade precisa-se de iniciativas que ensinem as pessoas locais a preservar. Algumas pesquisas apontam o quanto os reassentamentos aumentam o nível de violência nas cidades e não resolvem a questão dos desmatamentos e das aglomerações nas paisagens. Além disso, as discussões sobre a regularização fundiária e o planejamento urbano precisam acontecer em ampla audiência para que as comunidades se coloquem.

Desmond Tutu explica a filosofia de vida Ubuntu como a humanidade que é construída na coletividade. Existir está intrinsecamente conectado ao pertencimento. O Turismo é mais humano se estiver relacionado ao sentimento de pertença e de integração. Só é possível ser humano junto com os outros. Portanto, o Turismo precisa de seres humanos mais conscientes de sua atuação no mundo e engajados em transformá-lo. Estimular iniciativas que respeitem as culturas, que priorizem a economia local e que aproximem as pessoas pode ser algumas das ações possíveis para essa mudança de paradigma

Após a conclusão da primeira etapa desta pesquisa, se propõe dar continuidade a isto ao colocar em prática a metodologia nas comunidades estudadas, além da difusão para instituições que tenham interesse em desenvolver em outras instâncias e áreas conflituosas, bem como em uma futura formação no nível de doutorado. O presente estudo correspondeu ao levantamento de dados de documentos internacionais, grupos de pesquisas e iniciativas, à aproximação das comunidades vulneráveis da APA, num ambiente natural com potencial turístico, e ao delineamento das linhas gerais da metodologia do Turismo proposto.

A falta de documentos sobre a modalidade no Brasil dificultou o desenvolvimento para o delineamento da metodologia. Sendo que requer mais esforço, criar premissas com base exclusivamente em documentos internacionais. Portanto, as experiências nos grupos focais deram profundidade e qualidade às reflexões e permitiram o estreitamento da epistemologia do Turismo pela Paz a partir de uma realidade palpável. Além disso, o estudo proposto traz em seu arcabouço a necessidade do compromisso do pesquisador com as comunidades estudadas, oferecendo, como contrapartida, o desenvolvimento da metodologia.

Convém ressaltar que o Turismo é uma ciência interdisciplinar, necessitando abrir a discussão em outros campos. A primeira etapa abordou a contribuição da Sociologia e da Psicologia, mas há outras áreas que a pesquisadora percebeu a necessidade de aprofundamento e interação no seguimento da pesquisa, dentro da metodologia no Núcleo de Estudos Integrados (NEI). Uma área é a Agroecologia, devido à contribuição de Krippendorf (2002, p. 15), ao tratar da atividade agrícola como engrenagem do Turismo. Pensando nas comunidades pesquisadas, historicamente elas têm características rurais, ainda que a urbanização tenha transformado a paisagem

Outra é Arquitetura e Urbanismo. A questão fundiária é uma luta travada constantemente nas áreas periféricas. Em Salvador, o avanço das imobiliárias nas regiões da borda da BTS é acompanhado de megaprojetos com investimentos exorbitantes que precisam ser monitorados. A pesquisadora compreende pouco dessa questão, mas há que se considerar a necessidade de uma atenção maior para esse campo, uma vez que moradia é um direito básico de todo cidadão e as ZEIS são áreas onde a maioria das pessoas não tem escritura do terreno, apenas contrato de compra e venda, uma brecha para a especulação imobiliária.

O Direito também é uma área importante para aprofundar, devido às leis que regem a vida dos cidadãos, principalmente quando envolve o ente público, se a pesquisa propõe fazer intervenções futuras. Há inúmeros dispositivos legais que propõem incentivos ao

desenvolvimento e a preservação, os quais precisam ser lidos e traduzidos para a linguagem mais simples das comunidades.

No campo ambiental, a compreensão das categorias de áreas naturais, da legislação ambiental e das implicações no uso das áreas pelas populações, pelas corporações e pelas instituições públicas facilita o diálogo em algumas instâncias. A dinâmica da conservação do reassentamento custou grandes perdas a sociedade soteropolitana. Essa é uma área de grande interesse e que precisa de mais estudo.

Na antropologia, a pesquisadora conheceu um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia, especializado na Baía de Todos os Santos, que pode se interessar por este estudo. Outras áreas de conhecimento com certeza surgirão, posteriormente, à medida que os assuntos forem se aprofundando.

A criação do Núcleo de Estudos Integrados acrescentou mais olhares à pesquisa, na habitação, na inovação tecnológica, na comunicação, no empreendedorismo e, principalmente, no diálogo com os coletivos e no convívio em comunidade. O mais importante é que os estudos se tornem ações práticas e que tenham uma continuidade e vínculo com os moradores. Assim como outros projetos, que resistem há quase 40 anos na região, como resultado da apropriação das ações pelas pessoas locais.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**, 2011.

Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018

ALI, S. H. **Peace Park: Conservation and Conflict Resolution**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007, 377 p.

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Unabridged, 25th anniversary. Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co, 1979.

ANCEL, G. **Dialogues en humanité**, 2018. Disponível em: <<http://dialoguesenhumanite.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2018

AVENA, B. M. **Por uma Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento: Itinerário pelos significados e contribuições das viagens à (trans) formação de si**. Tese (doutorado) — Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

BARBOUR, R. S.; MORGAN, D. L. (EDS.). **A New Era in Focus Group Research**. London: Palgrave Macmillan UK, 2017.

BARTHOLO, R. *et al.* **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BLANCHARD, L.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. **Peace through tourism**. New York: Routledge, 2013.

BOFF, L. **Do iceberg à arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BOFF, L. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CAROSO, C. *et al.* (EDS.). **Baía de Todos os Santos**. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2011. v. 2

CUBILLO, L. A. **Guía de Formación de Formadores: Constuyendo Capacidades para la Integración de los Derechos Humanos en la Responsabilidad Social Empresarial en Centroamérica**. San José, C.R.: Universidad para la Paz, 2015.

D'AMORE, L. **Peace through Tourism: The Birthing of a New Socio-Economic Order**. *Journal of Business Ethics*, v. 89, n. S4, p. 559–568, mar. 2009a.

DOVIDIO, J. F.; GLICK, P. S.; RUDMAN, L. A. (EDS.). **On the Nature of Prejudice: fifty years after Allport**. Malden, MA: Blackwell Pub, 2005.

SMITH, V. L.; EADINGTON, W. R. *et al.* **Tourism Alternatives: Potentials and problems in the development of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

FRANÇA FILHO, G. C. **Economia e Desenvolvimento**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- FREIRE, P.; FREIRE, A. M. A. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo, SP: Paz e Terra, 2014.
- GASTAL, S. **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- HATJE, V. et al. (EDS.). **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2009. v. 1
- HENNINK, M. M. **International focus group research: a handbook for the health and social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, v. 27, n. 6, p. 1192–1208, dez. 2006.
- IBGE. Índice de pobreza Brasil 2016-2017. Disponível em <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo1/indicador111>>. Acesso em 20 Jun. 2018.
- IRVING, M. DE A. *et al.* **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015.
- JAFARI, J. **Encyclopedia of tourism**. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2016.
- KANT, I.; TRUYOL Y SERRA, A.; ABELLAN, J. **Sobre la paz perpetua**. Madrid (Espana: Tecnos, 2008.
- KERSTENETZKY, C. L. **Sobre a “crise” do estado de bem-estar: retração, transformação fástica ou o quê?** Dados, v. 55, n. 2, p. 447–485, 2012.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte; Porto Alegre (RS); UFMG: ARTMED, 1999.
- MATURANA, H. R.; NISIS DE REZEPKA, S. **El sentido de lo humano**. Santiago de Chile: J.C. Sáez, 2005.
- MEMORIAL PIRAJÁ (SALVADOR, BRAZIL) (ED.). **Almanaque do roda-piã**. Salvador, Bahia: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 2001.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3 ed. Thousand Oaks, Califórnia: SAGE Publications, Inc., 2014.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo (SP): Contexto, 2002.
- MOESCH, M. M. **Epistemologia Social do Turismo**. v. 1 de 2. São Paulo: USP, 2004.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MOUFAKKIR, O.; KELLY, I. (EDS.). **Tourism, progress and peace**. Wallingford, UK: Cambridge, MA: CABI, 2010.
- MTUR. **Relatório de Atividades do Ministério do Turismo**. DF: MTur, 2005. Acesso em: 5 jun. 2019.

- NUNES, D. **Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania - Brechó Ecosolidário**, 2017. Disponível em: <<http://redeprosolidarios.org.br/brecho-ecosolidario>>
- PIERSON, C. **Beyond the welfare state?** The new political economy of welfare. 2 ed. University Park, Penn: The Pennsylvania State University Press, 1998.
- PMS. 9069. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano 2016-2020**. 2016.
- RODGERS, J. **Algo Além da Grandeza**. São Paulo: Integrare, 2010.
- RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. RJ: Vozes, 2015.
- SACHS, I. Inclusão Social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. In: **Estudos Avançados**. V. 18, 51 ed, 2004, p. 23-49.
- SANTOS, B. DE S. **Para um novo senso comum**. 1, 1. Porto: Afrontamento, 2000.
- SANTOS, B. DE S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Vol. 1: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. DE S. A filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 11–43, 1 mar. 2008.
- PHILLIPS, R. *et al.* **Plano Estratégico do Turismo Náutico da Baía de Todos os Santos**. Disponível em: <https://issuu.com/turismobahia/docs/planoturisonauticobts_web>. Acesso em: 27 Jun. 2019.
- SILVA, S. C. B. DE M. E; CARVALHO, I. M. M. DE; PEREIRA, G. C. (EDS.). **Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 87, p. 145–156, jul. 2010.
- TRIBE, J. AIREY, D. *Developments of Tourism Research*. Amsterdam: Elsevier, 2007, 252 p.
- UFBA/CEASB. **História, natureza e cultura: Parque Metropolitano de Pirajá**. Salvador: Editora do Parque, 1998.
- UN. **Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**, 1967. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/1976/01/19760103%2009-57%20PM/Ch_IV_03.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018
- UN. **Universal Declaration of Human Rights**. UN, 2016.
- UN. **Amman Declaration**. Amman: UN, 2000. Disponível em: <http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/59.%20Amman.PDF>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- UNESCO. **2000-2010: cultura de paz: da reflexão à ação: balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. Brasília; São Paulo, SP; [Brazil: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Representação no Brasil]; Palas Athena; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Ministério da Justiça, 2010.
- UNWTO. **Compilation of UNWTO recommendations, 1975-2015**. UNWTO, 2016.
- UNWTO. **World trade organization annual report**. Geneva: World Trade Organization, 2016b.

UNWTO. **Lusaka Declaration on Tourism Climate Change and Peace**. Disponível em <http://sdt.unwto.org/sites/all/files/pdf/lusaka_declaration_on_tourism_climate_change_and_peace1.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

UPEACE. **Progress Report 2002-2012 Compressed**. San José, C.R.: UN-UPAP, 2013a.

UPEACE. **Annual Report 2012 - UPeace Centre The Hague**. The Netherlands: UPeace, 2013b.

WOHLMUTHER, C. et al. **International handbook on tourism and peace**. Klagenfurt: Drava, 2014.

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. Sixth edition ed. Los Angeles: SAGE, 2018.

APÊNDICE A – Iniciativas internacionais de atuação em Turismo pela paz

ORGANIZAÇÃO	ATUAÇÃO	LINK ATUAL	HISTÓRICO
Waterton-Glacier International Peace Park	Aproximar e promover a paz entre os Estados Unidos e o Canadá e implementar políticas de conservação e uso da área natural em comum.	https://www.nps.gov/glac/index.htm https://www.pc.gc.ca/en/pn-np/ab/waterton http://whc.unesco.org/en/list/354	Foi o primeiro parque de fronteira criado em 1931 pelo Rotary Clube de Alberta, no Canadá e de Montana, nos EUA, estados responsáveis pela conservação do Waterton Lakes National Park e do Glacier National Park, respectivamente.
Hostelling International \ Albergues da Juventude	O Hostelling International é uma rede de hospedagem gratuita para jovens, com 4.000 albergues em 90 países.	https://www.hihostels.com/pt	Fundado em 1932, pela Youth Hostels Association, em Amsterdan, atua junto à UNESCO e a UNWTO na articulação de associações de acolhimento gratuito para educar jovens através do Turismo ao redor do mundo.
Servas International: Peace and understanding through travel and hosting	Sistema de hospedagem gratuita com o objetivo de oferecer experiências de proximidade entre pessoas de culturas diferentes. Tem 15.000 meios de hospedagem em 100 países.	https://www.servas.org/	Fundado em 1949, na Dinamarca, por Bob Luitweiler e um grupo de amigos dinamarqueses e americanos preocupados com o mundo pós-segunda guerra mundial. A palavra “Servas” quer dizer “nós servimos”, em Esperanto.
Peace Boat	Promove diálogos de aproximação entre os países vizinhos na região	http://peaceboat.org/english/	Fundada em 1983 por um grupo de estudantes universitários japoneses que, após anos de desolação com

	Ásia-Pacífico		as guerras, comprou um barco para visitar os países vizinhos.
Global Volunteers	Conectada à ONU, essa ação engaja voluntários em experiências de imersão e trocas de conhecimento e de práticas sustentáveis em comunidades vulneráveis ao redor do mundo. São 200 comunidades residentes em 35 países nos 6 continentes.	https://globalvolunteers.org/	Foi fundada oficialmente em 1984, na Jamaica, por Michele Gran e Bud Phillbrook's, e concebida alguns anos antes durante sua viagem de lua-de-mel na Guatemala. Ganhou status consultivo especial da ONU em 1999.
Equation Equitable Tourism Options	Atua em advocacy para a educação e qualificação do Turismo responsável e sustentável na região central e sul da Índia.	http://www.equitabletourism.org/	Fundada em 1985 a partir de regimento público de participação da sociedade civil indiana, o Karnataka Societies Registration Act, de 1960.
Institute of Peace through Tourism – IITP	Congrega iniciativas no mundo inteiro que contribuem para o entendimento internacional e a cooperação entre os povos, de modo	http://peacetourism.org/	Criado por Louis D'Amore, em 1986

	a tornar o Turismo a indústria da paz global.		
Tourism for Peace	Promove o EcoTurismo e o Turismo de Base Comunitária em áreas protegidas, em alguns países da América Central e da América Latina.	http://tourismforpeace.com/	Fundada por Dra Gail Lash em 1991, membro do International Institute of Peace through Tourism – IITP
Read Global Rural Education Development	Atua no Sul da Ásia, com unidades no Butão, na Índia e no Nepal, empoderando as comunidades rurais para a diminuição da pobreza através do acesso à educação básica, à leitura e à biblioteca.	http://www.readglobal.org/	Fundada pela Dra. Antonia Neubauer que viajou durante décadas pela Ásia. Em 1991, no Nepal, um guia de trekking compartilhou com ela o desejo de ter uma biblioteca em sua comunidade. No mesmo ano ela começou a campanha de implantação de bibliotecas e de centros de desenvolvimento educacional na região.
Peace Trees VietNam	A fundação tem várias ações na província de Quang Tri, no Vietnam, e oferece bolsas à voluntários que desejam cooperar.	http://www.peacetreesvietnam.org/	Fundada em 1995 pela irmã de um militar americano morto em combate, em solidariedade aos vietnamitas prejudicados pela guerra do Vietnam.

Peace Parks Foundation	Organização do terceiro setor que atua no apoio à sociedade civil e instâncias públicas na governança de áreas protegidas em território transfronteiriço, na África.	África, http://www.peaceparks.org/	Fundação criada em 1990, por Anton Rupert, presidente da WWF África do Sul, na época, para apoiar a governança do parque natural que fica na fronteira entre Moçambique, Zimbábue, Swaziland e África do Sul. Após esse já foram estruturados mais 8 peace parks no continente.
Couch Surfing	Plataforma online que oferece serviços de hospitalidade gratuita em mais de 180 países, com cerca de 4 milhões de membros.	https://www.couchsurfing.com/	Criada em 1999 por Casey Fenton com o intuito de conectar pessoas que quisessem viajar para outros países e precisassem de hospedagem gratuita por algumas noites.

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

ANEXO A – Alguns marcos na evolução dos direitos humanos a viagem e o turismo na era moderna

Linha de tempo	Marco	Detalhe do evento
Século 16–19th	Viagem para a elite	Grand Tour usado pela elite europeia como experiência educacional
1841	Viagem para os trabalhadores e as massas	Os tours de Cook surgiu quando Thomas Cook organizou uma jornada de trem entre Leicester e Loughborough, UK
Fim da primeira guerra mundial	Requisito do passaporte de viagem	Para consolidar estados-nação e lidar com a guerra global, os passaportes se difundem (O'BYRNE, 2000)
1948	Declaração dos Direitos Humanos Universais da ONU	Declaração que declara os direitos básicos de viajar, descansar, ao lazer e às férias pagas
1954	Iniciativa do passaporte mundial	Documento de viagem para "cidadãos do mundo" criado pelo Movimento Mundial para os Cidadãos do Mundo para permitir a realização do direito de viajar como declarado na Declaração Universal Direitos humanos, de 1948
1963	Escritório Internacional de Turismo Social	Organização fundada na Bélgica, para promover o "acesso a viagens e oportunidades de lazer para todos "
1976	Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas	Documento que reitera os direitos ao descanso, ao lazer e aos feriados pagos
1980	Declaração de Manila, da Organização Mundial de Turismo	Documento que afirma: " o turismo é considerado uma atividade essencial à vida das nações. Seu desenvolvimento está ligado ao desenvolvimento social e econômico das nações e só pode ser possível se o homem tiver acesso ao descanso criativo e às férias e gozar de liberdade para viajar"
1985	Projeto de Lei Código de Direitos do Turista, da	Documento que afirma: "o direito de todos descansar e

	Organização Mundial do Turismo	férias periódicas com pagamento e liberdade de movimento sem limitação, dentro dos limites da lei, é universalmente reconhecido. O exercício deste direito constitui um fator de equilíbrio social e valorização de consciência nacional e universal "
1990	Índice de Desenvolvimento Humano cai no terceiro mundo	Descreve "reversões sem precedentes dos anos 90" no desenvolvimento em dezenas de países
1999	Código de Ética Global da OMT	O documento inclui o Artigo 7 sobre o "Direito ao Turismo", que afirma "a perspectiva de acesso direto e pessoal à descoberta e aproveitamento dos recursos do planeta constitui um direito igualmente aberto a todos os habitantes do mundo ". Também chama o público autoridades para apoiar o turismo social
11 de setembro de 2001	Ataque aos Estados Unidos da América e subsequente "Terror à guerra"	A implementação do direito universal de viajar retrocede com segurança de fronteira mais rígida, viagens, recomendações e maiores tensões internacionais

Fonte: HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an "industry": The forgotten power of tourism as a social force, 2006, p. 1199

ANEXO B – Descrição e caracterização das Áreas Estratégicas Internas (AEI), com respectivas recomendações

Áreas	Descrição	Recomendações Específicas
AEI 1 Cachoeiras de Oxum e Nanã	<ul style="list-style-type: none"> - Importante atrativo do PSB e local para a visitação e usos religiosos; - Apresenta intensa poluição por esgoto e resíduos sólidos; - Existência de um projeto de requalificação da Praça de Oxum, que prevê um tratamento urbanístico e paisagístico da área, contudo, não prevê a despoluição das cachoeiras; - Existência de um projeto urbanístico para a bacia do rio Mané-Dendê, conduzido pela CONDER, que visa projetar a construção de redes de macrodrenagem e esgoto na região; - Realização de obras de canalização e tamponamento de córregos na região pela Prefeitura Municipal de Salvador, em consonância com o Plano de Macrodrenagem do município, porém não prevê medidas de regularização fundiária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar um mutirão para a remoção dos resíduos sólidos presentes na cabeceira das cachoeiras, envolvendo funcionários do Parque e mobilização de voluntários; - Acompanhar o andamento do projeto urbanístico desenvolvido pela CONDER para a região de Mané-Dendê, bem como o início das obras e o prazo de execução e para os quais os resultados são esperados, bem como acompanhar as ações desenvolvidas pela Prefeitura; - Em parceria com as lideranças religiosas que atuam no PSB e entorno, mapear e entender melhor o uso religioso que é realizado nesse local, permitindo a definição conjunta entre a administração do PSB e os líderes religiosos das condições e normas para o uso religioso desse atrativo, de modo que ele não conflite com os demais usos públicos realizados no Parque, assim como estabelecer normas para o descarte do material utilizado nas oferendas; - Estabelecer procedimentos e normas de conduta para os usuários desse atrativo e de monitoramento. - Coletar informações históricas junto a fontes oficiais e com os moradores mais antigos do local, para subsidiar um programa de educação e interpretação ambiental e patrimonial para o atrativo; - Implantar sinalização interpretativa no local; - Capacitar monitores ambientais advindos das comunidades locais; - Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha; - Promover o patrulhamento diário dessa AEI a realização de atividades não permitidas e, em caso de constatação destas, tomar as providências cabíveis. - Avaliar a importância do uso dessa trilha como travessia para os moradores e os impactos advindos da restrição do seu acesso; - Em parceria com as lideranças religiosas que atuam no PSB e entorno, mapear e entender melhor o uso religioso que é atribuído a esse local, permitindo a definição conjunta entre a administração do PSB e os líderes religiosos, das condições para o uso religioso dessa trilha, de modo que ele não conflite com os demais usos e com a proteção dessa área no Parque; - Caso a opção seja pela manutenção
AEI 2 Trilha do Conjunto do Senhor Bonfim	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta problemas de drenagem e de traçado; - Utilizada para conectar bairros; - Registro de usos religiosos; - Não apresenta uso e potencial para fins de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a importância do uso dessa trilha como travessia para os moradores e os impactos advindos da restrição do seu acesso; - Em parceria com as lideranças religiosas que atuam no PSB e entorno, mapear e entender melhor o uso religioso que é atribuído a esse local, permitindo a definição conjunta entre a administração do PSB e os líderes religiosos, das condições para o uso religioso dessa trilha, de modo que ele não conflite com os demais usos e com a proteção dessa área no Parque; - Caso a opção seja pela manutenção

dessa trilha como travessia para os moradores é

**AEI 3
Trilha
Principal**

- Integra o conjunto de trilhas oficiais do PSB, com uma extensão de 2.200 metros;
 - Faz a ligação entre os dois Portais principais de acesso ao Parque, o Centro de Referência São Bartolomeu e o Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá;
 - Utilizada, sobretudo, para fins de visitação e práticas religiosas;
 - Apresenta problemas de alagamentos, de acabamento e padronização de piso e traçado inadequado.
- Promover ações de manejo no traçado e sistema de drenagem dessa trilha, utilizando-se de técnicas adequadas de planejamento, implantação e manutenção de trilhas, para assegurar a qualidade das intervenções.
 - Desenvolver programas para públicos diversos de visitação na trilha, bem como infraestrutura de apoio à visitação;
 - Estabelecer procedimentos e normas de conduta para os usuários da trilha, instituindo um mecanismo de controle do acesso à essa área;
 - Promover vistorias e manutenções periódicas na trilha e infraestrutura geral, de forma a proporcionar maior durabilidade dos mesmos e qualidade de experiência aos usuários;
 - Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha, de forma a detectar com antecedência os impactos negativos que possam estar acontecendo e saná-los;
 - Capacitar a equipe de funcionários do Parque para que estes possam fazer a gestão da visitação nessa área e em toda a Unidade;
 - Capacitar e contratar monitores ambientais locais que possam contribuir com a gestão da visitação;
 - Promover o patrulhamento diário dessa trilha, para evitar a realização de atividades não permitidas e, em caso de constatação destas, tomar as providências cabíveis.

**AEI 4
Trilha do
Retorno**

- Integra o conjunto de trilhas oficiais do Parque, com uma extensão de 1.200 metros;
 - Faz a ligação entre a Cachoeira do Cobre até a entrada do PSB;
 - Possui em alguns trechos largura de estrada;
 - Utilizada por moradores locais para acessar os bairros e transporte público;
 - Apesar de estar sofrendo intervenções como calçamento, apresenta problemas com a drenagem e com os esgotos lançados das encostas;
 - Presença de entulhos das moradias que foram demolidas ao longo da trilha.
- Promover ações de manejo dessa trilha, utilizando-se de técnicas adequadas de planejamento, implantação e manutenção, para assegurar a qualidade das intervenções.
 - Desenvolver programas diversificados de visitação que incorporem o uso dessa trilha em associação à trilha Principal, que considere os diferentes perfis de visitantes, bem como infraestrutura de apoio à visitação;
 - Estabelecer procedimentos e normas de conduta para os usuários dessa trilha, instituindo um mecanismo de registro e controle do acesso a essa área;
 - Promover vistorias e manutenções periódicas na trilha e infraestrutura geral, de forma a proporcionar maior durabilidade dos mesmos e qualidade de experiência

**AEI 5
Praça de
Oxumaré -
Aldeia dos
Caboclos**

- Abriga importante sítio para o uso religioso no PSB: Cachoeira de Oxumaré (ou São Bartolomeu) as Pedras de Omolum e Angorá, que possuem também relevância histórica.
- Existência de uma formação rochosa singular, denominado como Aldeia dos Caboclos, de importância para os rituais e cultos do candomblé;
- Apresenta relevância religiosa e para educação ambiental e patrimonial.

- aos usuários;
- Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha, de forma a detectar com antecedência os impactos negativos que possam estar acontecendo e saná-los, assim como indicar os períodos adequados para as manutenções necessárias;
- Promover o patrulhamento diário dessa trilha, para evitar usos inadequados na área, e, em caso de constatação destes usos, tomar as providências cabíveis.

- Em parceria com as lideranças religiosas que atuam no PSB e entorno, mapear e entender melhor o uso religioso que é atribuído a esse local, permitindo a definição conjunta entre a administração do PSB e os líderes religiosos, das condições para o uso religioso dessa trilha, de modo que ele não conflite com os demais usos e com a proteção dessa área no Parque;
- A partir do estabelecimento desse acordo de uso com os líderes religiosos, e caso seja interesse do Parque voltar a receber visitação mais intensa, recomenda-se implantar um projeto de requalificação da Praça de Oxumaré, que atenda principalmente a manutenção da trilha e controle da vegetação, avaliando a possibilidade de se criar estruturas como pontos de descanso, etc. para atender a visitação utilizando-se técnicas de mínimo impacto;
- Estabelecer normas para o descarte das oferendas deixadas nesse local;
- Estabelecer procedimentos e normas de conduta para os usuários desse atrativo, instituindo um mecanismo de controle do acesso à essa área e monitorando esses aspectos;
- Coletar informações históricas junto a fontes oficiais e com os moradores mais antigos dos bairros vizinhos, para subsidiar um programa de educação e interpretação ambiental e patrimonial para o atrativo, elaborando materiais para esse propósito;
- Implantar sinalização interpretativa no local;
- Capacitar monitores ambientais advindos das comunidades locais, que possam orientar usuários e monitorar os usos nesse local;
- Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha, de forma a detectar com antecedência os impactos negativos que possam estar acontecendo e saná-los;
- Promover o patrulhamento diário dessa AEI para restringir a realização de

atividades não permitidas e, em caso de constatação destas, tomar as providências cabíveis.

**AEI 6
Trilha do
Quilombo**

- Não integra o sistema principal de trilhas do PSB, mas os levantamentos realizados para esse plano indicam que ela trilha já foi uma das mais movimentadas do Parque;
- Possui aproximadamente 220 metros e liga a Estrada do Cobre à Praça do Cobre.
- Possui trechos com problemas de erosão, piso irregular, traçado inadequado, e declividade acentuada;
- Além de ser utilizada para conectar bairros, essa trilha possui grande potencial para o uso público, em especial para a visitação com fins educacionais, explorando temas ligados à história local.

- Avaliar a importância do uso dessa trilha como travessia para os moradores e os impactos advindos da restrição do seu acesso;
- Caso a opção seja pela manutenção dessa trilha como travessia para os moradores, é importante, além da correção do traçado, implantar sinalização no local;
- Recomenda-se que o foco do uso e do manejo dessa trilha seja a educação ambiental, para o desenvolvimento de temas relacionados à história local e aos aspectos histórico-culturais do PSB;
- Implantar infraestrutura e serviços de gestão da trilha, como um programa de visitação destinado ao público escolar, lixeiras, ajustes no traçado e sinalização indicativa e interpretativa;
- Nesta trilha existe um trecho com declividade acentuada, e em linha de queda d'água. Neste caso recomenda-se a verificação da possibilidade de alteração de traçado especialmente no segmento com problema;
- Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha, de forma a detectar com antecedência os impactos negativos que possam estar acontecendo e saná-los;
- Promover o patrulhamento regular dessa AEI para restringir a realização de atividades não permitidas e, em caso de constatação destas, tomar as providências cabíveis.

**AEI 7
Trilha da Ilha
Amarela**

- Possui um percurso de aproximadamente 1.250 m e liga o bairro de Ilha Amarela à Barragem do Cobre;
- Apresenta grande potencial para interpretação ambiental, porque ao longo do seu percurso pela variação da vegetação;
- Utilizada para deslocamento entre bairros e para atividades de lazer, para coleta de frutas, de plantas, para a pesca e retirada de madeira;
- Liga a uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade do PSB, também considerada uma Área Estratégica Interna (AEI 8).

- Integrá-la ao sistema de trilhas principais do PSB, dotando-a de infraestrutura e gestão adequadas para o Uso Público;
- Implementar medidas de manejo da trilha, em especial em alguns trechos próximos à Ilha Amarela, onde ocorrem afundamentos no piso da trilha. Recomenda-se a instalação de valas de drenagem em locais estratégicos e o acerto do leito da trilha com posterior compactação;
- Identificar pontos para a instalação de sinalização indicativa, bem como lixeiras em pontos estratégicos e de fácil acesso aos funcionários do Parque, para que possam fazer sua manutenção;
- Elaborar um programa de educação ambiental e uso público desse atrativo, com a produção de materiais para esse propósito e a definição de pontos para a instalação de placas interpretativas;
- Capacitar monitores ambientais advindos das comunidades locais, que possam orientar usuários e monitorar os usos nesse

AEI 8
Área de grande importância para conservação da biodiversidade

- Apresenta vegetação mais densa, com uma floresta em estágio sucessional mais avançado, na qual foi observada uma grande quantidade de espécies regenerantes, contribuindo para o processo de regeneração natural

no PSB;
- Essa área apresenta também uma importante diversidade de aves que só foram avistadas nessa região, durante os levantamentos de campo;
- Todas as espécies endêmicas de aves da Mata Atlântica registradas no PSB foram avistadas nesse local;
- Registro em campo de um anuro (anfíbio) do gênero *Adelophryne* não pôde ser identificado a nível específico, e que possivelmente trata-se de uma espécie nova para a ciência;
- A proximidade que essa área guarda do Parque Florestal da Represa do Cobre constitui-se como fator positivo para a conservação das espécies de avifauna, herpetofauna e de outros grupos de vertebrados no PSB;
- Área cortada pela trilha da Ilha Amarela, que não só tem um grande potencial para as atividades de uso público e educação ambiental, como também vem sendo usada para atividades extrativistas, de lazer e recreação pela comunidade do entorno.

local;
- Promover o monitoramento das condições biofísicas e da visitação na trilha, de forma a detectar com antecedência os impactos negativos que possam estar acontecendo e saná-los;
- Promover o patrulhamento diário dessa AEI, para coibir a realização de atividades não permitidas e, em caso de constatação destas, tomar as providências cabíveis;
Instalar uma sinalização de segurança e grade de proteção na Barragem da Represa do Cobre.

- Estabelecer contato com pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa do município para incentivá-los a realizarem estudos científicos nesta área, sobre temas ligados à conservação da biodiversidade, restauração dos processos ecológicos e ecologia de espécies da Mata Atlântica;

- Estabelecer, em parceria com a EMBASA, um programa de pesquisa e monitoramento conjunto do território contíguo ao PSB, que possa subsidiar ações integradas de manejo que contribuam para a qualidade ambiental de toda a bacia do Cobre;
Promover um componente de educação e sensibilização ambiental para moradores do entorno e visitantes, destacando a importância dessa área, associando os seguintes temas geradores Mata Atlântica, ambiente urbano e Unidades de Conservação;
- Monitorar as áreas dessa AEI, adotando parâmetros como: (i) contagem de plântulas novas; (ii) estabelecimento de parcelas para avaliação de densidade e principalmente diversidade; (iii) avaliação do sub-bosque da floresta, de forma a eliminar as plântulas e plantas jovens de espécies exóticas como a jaqueira e gramíneas do gênero *Urochloa*; e (iv) entender e monitorar por que existem poucos regenerantes de espécies ombrófilas densa;
- Implantar um programa de monitoramento de longo prazo de aves e mamíferos no PSB, que ofereça subsídios para a gestão e o manejo do PSB;
- Controlar e monitorar o acesso a essa área, para evitar um grande fluxo de pessoas em uma das áreas de maior interesse para a preservação do PSB, restringindo os impactos às espécies e as

**AEI 9
Estrada do
Cobre**

- Logradouro municipal oficial que corta o PSB e que faz a conexão entre os bairros de Ilha Amarela e Pirajá;
- Utilizada a serviço da EMBASA, e, atualmente, fica fechada para o público, embora seja possível avistar pessoas atravessando essa estrada;
- Previsão da construção de uma guarita, para controlar o acesso no local, o que deve contribuir nessa direção;
- Pode constituir-se como rota de fuga para eventuais acidentes e situações de emergência e socorro no PSB, além do seu uso para atividades de gestão e manutenção do Parque.

condições ambientais locais;

- Ampliar a fiscalização dessa área, com especial ênfase a coibição de atividades de caça e retirada de madeiras para usos diversos;
- Fazer uma avaliação da dependência econômica que a população do entorno tem dos usos extrativistas realizados no Parque (coleta de frutos e ervas), pensando em alternativas à esses usos, estabelecendo acordos e promovendo a transição para a completa restrição desses usos a longo-prazo.
- Avaliar a importância do uso dessa trilha como travessia para os moradores e os impactos advindos da restrição do seu acesso;
- Implantar guaritas no início da estrada, com um vigilante patrimonial monitorando o local diariamente, em regime de escala;
- Implantar placas de sinalização na Estrada, recomendando a proibição de acesso de veículos na área, com exceção daqueles que pertencem à administração do PSB e dentro da velocidade permitida para a zona na qual a estrada está inserida. Para os demais veículos, apenas mediante autorização expressa da administração do Parque.
- Investigar os responsáveis pela deposição de lixo no início da estrada e tomar medidas de controle para coibir esse uso.
- Promover o patrulhamento e fiscalização regulares ao longo da estrada.

**AEI 10
Encosta de
Pirajá 1
e
AEI 11
Área de
Encosta de
Pirajá 2**

- Áreas de encostas íngremes que fazem parte da paisagem e das formas de relevo observadas no PSB;
- Apresenta grande quantidade de esgoto nas encostas que margeiam a trilha do contorno;
- Área de fragilidade ambiental, com grande potencial para movimentos de massa, potencializados pela ocupação urbana desordenada e eventos chuvosos de grande intensidade. Além do aporte de esgoto, a AEI 11 aporta também grande quantidade de lixo para o interior do Parque;
- Área prioritária para

- Acompanhar o andamento do projeto urbanístico desenvolvido pela CONDER para a região de Mané-Dendê, que deve contemplar algumas áreas na região de Pirajá, bem como o início das obras e o prazo de execução e para os quais os resultados são esperados, bem como acompanhar os as ações desenvolvidas pela Prefeitura, procurando promover uma sinergia entre as iniciativas municipais e estaduais, sem as quais, o sucesso das intervenções pode ficar comprometido.
- Caso ainda haja moradias nessas encostas dentro do território do PSB, priorizar os investimentos em regularização fundiária para essa área.
- Desenvolver um trabalho de sensibilização dos moradores das encostas

**AEI 13
Paisagem
antrópica no
limite leste
do PSB**

regularização fundiária no PSB, em função da fragilidade ambiental da área, sujeita a deslizamentos e escorregamentos de massa.

- Existência de projeto urbanístico para a bacia do rio Mané-Dendê (CONDER).

- Apresenta importância histórica que remonta desde os tempos do Brasil Colonial;

- Paisagem atual do PSB hoje é um retrato desses eventos históricos, reafirmando o seu elevado valor cultural, histórico e religioso;

- Significativa oportunidade para compor o Programa de Educação Ambiental e Patrimonial do PSB.

e entorno, sobre a importância de se dar tratamento adequado aos resíduos sólidos, bem como quanto aos impactos das ligações clandestinas de esgoto acarretam em todo o sistema, bem como sobre a Unidade.

- Fomentar uma linha de pesquisa no PSB que incorpore tópicos como história, história natural, geografia histórica, antropologia, dentre outras, que forneçam elementos para embasar o Programa de Educação Ambiental e Patrimonial no PSB, orientando roteiros e programas de visitação, a produção de materiais educativos, maquetes e exposições no Centro de Visitantes, etc.

Fonte: CONDER, Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu, 2013

ANEXO C – Amman Declaration on Peace through Tourism

International Institute for Peace through Tourism

Amman Declaration on Peace through Tourism

We the representatives and participants at the Global Summit on Peace through Tourism, assembled in Amman, Jordan, from 8-11 November 2000....

...recognize that travel and tourism is a worldwide social and cultural phenomenon, engaging people of all nations as hosts and guests, and as such is one of humanity's truly global activities....

...and that travel and tourism is one of the world's largest and fastest growing industries, creating one in eleven jobs, contributing to international and regional economic growth, bridging disparities between developed and developing countries, and bringing prosperity which fosters peace...

...and that peace is an essential precondition for travel and tourism and all aspects of human growth and development.

...and the development of tourism as a global vehicle for promoting understanding, trust and goodwill among peoples of the world requires an appropriate political and economic framework.

...Do hereby declare our commitment to building a Culture of Peace through Tourism, and support for the following principles:

1. That tourism is a fundamental human activity engaging social, cultural, religious, economic, educational, environmental, and political values and responsibilities.
2. That the right of people to travel is a fundamental human right which should be exercised without undue restriction including the facilitation of travel for those with disabilities and special needs.
3. That community livelihood should be enhanced and local cohesion encouraged and that all peoples and communities be recognized as being manifestations of a heritage.
4. That human differences be respected and cultural diversity celebrated, as a precious human asset and that peaceful relationships among all people be promoted and nurtured through sustainable tourism.

4. That historical monuments and landmarks be protected and where necessary restored, rehabilitated, and made accessible to everyone as valuable assets for humanity and legacies for future generations.

5. That the preservation and wise use of the environment, and ecological balance, are essential to the future of tourism, and that ancient wisdoms of Indigenous Peoples and care for the Earth be acknowledged and respected.

6. That the global reach of the tourist industry be utilized in promoting “dialogues on peace” and in bridging the have and have-not societies of the various regions of the world.

...and acknowledge the legacy of His Majesty The Late King Hussein of Jordan in laying the foundation of peace in the region and for his effort to make the Hashemite Kingdom of Jordan “a land of peace” and a place of welcome for the peaceful traveler; the commitment of His Majesty King Abdullah II to strengthen and expand King Hussein’s Legacy of peace; and to the Government and people of Jordan, for their hospitality and support and their generous contribution to the success of the conference.

...and commend the IIPT for giving scope to the vision of peace through tourism and for its untiring effort toward that end, and to the title sponsor and other sponsors and contributors, for advancing the cause of Peace through Tourism....

...and welcome the declaration by the United Nations of the International Year for the Culture of Peace (2000) and the International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World (2001-2010)

... and commit ourselves to the realization of the goals and objectives as enshrined in the United Nations Declaration of Program of Action on a Culture of Peace through our activities and initiatives. Adopted at Amman 11 November, 2000 May Peace prevail on Earth Summit Participants

The 450 delegates from 60 countries around the world included 22 Chief Executive Officers of major travel industry corporations, 14 Ministers of Tourism, senior officials from governments, UN Agencies, the World Bank and leading educators, thinkers, policy makers and practioners. Delegates were senior executives from the diverse sectors of the travel and tourism industry, both public and private, as well as executives from non-governmental organizations (NGO’s) in the areas of culture, heritage, parks, environment, and development.

Fonte: UN. Amman Declaration, 2000

ANEXO D – Lusaka Declaration on Sustainable Tourism Development, Climate Change and Peace

**LUSAKA DECLARATION ON
SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT,
CLIMATE CHANGE AND PEACE**

We, the more than 440 participants from 36 countries of Africa, Asia, Europe, North America and the Caribbean, assembling for the **5th IIPT African Conference: “Meeting the Challenges of Climate Change to Tourism in Africa and the Developing World,”** at the Hotel InterContinental, Lusaka, Zambia, 15-20 May, 2011, in support of the U.N. Millennium Development Goals –

Considering:

World population has increased from 1.6 billion in 1900 to 6.0 in 2000 and will reach 9.0 billion by 2050, with 90 percent of this growth in developing countries. Growth in population, global consumption and the global economy has stressed the Earth’s ecological systems and depleted much of the world’s natural resources.

It now takes the Earth one year and six months to regenerate what our world population consumes in one year, resulting in collapsing fisheries, depleting forests, species extinction, water shortages and crop failures – all with disproportionate impacts on the poor regions of the world.

U.N. Secretary General Ban Ki-moon has stated, “Climate change is the pre-eminent geopolitical and economic issue of the 21st century. It rewrites the global equation for development, peace and prosperity. ”

Acknowledging:

The year 2010 ranked as the warmest on record, together with 1998 and 2005; the ten warmest years on record have all occurred since 1998; Arctic sea-ice cover in December 2010 was the lowest on record; and a growing number of extreme weather events have occurred in regions throughout the world in the past two years.

African and other developing countries are the least responsible for climate change, yet are particularly vulnerable to the effects, including reduced agricultural production, threats to food security, both drought and flooding, sea level rise, coastal erosion, coral bleaching,

deforestation, loss of wildlife, reduced fresh water availability, spread of malaria and other diseases and increased risk of conflict over scarce land and water resources.

Climate change and the combined stresses on ecological systems can hinder progress made on reducing poverty and the U.N. Millennium Development Goals.

Noting that within this context:

World military expenditures are in excess of U.S. \$1.6 trillion, more than the GDP of any nation except eight – approximately U.S. \$225 for every man, woman and child in the world.

When 1 of every 6 survives on \$1 a day or less; another 2 of every 6 on \$2 a day or less; 1 of every 6 go to bed hungry; 1 of every 4 never get a clean glass of water to drink; 2 of every 5 lack proper sanitation; and 35,000 children die each day from preventable diseases – many of them from water-born diseases.

Recognizing:

Research conducted by the Institute for Economics and Peace and Economists for Peace and Security estimated the monetary value of peace on the global economy within a four-year period, 2006 to 2009, would have been U.S. \$18.5 trillion, not including an additional U.S. \$9.8 trillion in expenditures that would have been diverted from violence-related activities to areas benefiting society – a total of U.S. \$28.3 trillion within a four-year period.

Participants in the fifth IIPT African Conference conclude that:

The global challenges facing humanity call for global solutions and cooperation at all levels – and by all sectors, public and private, and civil society as a whole – on an unprecedented scale.

Peace will be an essential prerequisite to achieve this level of cooperation and will generate the additional economic wealth to fund these solutions.

Travel and tourism – the world’s largest industry, affecting every sector of society, in virtually every nation – an industry that is founded on peace and that contributes to peace and understanding – has a key leadership role to play in achieving these solutions.

The travel and tourism industry has a central role to play in the creation of jobs with dignity, foreign exchange earnings, the development of disadvantaged areas, poverty reduction and the promotion of understanding, peace, love, unity and progress among all peoples, communities and nations on the African continent and throughout the world.

Therefore, call on all sectors of the travel and tourism industry to:

1. Support the leadership role of UNWTO, UNEP and WMO in the specific actions called for in the Davos Declaration: Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges.
2. Give emphasis to energy conservation and aggressively make the transition to renewable and clean energy sources as a foundation for carbon/GHG neutral development strategies and a “Green Growth” transformation.
3. Continue to implement socially and environmentally responsible tourism practices that benefit local destinations and enhance both cultural and natural heritage, giving particular emphasis to fair trade in tourism practices, tourism that contributes to poverty reduction and tourism that contributes to the restoration of ecological systems.
4. Provide for quality tourism experiences that include meaningful interactions between visitors (guests) and the host community and a greater understanding and appreciation of local cultures, customs and traditions.
5. Implement environmentally responsible development and operational practices, particularly in vulnerable areas, including coastlines, low-lying areas and mountain regions.
6. Develop and implement waste management plans that give emphasis to reducing, recycling and re-using.
7. Incorporate quadruple bottom line reporting with climate change alongside environmental stewardship, social responsibility and economic value.
8. Actively engage local communities in planning and decision-making, empower women and youth and embrace the wisdom, knowledge and values of indigenous peoples.
9. For the transport sector, and particularly the airline industry, continue efforts to improve engine efficiencies and ultimately develop engines that operate with clean and renewable energy sources.
10. Recognize the important role of media, educational and religious institutions as agents of change.

Governments and International Development Agencies to:

1. Provide incentives to tourism projects that utilize green designs/technologies and contribute to creating sustainable livelihoods, poverty reduction and the U.N.

Millennium Development Goals.

2. Only approve projects that adhere to globally recognized sustainable Tourism certification standards and that incorporate construction designed to withstand severe storms and other effects of climate change.
3. Not allow heavy water consuming projects where water is in limited supply.
4. Develop Disaster Management Plans that include phases for risk reduction, readiness, response and recovery.
5. Recognize that certain forms of tourism ARE an adaptation strategy.
6. Encourage more research and monitoring of emerging trends related to the interconnectedness of tourism, environment and climate change – and provide web-based tools for the sharing and integration of research findings.
7. Design and implement broad public awareness campaigns focusing on the linkages of tourism, environment, climate change, sustainable development and broader society.

Provide corresponding educational programs beginning at the primary level – through high school – and into universities.

In addition, travelers to:

1. Appreciate that we are all custodians of our one common home – planet Earth – and we all share a common responsibility in preserving the abundant beauty and resources of God’s creation for future generations.
2. Be selective in modes of travel and minimize/offset the carbon footprint of each trip.
3. Select accommodations, transport, tour operators and activities with eco-labels or that have been recognized for their green practices and strive to contribute to the social, cultural, economic and environmental enhancement of their destination.
4. Recognize that every traveler is potentially an “Ambassador for Peace” and a messenger of transformative change toward a “Green Growth” global village.
5. With Gandhi and Tolstoy, come to discover that “Life finds meaning in service to others,” and
6. “By my spirit, words and actions encourage others to travel the world in peace.” IIPT Credo of the Peaceful Traveler

We support the UNWTO, UNEP and WMO Davos Declaration in calling for U.N., international, financial and bilateral agencies to support the governments of developing

Countries, and in particular the least developed countries, in their efforts to address and adapt to the adverse effects of climate change.

We commend the International Institute for Peace through Tourism for its organization of this Conference and for giving scope to the vision of peace through tourism.

And express appreciation to our Host, the Government of the Republic of Zambia, Ministry of Tourism, Environment and Natural Resources; **Conference Patron**, His Excellency Rupiah B. Banda, President, Republic of Zambia; **Conference Partners and Sponsors**, including the World Tourism Organization (UNWTO), U.N. Development Program (UNDP), Pacific Asia Travel Association (PATA), Regional Tourism Organization of Southern Africa (RETOSA), World Travel Market, Zambia Tourism Board, EcoBank, South African Airways, Hotel InterContinental Lusaka, Livingstone International University of Tourism Excellence and Business Management (LIUTEBM), Zambia Ethno Tourism and Cultural Tourism Alliance (ZECUTA), Children and Youth Welfare Foundation, Sustainable Travel International (STI), The Blue Yonder, Center for Responsible Tourism (CREST), Garden Group Hotels, Blue Nile Inn, Church Road Lodge and Golden Bridge Hotel; **Media Partners**, including eTurboNews, World Tourism Directory, TravelVideo.TV, Travel Mole, India Tourism eCatalog, World Tourism Directory, Lights of Africa, Society of American Travel Writers (SATW) and Africa Diaspora Tourism; the many **Conference Supporters**; and the **People of Zambia** for their smiles, welcoming spirit and hospitality.

Adopted in Lusaka, Zambia, 20 May, 2011

By the more than 440 participants of the 5th IIPT African Conference on Peace through Tourism, from 36 countries in Africa, Asia, Europe, North America and the Caribbean, including Ministers of Tourism, senior representatives of U.N. agencies, senior government officials, senior representatives from diverse sectors of the industry and NGOs, educators, students and leading experts in tourism and climate change.

Fonte: UNWTO. Lusaka Declaration on Tourism Climate Change and Peace, 2019